América Latina e Caribe
Região cresceu 0,9% ao ano desde 2015, "uma década de crescimento praticamente nulo", diz Salazar-Xirinachs A10

Parceria Público-Privada
Opy Health, que tem fundos do IG4 e BTG entre os sócios, vence PPP de R$ 2,3 bi para novo hospital em Palmas B4

Sabesp
Em meio a processo de transição, companhia passará a ter nova gestão em setembro, diz Salcedo B5

Quarta-feira, 14 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6065 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Com seca de IPOs, receita de bancos de investimento recua 12% no ano

Finanças Até julho, os valores obtidos com operações no mercado de capitais somaram R$ 2 bilhões; muitas fusões e aquisições estão em compasso de espera

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A receita dos bancos de investimento que atuam no mercado brasileiro voltou a cair, atingindo o menor patamar em pelo menos sete anos, com o mercado de renda variável travado e muitas operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) em compasso de espera. De janeiro a julho, as receitas com operações típicas de mercado de capitais somaram cerca de R$ 2 bilhões (US$ 361 milhões), um recuo de 12% em relação ao mesmo período de 2023. No ano passado, o mercado viveu um período de paralisia com a crise da Americanas.

O resultado reflete ainda o fato de o país estar há três anos sem ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês), a maior seca em mais de três décadas na bolsa brasileira, espelho do cenário de volatilidade global e juros altos minando o apetite por renda variável. Na contramão, operações de renda fixa seguem garantindo a atividade, diante de uma demanda forte de investidores e fluxo de capital direcionado aos fundos dessa modalidade.

Considerando o período de janeiro a julho, as receitas foram de US$ 412 milhões em 2023 e de US$ 666 milhões no ano anterior. Em 2021, ano recorde como resultado da grande liquidez global em meio à pandemia, elas somaram US$ 1,04 bilhão, conforme dados da empresa de consultoria Dealogic.

Em termos de ofertas de ações subsequentes, a bolsa brasileira foi palco de oito transações em 2024, sendo a maior delas a que marcou a privatização da Sabesp, movimentando R$ 14,8 bilhões. Apesar do feito de ter sido a maior oferta pública em saneamento em todo o mundo, as comissões foram modestas, rendendo aos bancos coordenadores R$ 14,8 milhões. No geral, as expectativas de retorno dos IPOs das companhias brasileiras na bolsa estão voltadas para 2025, momento em que se espera que os juros mais baixos nos EUA ajudem a movimentar os recursos dos investidores de volta para a renda variável — e a trazer novamente o estrangeiro ao Brasil. **Página C1**

Galípolo alivia mercado e cresce pressão por alta de juro

Alex Ribeiro, Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

As mensagens mais conservadoras do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, fortaleceram a confiança do mercado financeiro de que uma eventual elevação da taxa Selic pode ser concretizada em breve. A postura do diretor tem sido encarada no mercado como um possível sinal de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu carta branca a uma eventual alta dos juros. Isso contribuiu para os recentes ganhos da bolsa e a retirada de prêmios dos juros futuros. O dólar registrou ontem queda pelo sexto pregão seguido e voltou a ficar abaixo de R$ 5,45.

Para participantes do mercado, após as falas de Galípolo terem sido bem-recebidas, crescerá a cobrança para que o BC de fato suba a taxa básica. Isso seria importante para que os ativos mantenham a melhora registrada nos últimos dias. **Página C2**

Gasto do INSS para 2025 pode estar subestimado

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo pode novamente acabar subestimando as despesas com benefícios previdenciários em 2025, de acordo com um técnico do governo e economistas ouvidos pelo **Valor**. Isso indica risco de projeções irrealistas no Orçamento. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) calculou para o ano que vem gasto de R$ 964 bilhões com benefícios previdenciários pela ótica orçamentária, sem incluir sentenças judiciais. É uma alta de 7,3% em relação ao projetado para este ano.

A estimativa subestimada teria duas razões. Primeiro, porque o INSS usa como base de partida a projeção de gasto para benefícios previdenciários que consta no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas deste ano. Projeções de analistas e instituições financeiras apontam que esse dado deve estar subestimado entre R$ 7 bilhões e R$ 17 bilhões. O segundo fator é a taxa de crescimento vegetativo dos benefícios. O INSS espera uma taxa de 2,16% em 2025, o que, segundo um técnico, é "bem baixa". **Página A4**

'Inovar sempre'

GABRIEL REIS/VALOR

Li Dongsheng, fundador da TCL, segunda maior fabricante de televisores do mundo, amplia parceria com a Semp no Brasil e aposta em equipamentos com inteligência artificial. "Não se pode ficar congelado no tempo. É preciso inovar sempre", diz. Pág. B6

Moraes usou TSE fora do rito , afirma jornal; ministro nega

De Brasília

O gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez pedidos de forma não oficial para que a Justiça Eleitoral produzisse relatórios que fundamentariam decisões no inquérito das fake news no STF, do qual ele é relator, segundo reportagem publicada pela "Folha de S.Paulo". O jornal teve acesso a 6 GB de mensagens e arquivos trocados via WhatsApp por auxiliares do ministro entre agosto de 2022 e maio de 2023. No período, Moraes presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em nota divulgada à imprensa, o gabinete do ministro afirmou que todos os procedimentos foram "regulares e estão documentados nos inquéritos e investigações em curso no STF, com integral participação da Procuradoria-Geral da República". **Página A9**

Desconto em crédito rural no RS terá limite

Rafael Walendorff
De Brasília

O decreto com as regras para o acesso de produtores do Rio Grande do Sul a descontos em parcelas do crédito rural contrariou promessas feitas aos gaúchos pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, de que haveria anistia total para quem teve perdas mais acentuadas por conta das inundações. O texto definiu limites para os descontos, de acordo com os níveis de perdas, variando de R$ 5 mil a R$ 120 mil. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag-RS) afirmou que os limites dos descontos diminuem o alcance da medida. O custo do programa é estimado em R$ 1,8 bilhão. **Página B8**

Destaques

BNDES pagará R$ 15 bi em dividendos
Após anunciar lucro contábil de R$ 13,3 bilhões no 1º semestre, 66% superior ao do mesmo período de 2023, o BNDES vai repassar mais de R$ 15 bilhões ao Tesouro, na forma de dividendos, para contribuir com o esforço fiscal do Ministério da Fazenda. **C4**

STJ afasta IRRF de fundo em herança
O STJ afastou a cobrança de IRRF na transferência, por herança, de cotas de fundo fechado. O caso julgado envolve patrimônio de R$ 7,5 bilhões, que pertencia a Edson de Godoy Bueno, fundador da Amil. **Página E1**

Indicadores

Ibovespa	13/ago/24	0,98 % R$ 24,2 bi
Selic (meta)	13/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	13/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	13/ago/24	5,4869/5,4875
Dólar comercial (mercado)	13/ago/24	5,4488/5,4494
Dólar turismo (mercado)	13/ago/24	5,4857/5,6657
Euro comercial (BC)	13/ago/24	6,0098/6,0110
Euro comercial (mercado)	13/ago/24	5,9914/5,9920
Euro turismo (mercado)	13/ago/24	6,0600/6,2400

7 898937 880054

Câmara aprova projeto sobre gestão do IBS

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 303 votos a 142, o texto-base do projeto de lei que estabelece as regras do comitê gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), segundo texto do pacote de regulamentação da reforma tributária. A proposta também altera regras do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Após a votação, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), disse que os destaques, com sugestões de alteração no parecer do relator Mauro Benevides (PDT-CE), serão apreciados nesta quarta-feira. **Página A7**

Conformidade reforça receitas em R$ 22 bilhões

Lu Aiko Otta

Neste ano, a Receita Federal arrecadou R$ 22 bilhões apenas cobrando de quem, a seu ver, não estava pagando o que deveria. De tudo o que a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem feito para elevar as receitas, essa tem sido a frente mais bem-sucedida, disse um de seus integrantes: a busca da conformidade.

As redes sociais estão repletas de memes que retratam o governo como um taxador voraz. A ponto de os atletas olímpicos terem sido agraciados com isenção tributária sobre seus prêmios, um dia depois de a Receita emitir nota explicando que essas premiações devem pagar impostos, como "qualquer outra remuneração de qualquer outro (a) profissional."

A despeito disso, a visão no Ministério da Fazenda é que ainda há espaço para mais receitas. Daqui para o fim do mês, deverão ser anunciadas mais medidas para um reforço de cerca de R$ 20 bilhões em 2025.

Há espaço porque a receita líquida do governo central fechou 2023 em 17,5% do Produto Interno Bruto (PIB), mas já esteve na faixa dos 18% a 19% nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A queda, disse Haddad em evento promovido esta semana pela Warren Rena, se deve a "tudo o que se possa imaginar" em termos de renúncia fiscal. A conta de gastos tributários chegou ao recorde histórico de 6% do PIB, disse, citando cálculos do Tribunal de Contas da União (TCU), que estão alinhados aos do governo.

Assim, é possível aumentar as receitas sem criar tributos novos ou elevar as alíquotas atualmente cobradas. Trata-se de fazer a arrecadação retornar a seus níveis históricos. Ou, como gostam de dizer o ministro e seus secretários, recompor a base tributária.

"Onde houver distorções, vamos olhar", disse um membro da equipe econômica. Esse é um trabalho que seria feito independentemente de o governo ter metas fiscais ambiciosas a cumprir.

Outra fonte cita como exemplo de sucesso o programa de autorregularização oferecido pela Receita para empresas que utilizaram incentivos fiscais estaduais em custeio para reduzir o pagamento de dois tributos federais: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Essa brecha foi fechada com a ajuda do Congresso Nacional, que aprovou no ano passado a Lei 14.789. Estimuladas por descontos, empresas estão acertando as contas.

Também foi dada uma chance para empresas que deixaram de pagar impostos federais com base no Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse) corrijam sua situação. A Receita identificou 2.239 casos de contribuintes que se beneficiaram do programa sem estar habilitadas nele.

Foi feito um raio-x nos incentivos fiscais. Até o ano passado, simplesmente não se sabia qual benefício tributário era utilizado por qual empresa. Neste ano, a recém-criada Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi) jogou luz nessa questão.

Os casos de uso supostamente indevido do Perse foram identificados a partir dessas declarações. Cruzamentos serão feitos para verificar se empresas beneficiadas preenchem os requisitos para utilizar outros programas que dão direito a desconts nos impostos e contribuições federais.

O governo aposta nesse "pente-fino" dos incentivos fiscais para elevar a arrecadação em pelo menos R$ 10 bilhões em 2025. Há nos bastidores quem espere algo mais perto dos R$ 20 bilhões.

As medidas de reforço de arrecadação servirão de suporte para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que será apresentado até o dia 30. Também são aguardadas medidas para reforçar o "pente-fino" nas despesas, com o qual se espera economizar R$ 25,9 bilhões.

Em vez do déficit zero prometido para este ano, a proposta orçamentária de 2025 precisará indicar receitas maiores do que despesas, com um saldo positivo equivalente a 0,25% do PIB. Mais ceticismo do mercado à vista.

Civilidade

A conformidade é a grande aposta da Receita Federal para uma nova forma de relacionamento com os contribuintes. Em vez da disputa leão versus sonegador, é proposto um diálogo que ajude a reduzir longas e custosas discussões na Justiça.

Nesta semana, 20 empresas aderiram ao projeto-piloto do Confia, o programa de conformidade da Receita para grandes contribuintes. Há outro, chamado Sintonia, para empresas de qualquer porte. Ambos poderão ser aprofundados com a aprovação do Projeto de Lei 15/2024, em análise no Congresso Nacional.

O PL também estabelece critérios para determinar o que são devedores contumazes e puni-los. São aqueles que não pagam impostos nem jamais pretenderam fazê-lo. Descritos nos bastidores como "picaretas" e "bandidos", estabelecem concorrência predatória com as que andam na linha.

Nos países em que foram implementados com sucesso, programas como o Confia ajudaram a reduzir custos de conformidade e insegurança jurídica. São dois pontos fracos do ambiente de negócios no Brasil.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Fiscal Livro póstumo do ex-presidente do BC detalha percurso até o tripé macroeconômico; regime passa atualmente por teste importante

Pastore e os caminhos e descaminhos do processo de estabilização

LEO PINHEIRO/VALOR

Pastore: obra escrita em 2023 ressalta importância do tripé macroeconômico e as idas e vindas do país até chegar ao regime

Sergio Lamucci
De São Paulo

O economista Affonso Celso Pastore escreveu o seu último livro em 2023. Publicada no fim de julho, poucos meses depois de sua morte, em fevereiro, a obra não poderia ser mais atual. Conhecido pelo rigor em seus estudos e análises, o ex-presidente do Banco Central (BC) esmiúça como o Brasil chegou ao atual regime de política econômica, o tripé macroeconômico, formado por regime de metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal, numa perspectiva histórica, tratando das idas e vindas nesse processo.

Intitulado "Caminhos e Descaminhos da Estabilização", editado pela Portfolio/Penguin, o livro de Pastore vem a público num momento em que o tripé macroeconômico passa por um teste importante. As incertezas sobre o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas levam a sérios questionamentos sobre a "perna" fiscal do regime de política econômica, adotado desde 1999. Já as críticas seguidas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao BC e ao nível dos juros também alimentam dúvidas sobre a política monetária a partir de janeiro de 2025, quando Roberto Campos Neto deixará a presidência da instituição e um nome indicado pelo atual governo assumirá o cargo.

Na semana passada, os economistas Persio Arida, Rogério Werneck, Mario Mesquita e Ilan Goldfajn, que escreveu o prefácio, comentaram o livro de Pastore no Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP). O risco ao tripé macroeconômico foi um dos principais temas em discussão.

Ao falar do impacto da leitura do segundo capítulo, em que Pastore trata do caminho rumo às metas de inflação e à flutuação cambial, Werneck, professor da PUC-Rio, observou que é "impossível não ser tomado pela estranha e aflitiva sensação de que nós estamos assistindo ao mesmo filme, rodado ao contrário e rapidamente". Para ele, assiste-se ao "desmantelamento do tripé, ou à sua descontrução, para usar uma palavra mais leve". A perna do superávit primário (que exclui gastos com juros) já se foi e não dá para enxergar quando voltará a ficar de pé, afirmou Werneck. "Não há nenhum exercício de dinâmica da dívida que permita supor hoje sustentabilidade fiscal nos próximos 15 anos. Tripés não ficam de pé só com duas pernas. E Deus sabe o que vai ocorrer com a condução da política cambial e da política de metas de inflação depois de 1º de janeiro de 2025." No começo do ano que vem, haverá a mudança no comando do BC.

Na introdução ao livro, Pastore explica sem rodeios o tema e o objetivo da obra. "Depois de uma longa história de inflações crescentes e de sucessivos fracassos dos 'planos heterodoxos', aprendemos que o controle da inflação requer uma âncora nominal, que desde 1999 vem sendo exercida pela política monetária organizada no regime de metas de inflação e de câmbio flutuante", escreve ele.

"Também aprendemos que, para cumprir o mandato de manter a inflação na meta, o Banco Central precisa ter independência no uso do instrumento, que por sua vez é a taxa de juros. Por fim, aprendemos que, devido à nossa longa história de dominância fiscal, e diante de uma taxa de juros real maior do que a de crescimento econômico, é necessário gerar superávits fiscais primários que mantenham a dívida pública dentro de níveis sustentáveis, que se forem ultrapassados devem obrigar o governo a elevar os superávits primários, dimensionando-os para trazer a dívida pública de volta aos níveis dos quais ela se afastou", completa ele. Esse é "um regime de política econômica cujo apelido é 'tripé da política macroeconômica', que vem sendo mantido pelos sucessivos governos, com o qual conseguimos afastar o risco da dominância fiscal, manter a inflação sob controle, e que nos permitiu enfrentar, com custos econômicos e sociais baixos, os choques de grande magnitude impostos pela crise financeira global, em 2008, e pela pandemia, em 2020".

O tripé está em vigor há 25 anos, tendo se iniciado na segunda fase do Plano Real, em 1999. "Mas logo após a reforma monetária de 1994 a âncora que prendia o nível de preços não eram as metas de inflação e o câmbio flutuante, mas o regime de câmbio fixo", diz Pastore. Ele observa que essa não foi a primeira vez em que o país esteve nesse regime. Com isso, o primeiro capítulo começa com uma nota sobre a experiência do Brasil no regime de câmbio fixo, ocorrido entre o final da Segunda Guerra Mundial e as reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), em 1966.

"Naqueles anos, o Brasil ainda não tinha um banco central, sendo a política monetária executada de forma precária por um departamento do Banco do Brasil. Na ausência do instrumento correto para corrigir os desequilíbrios no balanço de pagamentos, recorremos a frequentes restrições ao comércio internacional, o que encareceu as importações e plantou as sementes do protecionismo, do qual nunca mais nos livramos", diz ele. Nos dois capítulos seguintes, Pastore detalha o longo caminho para o tripé macroeconômico e o seu processo de consolidação. Nos capítulos 4 e 5, trata das crises internacionais de 2008 e 2011 e como a política econômica brasileira reagiu a elas; no capítulo seguinte, discute o impacto da pandemia da covid-19.

No epílogo, por fim, Pastore faz uma "advertência alta e clara", como ele mesmo a define, e extremamente atual. "No Brasil, o espaço fiscal, definido como a flexibilidade para aumentar os gastos, é muito estreito ou mesmo inexistente. Embora o Banco Central tenha plena liberdade de mover a taxa de juros em torno da taxa neutra [aquela que permite o país crescer sem pressões inflacionárias] em uma intensidade que depende dos desvios da inflação em relação à meta, o que fixa a taxa neutra de juros é a política fiscal, e na determinação da taxa real de juros de equilíbrio entram, também, os prêmios de risco que crescem com o aumento da dívida pública."

Em seu comentário, o ex-presidente do BC Persio Arida disse que, com "processos eleitorais a cada quatro anos e a estabilidade de preços sendo um bem público", dificilmente os governantes tendem a deixar o país inflacionar, "porque simplesmente perdem a eleição ou não fazem o sucessor". Mas Arida fez o seguinte questionamento. "Isso é válido até que ponto? Nós temos o tripé com uma perna que está faltando. Nada indica que isso venha a ser resolvido ou reposto num horizonte razoável. Até que ponto a política monetária sozinha consegue segurar as expectativas de inflação?"

Arida disse que sempre pensou ser verdade a ideia de que os governantes fariam o necessário para manter a estabilidade de preços, mas indagou: isso ocorrerá mesmo desta vez ou será necessária uma enorme crise para que a política econômica se mobilize na direção correta? "Se Pastore estivesse entre nós, certamente eu colocaria essa questão a ele e eu imagino que ele diria que seria preciso ter uma enorme crise, sim, caso contrário a racionalidade não vai imperar."

Economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita falou, entre outros pontos, da análise de Pastore no livro sobre os descaminhos da estabilização. No governo de Dilma Rousseff, "houve descaminho na política fiscal e na política monetária", disse Mesquita, ex-diretor de Política Econômica do BC. As expectativas de inflação se desancoraram, e Pastore foi um dos primeiros a calcular que o BC, naquele período, trabalhava com uma meta implícita, mais alta que os 4,5% do alvo da época, O BC, na verdade, trabalhava com um número mais perto do topo da meta.

Mesquita tratou ainda do epílogo do livro, em que, segundo ele, Pastore faz "duas advertências simples", trazendo a lição do livro. A primeira é que os BCs devem manter o foco em mirar a ancoragem da inflação para a meta. A segunda é não se deve esperar muito da expansão fiscal, como fazem parte da classe política e alguns economistas, disse Mesquita. Esse expansionismo tende a elevar a taxa neutra de juros, sem ganhos perceptíveis para a economia.

No último parágrafo do epílogo, Pastore pergunta: "Qual será a reação do governo quando o crescimento econômico se reduzir devido à política monetária restritiva?" Para ele, "a confiança do governo de que um espaço fiscal maior gere crescimento pode levá-lo a aumentar ainda mais os gastos, com reflexos mais acentuados sobre a taxa neutra de juros e os prêmios de risco. "Esse é o teste que revelará se o arcabouço é ou não o que o país precisa. Da mesma forma, será que o governo dará ao Banco Central a liberdade de cumprir seu mandato ou exigirá que siga o caminho de Dilma Rousseff, pressionando por taxas de juros mais baixas? Um novo capítulo de nossa história dará a resposta."

No prefácio, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, diz que "um regime de política econômica cujo sucesso o fez transpassar diferentes governos precisa ter sua história contada para que seja reforçado e trabalhado continuamente, evitando cair na tentação frequente das soluções fáceis e de curto prazo. Assim vejo a maior contribuição deste livro, que recomendo fortemente, e que tem todos os elementos para se tornar um clássico econômico."

O livro de Pastore evidencia a importância do tripé macroeconômico e como a sua construção foi árdua. Os próximos passos do governo na política fiscal e do BC na política monetária vão mostrar o tamanho do risco à sobrevivência do regime adotado desde 1999, respondendo à pergunta de Pastore.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Cenário é visto com desconfiança até no governo e abre espaço para despesas como investimento

Despesa do INSS em 2025 pode estar subestimada

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Cálculos preliminares indicam que as estimativas do governo para o gasto com benefícios previdenciários em 2025 podem estar subestimadas, na avaliação de especialistas e técnicos do Executivo. O cenário pode resultar na abertura artificial de espaço no Orçamento para outras despesas, como investimentos e custeio da máquina pública, e, no limite, comprometer o cumprimento das metas fiscais para o ano que vem.

Como informou o **Valor** na semana passada, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) projetou para 2025 despesas de R$ 964 bilhões com benefícios previdenciários pela chamada ótica orçamentária. Essa conta não inclui sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o INSS e os regimes próprios.

O montante representa alta de 7,3% na comparação com os R$ 898,45 bilhões esperados para este ano, e foi enviado como subsídios para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. Na peça, ainda entrarão gastos com sentenças e Comprev.

Mesmo com a expectativa de alta, a estimativa pode estar subestimada, de acordo com um técnico do próprio governo e economistas.

O ponto de partida do cálculo do INSS é um dos motivos de preocupação. O órgão se baseou na projeção de gasto disponível no terceiro relatório bimestral de reavaliação do Orçamento deste ano, publicado no fim de julho. Analistas e instituições financeiras já apontaram que o dado deve estar subestimado entre R$ 7 bilhões e R$ 17 bilhões. Ou seja, se o montante efetivamente gasto em 2024 for maior do que o que se espera hoje, as despesas no ano que vem também serão maiores que o previsto, por causa da base de comparação.

Também há dúvidas sobre o ritmo de crescimento dos benefícios estimado. O INSS espera que a chamada taxa de crescimento vegetativo fique em 2,16% em 2025. Na avaliação de um técnico do governo, a estimativa é "bem baixa".

Há divergências, no entanto, sobre como a fila de requerimentos de benefícios vai se comportar. Uma ala de técnicos considera que os pedidos vão voltar à normalidade no ano que vem, quando a espera estiver praticamente zerada e não estará mais em vigor o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, que paga um bônus aos servidores que analisam os pedidos em contraturno.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Tiago Sbardelotto, da XP, calcula que projeção do INSS para benefícios está subestimada em R$ 16,4 bilhões

Já outra ala teme que a média de 1 milhão de requerimentos mensais, verificada desde outubro do ano passado, seja o "novo normal". Em junho, por exemplo, houve 1,28 milhão de novos requerimentos, 29,1% mais que em dezembro de 2023. As causas para o aumento estão sendo estudadas. Esse cenário com mais requerimentos pressionaria o ritmo de concessão de novos benefícios.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, calcula que a projeção do INSS para benefícios previdenciários estaria subestimada em R$ 16,4 bilhões. A conta é justificada pela expectativa de R$ 12 bilhões a mais de gastos neste ano e pela projeção do impacto de um salário mínimo de R$ 1.513 em 2025.

Sbardelotto, contudo, tem a mesma projeção que o governo para o crescimento vegetativo de benefícios (2,16%). "Essa hipótese, contudo, considera efeitos parciais da revisão de benefícios programada para os próximos meses."

Rogério Nagamine, economista especialista em Previdência Social, considera que a taxa de crescimento vegetativo de 2,16% é baixa. "De janeiro a junho de 2024, o estoque de benefícios cresceu 2%. Então, estão usando uma taxa que é o que cresceu no primeiro semestre de 2024 para o ano de 2025 como um todo, gerando alto risco de subestimativa", destacou.

Para Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), o cenário de gastos subestimados é possível. "Ainda mais com as dificuldades que temos observado em relação à discussão da elaboração do Orçamento", observa.

Procurado, o INSS solicitou que o **Valor** procurasse o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para tratar do assunto, apesar de as projeções serem da autarquia. A pasta não comentou.

Violência sexual contra jovens avança e morte violenta cai

Marcelo Osakabe
Do Recife

Mais de 15 mil crianças e adolescentes com idades entre 0 e 19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil entre 2021 e 2023 — ou quase 14 a cada dia —, revela levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

A segunda edição do relatório "Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil" mostra que a taxa de homicídios para essa faixa de idade caiu em relação ao último relatório, que analisa os dados de 2016 a 2020. Naquele período, a taxa anual de mortes violentas alcançou 6,9 mil por ano — ante 5 mil no triênio 2021 a 2023.

As estatísticas, no entanto, seguem altas, segundo os pesquisadores, e reforçam um recorte racial claro desse tipo de homicídio no país: pretos ou pardos eram 82,9% dos casos.

Negros até 19 anos têm três vezes e meia mais chance de morrer que jovens brancos — a cada 100 mil habitantes dessa faixa de idade no país, 18,2 são assassinados. Essa proporção cai a 4,1 para brancos da mesma idade.

A raça também é fator preponderante para as chances de ser morto também nas demais faixa de idade. Negros e pardos são 64,3% das vítimas entre 0 e 4 anos, 71,1% das crianças de 5 a 9 anos, 79,5% de 10 e 14 anos e 91,6% entre 15 e 19 anos.

"Uma criança negra corre mais risco de homicídio desde o momento em que nasce, comparada a uma criança branca", resume Samira Bueno, diretora-executiva do FBSP.

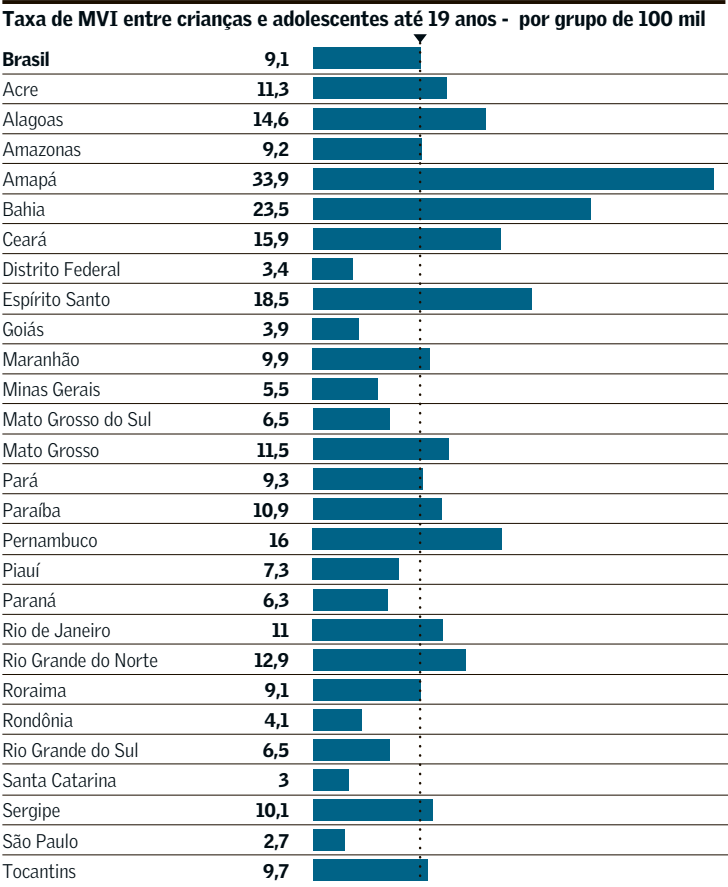
A média brasileira em 2023 foi de 9,1 mortes para mortes a cada grupo de 100 mil brasileiros até 19 anos. Há, no entanto, diferenças estaduais marcantes. São Paulo é o Estado com menor proporção de mortes violentas por essa medida: 2,1. Na outra ponta, o Amapá lidera essa estatística, com 33,9 homicídios por grupo de 100 mil.

O relatório considera como morte violenta os casos registrados como homicídio doloso, feminicídio, latrocínio (roubo seguido de morte), lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial, estando o agente em serviço ou não.

Em relação a essa última categoria, o estudo revela ainda que cresceu a letalidade policial contra os mais jovens. Se, em 2021, 14% das mortes pesquisadas se deram durante intervenção policial, essa parcela passou para 18,6% em 2023.

Ou seja: quase 1 a cada 5 morte violenta envolvendo crianças e adolescentes ocorreu em contexto de ação das forças de segurança. Entre jovens de 15 a 19 anos, ela já é a segunda maior causa de homicídios, atrás apenas do homicídio doloso.

Embora São Paulo seja um dos Estados com menor índice de mortes violentas, ele tem a quinta maior proporção de mortes ocorridas durante intervenções policiais em relação ao total, com 29,5%. Ele também está consideravelmente acima da média nacional (18,2%). O Rio de Janeiro vem em sexto lugar, com 28,1%.

"Se queremos reduzir níveis de violência contra crianças e adolescentes, precisamos ter uma política de controle de uso de força das polícias", diz Samira. "Do ponto de vista das métricas internacionalmente reconhecidas, qualquer número que ultrapasse 10% já pode indicar uso excessivo ou abusivo da força policial."

Em relação ao feminicídio, 8,5% do total de registros de morte violenta que atingiram entre crianças de 0 a 4 anos é registrado sob esta categoria, fatia que alcança 10,6% na faixa que vai de 15 a 9 anos e 7,4% entre garotas de 10 a 14 anos.

O relatório revelou também que o país registrou 165 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos três anos. Há, inclusive, uma tendência de alta: foram 46.863 registros em 2021, número que subiu para 63.430 em 2023. Ou seja, um caso a cada oito minutos foi comunicado às autoridades policiais no país no ano passado.

O avanço foi disseminado entre as faixas etárias pesquisadas, mas proporcionalmente maior nos grupos mais jovens. Entre 2022 e 2023, registros de estupros aumentaram 23,5% na faixa de 0 a 4 anos, 17,3% entre 5 e 9 anos e 11,4% na faixa entre 10 e 14 anos. No último grupo, de 15 a 19 anos, a alta foi de 8,4%.

Outra forma de olhar as estatísticas são as ocorrências a cada 100 mil habitantes dessa faixa etária. Em 2023, foram 116,4 casos relatados a cada 100 mil, alta tanto em relação a 2022 (98,9) quanto 2021 (86,0).

O sexo feminino é o grupo mais vulnerável a esse tipo de violência, com 87,3% dos casos registrados. Os responsáveis pelo estudo, no entanto, ressaltam que os meninos também aparecem em proporção relevante, especialmente nas faixas de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, quando respondem por, respectivamente 20,9% e 21,3% do total de ocorrências.

"Os números de violência sexual entre meninos estão longe de ser desprezíveis. É muito mais provável um garoto de até 9 anos sofra com esse tipo de violência do que seja vítima de morte violenta", ressalta a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno. "Entre garotos, as mortes violentas se tornam o principal tipo de violência apenas a partir dos 15 anos. Ou seja, é preciso também pensar nos garotos na hora de formular a estratégia de combate à violência sexual."

O perfil da violência sexual é reforçado pela pesquisa. 67% dos estupros de meninas e 63,7% dos de meninos ocorrem no ambiente doméstico. A grande maioria é perpetrada por conhecidos das vítimas (79% entre meninos e 85,1% entre meninas). Há um relativo equilíbrio no recorte racial entre negros e brancos entre todas as faixas.

Samira ressalta que esses números se referem apenas aos casos registrados — os dados coletados a partir de boletins de ocorrência das polícias das 27 unidades federativas do Brasil, conseguidos via Lei de Acesso à Informação. Há, portanto, forte preocupação coma subnotificação dos casos, pelos mais diversos motivos.

"O que a gente tem de mais urgência é colocar esse assunto no debate público. Esses números estão crescendo porque, de fato, a gente vive uma situação aterrorizante, mas também porque hoje a gente fala mais sobre isso enquanto sociedade", diz. "Esses temas não podem ser tabu. Falar sobre isso é um primeiro passo para parar de varrer esses casos para debaixo do tapete."

O jornalista viajou a convite do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Em perigo

Mortes violentas intencionais (MVI) seguem em alta entre crianças e adolescentes

Taxa de MVI entre crianças e adolescentes até 19 anos - por grupo de 100 mil

Local	Taxa
Brasil	9,1
Acre	11,3
Alagoas	14,6
Amazonas	9,2
Amapá	33,9
Bahia	23,5
Ceará	15,9
Distrito Federal	3,4
Espírito Santo	18,5
Goiás	3,9
Maranhão	9,9
Minas Gerais	5,5
Mato Grosso do Sul	6,5
Mato Grosso	11,5
Pará	9,3
Paraíba	10,9
Pernambuco	16
Piauí	7,3
Paraná	6,3
Rio de Janeiro	11
Rio Grande do Norte	12,9
Roraima	9,1
Rondônia	4,1
Rio Grande do Sul	6,5
Santa Catarina	3
Sergipe	10,1
São Paulo	2,7
Tocantins	9,7

Arma de fogo é o principal instrumento utilizado - em % do total de MVI

0 a 9 anos

	2021	2022	2023
Armas de fogo	39,3	38,4	31,5
Agressão*	21,3	15,1	19,9
Arma branca	18	13,7	12,3
Outros	21,3	32,9	36,3

10 a 19 anos

	2021	2022	2023
Armas de fogo	85	86	85,7
Agressão*	1,4	1,6	1,5
Arma branca	9,5	9,5	8,2
Outros	4	2,8	4,6

Mortes decorrentes de intervenção policial crescem - em % do total de MVI

2021	2022	2023
14	17,1	18,6

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados de Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social * Violência física, asfixia, estrangulamento, espancamento, etc

Curtas

Dispensa de licitação

Um parecer despachado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pode colocar um freio nos contratos sem licitação entre empresas estaduais de água e as microrregiões criadas no Novo Marco do Saneamento. O documento encaminhado ao Supremo Tribunal Federal trata especificamente do caso de Goiás, onde a PGR classificou como inconstitucional a possibilidade de as microrregiões contratarem sem licitação os serviços da estatal Saneago. A manifestação foi feita em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo PSDB. O partido apontou dispositivos de uma lei estadual que teriam "usurpado competências municipais". Um dos argumentos é de que o governo estadual teria influência muito grande nas microrregiões e poderia impor a contratação da empresa estatal sem o processo licitatório.

Angra 3

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu a retomada das obras da usina nuclear Angra 3. Em audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara, ele disse que o empreendimento não pode continuar sendo "um mausoléu para visitação". "Nós precisamos assimilar os custos que tiveram durante a paralisação da obra, mas precisamos concluí-la. Nós não vamos ficar com aquele mausoléu para servir de visitação pelo mundo, enxergando aquilo como um fracasso de gestão do governo." Há duas semanas, Silveira disse que a retomada do controle do complexo de Angra pelo governo federal estava em negociação avançada com a Eletrobras, privatizada no governo Jair Bolsonaro. Em troca, o governo receberia mais assentos no conselho de administração da empresa.

Rio Grande do Sul

Com a negociação sobre a dívida suspensa, o governo do Rio Grande do Sul apresentou novas demandas à União para tentar fomentar a economia do Estado após as enchentes de maio. A conversa foi mediada pelo ministro Luiz Fux, do STF, que é o relator de uma ação sobre o tema. O governador Eduardo Leite apresentou novas possibilidades de apoio do governo federal ao Estado, que envolvem compensações previdenciárias e os valores de um precatório da antiga companhia de saneamento do Estado. Ficou acertado que vai ser homologado o acordo fechado em junho, para antecipar R$ 680 milhões para o Estado, para compensar perdas na arrecadação de ICMS. Neste momento, é preciso debater "temas mais urgentes e críticos", mas, no futuro, a discussão sobre a dívida será retomada, disse Leite.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	abr/24 Valor	abr/24 Var. %*	mai/23 Valor	mai/23 Var. %*
INSS	**49,1**	**-2,76**	**50,5**	**-0,88**	**47,8**	**4,34**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	0,38	0,21	2,87	4,62	4,50	6.967,89	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	0,26	0,25	2,95	3,71	4,06	7.159,57	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	0,83	0,50	1,95	-3,30	4,16	1.127,10	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	0,32	0,34	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	0,93	0,55	1,43	-5,92	4,10	1.312,82	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	0,72	1,52	2,17	-11,34	4,04	1.824,08	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	1,01	0,19	1,15	-3,77	4,12	1.107,16	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	0,54	0,22	3,01	3,55	4,12	755,73	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	0,72	0,71	3,55	3,49	4,67	1.126,92	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia ago/24 0,33% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana ago/24 0,14%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024		2,70%	
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Conjuntura Alta é disseminada, mas puxada por transportes e área de informação e comunicação; aumento atinge 1,6% no 1º semestre

Setor de serviços sobe 1,7% em junho e tem volume recorde

Serviços em alta em junho

Atividade tem maior expansão em quase dois anos

4
3
2
1
0
-1
-2
-3
-4
2,7
-3,8
1,7
1,0
1,7
Dez 2022
Jan 2023
Mai 2023
Nov 2023
Jun 2024

Fonte:IBGE

Alessandra Saraiva e Marta Watanabe
De Rio e de São Paulo

Com alta considerada surpreendente, o volume de serviços prestados no país atingiu nível histórico em junho. O recorde anterior era de dezembro de 2022. Puxada por transportes e serviços de informação e comunicação, a alta foi disseminada. A perspectiva é que o setor mantenha o bom desempenho no segundo semestre, mas política monetária, condições financeiras e perda de impulso das medidas do governo que ajudaram a sustentar o primeiro semestre podem mitigar o crescimento.

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que o volume de serviços subiu 1,7% em junho, ante maio, com ajuste sazonal. A alta na série ficou acima da mediana das estimativas de 20 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, de aumento de 0,8%. Em maio houve recuo de 0,4% (após revisão de dado divulgado inicialmente como estabilidade).

Na comparação com junho de 2023, o indicador subiu 1,3%. No acumulado em 12 meses até junho, houve aumento de 1%. Já o acumulado no primeiro semestre é de alta de 1,6%.

Stéfano Paccini, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), destaca o bom desempenho disseminado dos serviços. "A melhora se deu em todos os setores e a série na média móvel trimestral mostra tendência positiva no curto prazo." Segundo o IBGE, a média móvel trimestral da PMS em junho indica alta de 0,5%. O desempenho, porém, diz Paccini, dependerá da evolução de emprego e renda e pressão da inflação.

Para julho, a LCA Consultores projeta atualmente alta de 0,4% na PMS ante junho, na série com ajuste sazonal, aponta o economista da consultoria, Daniel Arruda. A projeção para 2024 é de alta de 1,3%, com viés de alta. Considerando os dados de junho, destaca o economista, a herança estatística indica crescimento de 2% do volume de serviços neste ano. Apesar de ser relevante, Arruda olha com certa cautela para a projeção indicada pelo carregamento, dada a sua volatilidade e forte influência do dado mais recente.

Para o segundo semestre, diz Arruda, a perda de impulso de medidas como o aumento do salário mínimo e o pagamento de precatórios, fatores que ajudaram, principalmente nos primeiros meses do ano, deve ser um desafio. Além disso, o setor está sujeito aos efeitos da política monetária e das condições financeiras.

Em junho, as cinco principais atividades levantadas na PMS tiveram alta ante maio. Os destaques vieram nos setores de transporte, com alta de 1,8%, e de informação e comunicação, com avanço de 2% em junho ante maio.

Rodrigo Lobo, gerente da PMS, diz que o setor de transportes foi impulsionado pela queda dos preços das passagens áreas. Mas, segundo ele, também contribuíram o transporte dutoviário e a navegação de apoio marítimo, atividades relacionadas com as indústrias de gás e a de petróleo bruto, afirmou.

Já o setor de informação e comunicação também atinge o ápice da sua série histórica em junho de 2024. "O comportamento dos serviços de tecnologia desde o pós-pandemia tem se mostrado fundamental para o volume de serviços do país, principalmente pelo aumento nos serviços voltados às empresas, como os de tecnologia da informação", afirmou Lobo.

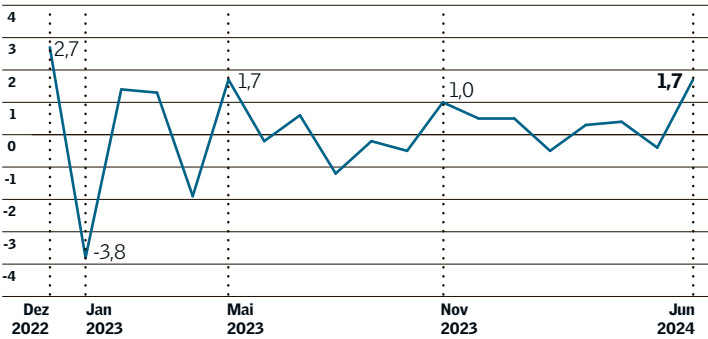
O índice de atividades turísticas subiu 3,4% em junho frente a maio, após recuo de 0,9% em maio, na variação mensal. Com o desempenho, o segmento de turismo se encontrava 7,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e apenas 0,1% abaixo do ponto mais alto da série (fevereiro de 2014). O indicador é anunciado dentro da divulgação da PMS.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

A projeção para alta dos serviços em 2024 é de 1,3%, com viés de alta
Daniel Arruda

O conjunto de dados, diz Victor Miranda, economista da One Investimentos, confirma o momento de bom desempenho da economia brasileira. Ao mesmo tempo "há um início de uma preocupação" com a inflação de serviços, que pode afetar as discussões atuais para os rumos da política monetária.

Para André Valério, economista do Banco Inter, o avanço de junho se deve muito mais às atividades ligadas à oferta de serviços do que as ligadas à demanda. Serviços prestados às famílias tiveram menor contribuição na PMS de junho contra maio, com alta de 0,3%. O resultado de junho indica "mais uma normalização que uma reaceleração", o que poderia ligar o sinal de alerta em relação à inflação.

Para Lobo, o contexto macroeconômico, com inflação controlada e massa salarial em alta, "mais ajuda que atrapalha", mas não tem sido determinante para o setor. Ele destaca que não são serviços prestados às famílias que comandam o dinamismo do setor. Ele comentou que o patamar recorde tem muito a ver mais com a evolução positiva de serviços de tecnologia da informação e de comunicação.

Rio Grande do Sul

Sob o impacto de enchentes e temporais em maio, Rio de Grande do Sul foi a principal influência negativa para a PMS de junho, com queda de 14,5% contra maio, na série com ajuste sazonal. Na evolução regional do indicador, 21 das 27 unidades da federação mostraram aumento no volume de serviços em junho ante maio.

Nos dados de junho, Lobo explica que os pedágios das rodovias tiveram alta expressiva (358,36%) no Rio Grande do Sul. Isso aconteceu porque em maio as concessionárias haviam interrompido a cobrança de tarifa, para facilitar deslocamento de veículos que transportavam donativos ou que estivessem envolvidos em operações de resgate de vítimas das enchentes no Estado. "Com isso, o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, em termos de volume de serviços, acabou aparecendo somente neste mês", explicou Lobo. Em maio, pelos dados do IBGE, o volume de serviços cresceu 0,1% ante abril, com ajuste sazonal.

Para tentar expurgar esse efeito, Arruda, da LCA, prefere comparar os dados em relação a igual mês do ano anterior e olhando para o comportamento da receita nominal de serviços. Por esse critério, houve queda de 15,7% em maio, no Rio Grande do Sul, e outra queda em junho, de 8,9%. Olhando os dados abertos de serviços nesse mesmo critério, destaca, há crescimento em junho de 6,1% em informação e comunicação e de 8,1% em outros serviços, o que alcança os serviços financeiros. "Mas os serviços de caráter mais presencial, como serviços às famílias, transportes e até um pouco dos serviços administrativos e complementares ainda mostram impacto muito negativo e aparentemente vai demorar um pouco mais para se recuperar", aponta Arruda.

Dólar mais caro reduz deflação de eletroeletrônicos

Rafael Rosas
De Rio

A pressão cambial levou a uma desaceleração na queda dos preços dos eletroeletrônicos vendidos pela internet no Brasil. O Índice de Preços Fipe/Buscapé mostrou em julho queda de 4,5% frente a julho do ano passado, a menor queda desde os 4,3% de fevereiro de 2023 nesta comparação. Na margem, o índice caiu 0,03% frente a junho, maior nível desde a alta de 1,88% de dezembro do ano passado, mês que costuma ver preços pressionados por causa do Natal.

A alta da moeda americana frente ao real este ano é vista como preponderante para a desaceleração do ritmo de queda dos preços dos eletroeletrônicos. Desde o último pregão do ano passado até o fechamento desta terça-feira (13), o dólar acumula alta de 12,3%.

Sérgio Crispim, pesquisador da Fipe, ressalta que há um componente estrutural no mercado que puxa os preços para baixo em todo o mundo, e não apenas no Brasil. Segundo ele, a desaceleração do movimento de queda na comparação com igual mês do ano anterior, que acontece desde março, é fruto exclusivamente do câmbio. "Percebemos quedas menos intensas nos últimos meses", diz Crispim.

A queda de 4,5% dos preços dos eletroeletrônicos vendidos pela internet frente a julho do ano passado foi a quarta desaceleração consecutiva. Em março, o recuo foi de 7,4% frente a março do ano passado.

O resultado na margem tem comportamento semelhante. A queda de 0,03% em julho frente a junho foi a menos expressiva do ano, comparável ao -0,05% de janeiro. "É possível que o índice registre variações positivas se o câmbio permanecer pressionado. Por exemplo, se o dólar continuar a se valorizar, o custo de produção de itens como smartphones, que dependem fortemente de componentes importados, pode aumentar. Isso poderia levar a um ajuste nos preços finais, revertendo a tendência de queda recente", afirma Francisco Donato, superintendente-executivo da Mosaico no Banco PAN.

A pesquisa — que monitora 47 categorias de eletroeletrônicos e mais de 2 milhões de preços continuamente, com informações do principal comparador de preços do país, o Buscapé — também mostrou que após os expressivos aumentos mensais nos preços dos aparelhos de ar-condicionado observados no último quadrimestre de 2023, a inflação desses produtos está estabilizada.

Em janeiro deste ano, a variação destes produtos, quando comparada a igual mês do ano anterior, era positiva em 25,7%. Em julho, esse patamar estava em 14,6%, fruto das menores temperaturas do meio do ano.

"A variação anual de ar-condicionado está estabilizada há quatro meses. O mercado está com o preço acomodado nesse patamar", diz Crispim.

Comunidade internacional errou com Venezuela, diz Lula

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou nesta terça-feira, 13, por telefone, com o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau. Um dos principais tópicos na conversa foi o impasse em torno da situação eleitoral na Venezuela, questão que vem sendo acompanhada de perto pelo governo brasileiro.

Lula defendeu que "há um histórico de erros da comunidade internacional" com relação ao país vizinho. Como exemplo, citou especificamente a imposição de sanções à economia venezuelana e o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente, em 2019.

As informações sobre a conversa constam de comunicado distribuído ontem pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência.

De acordo com o órgão, Trudeau teria reforçado apoio às gestões do governo brasileiro em prol da democracia e da transparência do processo eleitoral na Venezuela.

Em relação a isso, Lula teria destacado, por sua vez, os esforços conjuntos de Brasil, Colômbia e México em prol da normalização da situação política na Venezuela. "O mais importante é mantermos a América do Sul livre de conflitos, com prosperidade e harmonia", disse o presidente Lula, segundo nota divulgada pela Secom.

Há algumas semanas, Lula vem tendo conversas frequentes com os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Manuel López Obrador, para discutir justamente uma saída para a crise na Venezuela. Uma nova conversa está prevista para acontecer ainda esta semana, mas dependerá da compatibilidade de agenda dos três chefes de Estado.

Por fim, Lula convidou o primeiro-ministro do Canadá para a reunião de governos democráticos contra o extremismo, a ser realizada à margem da Assembleia Geral da ONU, em setembro, iniciativa conjunta com o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez.

Curta

Hidrogênio

O Ministério de Minas e Energia prevê concluir em dois meses a redação do decreto que vai regulamentar o marco legal do hidrogênio de baixo carbono, lei sancionada no início deste mês pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A sinalização foi passada pelo secretário nacional de transição energética e planejamento do Ministério de Minas e Energia, Thiago Barral, em seminário realizado na Câmara dos Deputados. Para ele, é importante que esse prazo seja cumprido para "fazer jus" à agilidade com a qual o Congresso Nacional tem aprovado propostas legislativas para regular o mercado. No evento, o técnico do governo afirmou que a norma ajudará o país a alcançar metas estabelecidas para o setor, que envolve disseminar plantas de hidrogênio em todas as regiões do país, multiplicar por sete os investimentos em pesquisa e inovação, o que considera fundamental para reduzir o custo dos projetos, e ampliar as fontes de financiamento dessa nova fonte de energia. "Estaremos, nos próximos dois meses, intensamente dedicados a construir o texto do decreto", afirmou Barral, em participação no seminário A Inserção do Hidrogênio na Matriz Energética Brasileira: Regulamentação e Projetos.

Congresso Proposta faz parte do pacote enviado pelo governo para regulamentar a reforma tributária

Câmara aprova texto-base de projeto que fixa regras para o comitê gestor do IBS

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (13), por 303 votos a 142, o texto-base do projeto de lei que estabelece as regras de funcionamento do comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), segundo texto do pacote de regulamentação da reforma tributária encaminhado pelo governo ao Legislativo. A proposta também altera regras do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

Logo após a aprovação do texto-base, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), informou que os destaques, com sugestões de alteração no parecer do relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE), serão apreciados apenas na sessão desta quarta-feira (14).

Partidos de oposição como o PL e o Novo posicionaram-se contra o avanço da medida, mas a resistência não foi suficiente para evitar a aprovação do texto-base.

A proposta define as regras do colegiado que será responsável por administrar e fiscalizar o imposto sobre consumo de Estados e municípios. Esse comitê será criado em até 120 dias, contados a partir da publicação da lei.

O grupo será integrado por um Conselho Superior, órgãos subordinados, como a Secretaria Geral e a Corregedoria, além de uma Diretoria Executiva — composta por nove diretorias.

O colegiado terá 54 membros, sendo 27 deles representantes de cada estado e o Distrito Federal, indicados pelo chefe do Poder Executivo estadual e distrital. Os outros 27 membros representarão o conjunto dos municípios e do DF, indicados pelos chefes dos Poderes Executivos municipais e distrital. Esses integrantes exercerão essa função por quatro anos.

O texto prevê ainda que o comitê gestor realizará reuniões obrigatórias a cada três meses, podendo convocar reuniões extraordinárias quando necessário.

Atendendo a um pedido do setor empresarial, Benevides incluiu em seu relatório um dispositivo que tem como objetivo dar mais segurança jurídica à aplicação das normas dos novos tributos. Às vésperas da votação, empresários procuraram o relator e revelaram uma preocupação com interpretações diferentes das regras no caso da necessidade de recorrer aos tribunais administrativos contra aplicações de multas pelos fiscais.

Em seu parecer, o pedetista vinculou as decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) à orientação dada pelo fórum de harmonização da reforma.

Minutos antes da votação, o relator protocolou um novo parecer no qual tornou opcional o pagamento do ITBI com alíquota reduzida na formalização do negócio, o que atendeu a uma demanda dos setores de construção civil e imobiliário. Atualmente, o ITBI é cobrado após a transferência ser formalizada. O texto original propunha a obrigatoriedade da cobrança antecipada. "Havia dúvida se o pagamento poderia ser feito antes do registro do imóvel, porque a ideia era que o compromisso de compra e venda, registrado em cartório de notas, já pudesse ser cobrado o ITBI para fins de registro de compra daquela pessoa. Como isso gerou muita controvérsia, mantivemos a questão do pagamento no registro de imóvel, mas abrimos a possibilidade de as prefeituras poderem cobrar uma alíquota menor, se assim for a vontade do contribuinte", disse Benevides durante a leitura de seu parecer em plenário.

Além disso, a proposição prevê que Estados poderão taxar recursos aportados em planos de previdência privada transmitidos a beneficiários por meio do ITCMD. Antes de ser enviada ao Congresso, a minuta tratava desse tema atendendo a um pedido dos estados, mas foi retirado após pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida pretende uniformizar as normas em âmbito nacional e garantir mais segurança jurídica à cobrança do tributo quando o plano tem caráter sucessório, para transmitir patrimônio.

O projeto estabelece ainda que os valores que tenham sido aportados em planos do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) com prazo superior a cinco anos não serão alvo de cobrança.

Atualmente, a cobrança do ITCMD sobre planos de previdência privada do tipo PGBL e VGBL já é feita em alguns estados, mas as regras divergem de estado para estado, o que fomenta questionamentos na Justiça.

Segundo o relator, o dispositivo incluído no parecer reflete um meio-termo em relação ao que pretendiam tanto estados quanto contribuintes. "Conseguimos fazer um acordo em que o VGBL securitizado, ou seja, que tem característica de seguro [previdenciário], fica integralmente isento do pagamento do ITCMD e isso deu uma acalmada grande", pontuou Benevides, que acrescentou que as alterações feitas por ele buscam evitar o planejamento tributário, prática que tem por objetivo o pagamento de menos tributos.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Benevides Filho: relator incluiu em seu relatório um dispositivo que tem como objetivo dar mais segurança jurídica à aplicação das normas dos novos tributos

Entra no radar revisão da estimativa para o PIB

Fernando Exman

O governo está convencido de que a economia vai crescer em 2024 mais do que os 2,5% previstos até agora. É mais do que a mediana do mercado captada pelo Boletim Focus do Banco Central (BC), de 2,20%, embora muitas casas também já estejam revendo para cima suas projeções. Mas enquanto esse movimento vai se cristalizando, internamente a discussão já ocorre em pelo menos três camadas no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios.

A primeira delas, técnica, vinha sendo conduzida de forma discreta. Ganhou corpo após a reunião ministerial conduzida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada. E o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou sobre o assunto em público na segunda-feira (12).

Ocorreu uma atualização em relação ao tom observado em uma declaração dele mesmo feita em meados de julho. Momentos antes de a Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta divulgar nova versão do Boletim Macrofiscal, Haddad antecipou a jornalistas que pedira "parcimônia" e "cautela" à área técnica. Como resultado, a projeção de alta do PIB, de 2,5%, foi mantida.

O cenário no Rio Grande do Sul, recém-atingido pelas enchentes que destruíram parte considerável do Estado e provocaram incomensuráveis perdas humanas, exigia prudência. Ainda assim, a área técnica avaliava que impactos negativos de até 0,4 ponto percentual do PIB estimados por alguns não estavam se confirmando. Por outro lado, alguns efeitos econômicos positivos de médio e longo prazos com a recuperação do Estado poderiam ser maiores do que o estimado inicialmente.

Uma autoridade explica que uma grande catástrofe como a que ocorreu no Rio Grande do Sul destrói, além de vidas, o estoque de capital físico do local da tragédia. Um processo de reconstrução, por sua vez, gera fluxo: emprego, renda e mobilização de materiais. "E PIB é fluxo", acrescenta.

Desde então, outros indicadores entraram no radar da equipe econômica e vêm sendo monitorados. Entre eles, dados e emprego e massa salarial. Também foram divulgados relatórios apontando crescimento da confiança empresarial. E nessa terça-feira (13), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que em junho o setor de serviços registrou seu melhor resultado no ano, após oscilações em torno da estabilidade.

Em paralelo, dirigentes de bancos públicos asseguram a interlocutores que é positiva a expectativa em relação à próxima safra e há crescente demanda por crédito imobiliário. Isso se soma à avaliação de ministros de que os investimentos em infraestrutura estão ganhando corpo e podem, assim como ocorreu neste ano com a boa herança estatística deixada pelo PIB de 2023, assegurar que a economia inicie 2025 sem perder tração.

É aí que entra a segunda camada dessa discussão, a esfera política. A economia é tema central nas pesquisas de avaliação. Na mais recente sondagem do Datafolha, por exemplo, 42% dos entrevistados viam piora na economia, ante 26% que citaram melhora. A situação estava igual para 29%.

Essa percepção ficou estável na comparação com levantamento realizado em junho. E melhorar esse índice é visto no governo como fundamental para o projeto eleitoral de 2026. Até lá, contudo, o desafio do governo também será melhorar a percepção do mercado em relação à política econômica.

Sob esta terceira perspectiva, além de menos volatilidade no curto prazo, a intenção é construir um caminho tendo em vista a recuperação do grau de investimento.

Acredita-se que muitas das incertezas que se avolumavam ao longo do tempo foram retiradas do horizonte de empresários e investidores. Uma delas foi a publicação do decreto que estabeleceu o novo sistema de meta contínua para a inflação, enquanto outra foi a posterior manutenção dessa meta em 3%, com intervalo de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Após turbulências nas bolsas, o Executivo também sinalizou que cortaria R$ 25,9 bilhões do Orçamento do ano que vem e anunciou uma contenção considerável das despesas de 2024. O presidente Lula, em uma mensagem depois reforçada por diversos ministros, comprometeu-se a respeitar o arcabouço fiscal.

Sabe-se que esse é um trabalho permanente. À medida que uma dúvida é mitigada, outra pode aparecer à frente.

Neste momento, a ideia é tentar retirar outras inseguranças do caminho. O plano é neutralizar as indefinições em relação à sucessão no Banco Central (BC) e como a autoridade monetária deve atuar sob nova administração, em um momento de grande preocupação com a inflação e o cenário internacional. Nos próximos dias, precisará ainda apresentar uma proposta orçamentária para 2025 que seja considerada responsável. E há pendências a resolver em relação às contas de 2024.

Ainda não se fala abertamente de percentuais. No entanto, executado esse plano, a revisão para cima da projeção do PIB viria acompanhada de outras notícias de impacto. Seria feito um contraponto à "convenção" de descrença observada entre alguns agentes do mercado, mas que, na visão do governo, não está baseada em fatos e dados.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Legislativo Objetivo dos parlamentares é liberar pagamento das emendas Pix e de comissão, mas antes vão aguardar posição do plenário do STF

Congresso discute opções para reverter decisão de Dino

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa
De Brasília

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Arthur Lira: presidente da Câmara negocia a aprovação de projeto para dar mais transparência às emendas Pix

A cúpula do Congresso Nacional discutiu na terça-feira (13) alternativas para reverter a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e liberar o pagamento das "emendas Pix" (de transferência direta para Estados e municípios) e das "emendas de comissão" (que substituíram o extinto Orçamento secreto). Algumas das ideias são aprovar projeto para dar mais transparência a esses mecanismos e até pegar o valor das emendas de comissão e torná-las emendas parlamentares individuais impositivas — ou seja, com pagamento obrigatório.

Apesar das discussões, os congressistas afirmam que o desfecho precisa ser combinado entre Câmara dos Deputados e Senado Federal e que devem aguardar o julgamento da liminar do ministro Flávio Dino pelo pleno do STF. A decisão será colocada no plenário virtual na sexta-feira (16) e os ministros terão até o dia 23 para dizer se concordam com a suspensão nas emendas ou discordam desta ação. Cabe também pedido de vista ou destaque para que seja votada no plenário físico, com mais debate.

Parlamentares lembram que a decisão que proibiu o orçamento secreto (ou "emenda de relator") ocorreu em um placar apertado, de 6 votos a 5. Desde então, dois ministros que votaram pela inconstitucionalidade do mecanismo saíram do tribunal e deram lugar a Dino e Cristiano Zanin, ex-advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Por outro lado, Dino obteve apoio da Procuradoria-Geral da República (PGR), que ingressou com ação para acabar com as emendas Pix. Para o procurador-geral, Paulo Gonet, o sistema gera perda de transparência, de publicidade e de rastreabilidade dos recursos públicos.

Parte dos deputados do Centrão diz ver o "dedo" do governo na liminar de Dino — que foi ministro da Justiça e Segurança Pública até janeiro — e cobra uma ação do Executivo para reverter essa decisão. São eles que dizem que, no limite, o Congresso pode pegar os R$ 15,5 bilhões das emendas de comissão, cujo pagamento é negociado entre o governo e o Legislativo, e torná-las emendas individuais com execução obrigatória pelo Executivo.

Outro grupo diz que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negocia a aprovação de projeto de lei ou de resolução para dar mais transparência às emendas Pix, como indicar a finalidade do recurso. Por exemplo, a construção de uma escola ou compra de um equipamento para uma unidade de saúde. Pode ser utilizado também o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 para isso. Essa ideia foi tema de uma reunião de Lira com líderes partidários aliados na manhã desta terça-feira. O governo não foi chamado para esta conversa.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu o aprimoramento das emendas Pix na LDO. "Onde houver algum tipo de dúvida sobre a transparência, isso evidentemente precisa ser corrigido e haverá toda iniciativa e boa vontade de minha parte de apresentar um modelo que todos fiquem satisfeitos", declarou Pacheco.

> "Onde houver dúvida sobre a transparência, isso deve ser corrigido"
> *Rodrigo Pacheco*

Haveria ainda discussões mais profundas sobre as emendas de comissão — cujo ponto fundamental é, justamente, a falta de publicidade sobre os valores recebidos por cada parlamentar, para que a "cúpula" disponha de recursos para manejar politicamente os votos na Câmara e Senado. Se esses dados todos forem públicos, destacam os congressistas, haverá uma "rebelião" do baixo clero contra os líderes.

Há ainda um grupo de parlamentares que critica o STF pela "interferência" do Judiciário e lembra da proposta de emenda constitucional (PEC) aprovada pelo Senado ano passado para limitar as decisões monocráticas (individuais) no STF e outros tribunais superiores. Outros, porém, buscam minimizar e dizer que é hora de baixar a fervura.

Em meio a um mal-estar entre os Três Poderes, circula no governo a ideia de propor que a distribuição de verbas oriundas das emendas parlamentares ao Orçamento sigam os mesmos critérios de proporcionalidade do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta, se concretizada, não solucionaria o cerne do problema apontado por Dino: a falta de transparência e rastreabilidade dos valores. Mas evitaria distorções, como o caso de São Luiz, menor município de Roraima, com 7,3 mil habitantes, que tem sido campeão em emendas, com mais recursos do que grandes cidades como Salvador.

O Palácio do Planalto também trabalha para que emendas para obras cujo valor já tenha sido empenhado sejam pagas. Interlocutores dizem que o governo se encontra em situação delicada e mantém esperança de uma solução entre os Poderes para evitar problemas para a sua agenda no Congresso. *(Colaboraram Caetano Tonet e Julia Lindner)*

Fechado acordo para votar compensação à desoneração

Caetano Tonet, Julia Lindner e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Após meses de negociações, Executivo e Legislativo chegaram a um acordo para a votação, nesta quarta-feira (14), do projeto de lei que aponta as medidas compensatórias para a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e municípios de até 156 mil habitantes. Em caso de avanço, a matéria segue para a apreciação da Câmara dos Deputados.

O principal obstáculo foi superado após o governo recuar da ideia do Ministério da Fazenda de aumentar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) como forma de compensar a desoneração. Com a resistência do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e dos pares, o líder do governo no Senado e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), alinhou a retirada do dispositivo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Como parte do acordo, a proposta de aumento da CSLL pode voltar à tona caso as propostas do Congresso se provem insuficientes.

Haddad confirmou os termos do acordo com o Congresso. "Para evitar da agenda não andar, o que nós falamos foi: vamos votar então as propostas do Senado, se o valor arrecadado superar as nossas expectativas e compensar a escadinha da reoneração, ficamos por aqui. Caso contrário, a gente volta pra mesa até o fim do ano pra resolver o problema da compensação", relatou o ministro.

Pacheco destacou que com o acordo foi possível "virar a página" sem o aumento de impostos. "Encaminhamos um bom acordo. Já há a concordância do governo de que não deve alterar impostos, especialmente Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que era uma pretensão nossa do Senado. Tentar sustentar a compensação da desoneração da folha de pagamento com medidas que não representem aumento de imposto", afirmou Pacheco.

Entre as propostas apresentadas pelo Senado para compensar a desoneração estão medidas como a repatriação de recursos do exterior, a atualização de ativos, a criação de uma espécie de "Desenrola" das multas aplicadas pelas agências reguladoras e a taxação para compras internacionais de até US$ 50.

Além das sugestões da Casa, Wagner afirmou que irá incluir nas compensações os recursos que o governo pretende arrecadar com o pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo o Ministério da Previdência, o governo federal estima economizar R$ 20 bilhões na revisão dos benefícios previdenciários.

Jaques Wagner disse que acertou com a Fazenda que o governo implemente "pra ontem" as medidas para compensar a desoneração através de decretos, portarias e até a edição de medidas provisórias (MPs).

"Eu já pedi para a Fazenda para implementar o mais rápido possível todos os programas que estão sugeridos no projeto. Não precisa esperar o projeto ser aprovado, na medida que ele vai para a Câmara ainda, mas ele pode começar a implementar", pontuou. "Se depender de medida provisória, ele publica e eu não vejo problema nenhum de ser aprovado aqui", acrescentou Wagner.

O líder não detalhou o formato de implementação das medidas arrecadatórias, mas garantiu que o governo está empenhado em cumprir o acordo firmado com o legislativo e os setores da economia.

"O que for necessário fazer do ponto de vista de legalidade será feito", declarou Wagner.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos, e já foi prorrogado diversas vezes.

É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que cidades com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória (MP) prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração.

A iniciativa mais recente desse processo de negociação é a busca por um acordo entre governo e Congresso em torno da compensação da medida.

Judiciário Segundo a 'Folha', relatórios embasaram decisões contra aliados de Bolsonaro

Moraes acionou TSE fora do rito, afirma jornal; ministro nega irregularidades

De Brasília

O gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), teria feito pedidos de forma não oficial para que a Justiça Eleitoral produzisse relatórios que fundamentariam decisões do magistrado no inquérito das "fake news" no STF, do qual ele é relator, segundo reportagem da "Folha de S.Paulo" publicada na terça-feira.

O jornal teve acesso a 6 gigabytes de mensagens e arquivos trocados via WhatsApp por auxiliares do ministro entre agosto de 2022, durante a campanha eleitoral, e maio de 2023. No período, Moraes presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo a reportagem, o material foi obtido com fontes que tiveram acesso a dados de um telefone que contém as mensagens, não decorrendo de interceptação ilegal ou acesso hacker.

Em nota, o gabinete de Moraes afirmou que todos os procedimentos envolvendo a utilização de relatórios nos inquéritos das "fake news" e das milícias digitais foram "oficiais, regulares e estão devidamente documentados".

"O gabinete do Ministro Alexandre de Moraes esclarece que, no curso das investigações do Inq 4781 (Fake News) e do Inq 4878 (milícias digitais), nos termos regimentais, diversas determinações, requisições e solicitações foram feitas a inúmeros órgãos, inclusive ao Tribunal Superior Eleitoral, que, no exercício do poder de polícia, tem competência para a realização de relatórios sobre atividades ilícitas, como desinformação, discursos de ódio eleitoral, tentativa de golpe de Estado e atentado à Democracia e às Instituições", diz a nota.

"Os relatórios simplesmente descreviam as postagens ilícitas realizadas nas redes sociais, de maneira objetiva, em virtude de estarem diretamente ligadas às investigações de milícias digitais. Vários desses relatórios foram juntados nessas investigações e em outras conexas e enviadas à Polícia Federal para a continuidade das diligências necessárias, sempre com ciência à Procuradoria Geral da República. Todos os procedimentos foram oficiais, regulares e estão devidamente documentados nos inquéritos e investigações em curso no STF, com integral participação da Procuradoria Geral da República", conclui o comunicado.

Os relatórios solicitados por Moraes, de acordo com os diálogos, tinham como foco postagens de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro investigados no inquérito das "fake news". Nas publicações, eles haviam publicado ataques à lisura das eleições de 2022 e a ministros do STF, além de incitar militares contra o resultado das urnas.

De acordo com a reportagem, as mensagens apontam um fluxo fora do rito, envolvendo dois tribunais, com o órgão de combate à desinformação do TSE sendo utilizado para abastecer um inquérito de outro tribunal, o STF.

O maior volume de solicitações informais, diz a reportagem, foi feito em diálogos com o juiz instrutor Airton Vieira, assessor de Moraes no STF, e o perito criminal Eduardo Tagliaferro, que na época chefiava a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do TSE.

FELLIPE SAMPAIO/STF

Moraes: gabinete do ministro afirma que procedimentos foram "oficiais, regulares e devidamente documentados"

Procurado pelo jornal, Vieira não se manifestou. Tagliaferro disse à "Folha" que não se manifestará, mas que "cumpria todas as ordens que me eram dadas e não me recordo de ter cometido qualquer ilegalidade".

Nas mensagens analisadas pela reportagem, Vieira, o assessor de Moraes, "pedia informalmente via WhatsApp ao funcionário do TSE relatórios específicos contra aliados de Bolsonaro", diz o texto do jornal. Os documentos, então, eram enviados da Justiça Eleitoral para o STF.

Em uma das solicitações, feita em 28 de dezembro de 2022, Vieira conversa com Tagliaferro sobre um pedido de monitoramento e produção de relatórios sobre postagens do jornalista Rodrigo Costantino e do apresentador Paulo Figueiredo.

Na conversa, o juiz auxiliar do gabinete no Supremo envia a Tagliaferro uma versão do relatório. Vieira, então, pede para que postagens específicas fossem incluídas no documento, indicando que o pedido havia sido feito por Moraes.

"Quem mandou isso aí, exatamente agora, foi o ministro e mandou dizendo: vocês querem que eu faça o laudo? Ele tá assim, ele cismou com isso aí. Como ele está esses dias sem sessão, ele está com tempo para ficar procurando", diz Airton Vieira em áudio enviado a Tagliaferro às 23h59 daquele dia.

Dias depois da conversa, em 1º de janeiro de 2023, Vieira enviou para Tagliaferro cópia de duas decisões sigilosas de Moraes no âmbito do inquérito das "fake news" produzida com base no relatório. No despacho, o magistrado trata o documento como se fosse produzido de maneira espontânea pela AEED, do TSE.

Na ocasião, Moraes ordenou a quebra de sigilo bancário de Constantino e Figueiredo, além de outras medidas, como cancelamento de passaportes, bloqueio de redes sociais e intimações para que fossem ouvidos pela Polícia Federal.

Em outro caso relatado pelo jornal, em novembro de 2022, o juiz instrutor do gabinete de Moraes envia um "print" de uma mensagem do ministro solicitando que o funcionário do TSE analisasse uma postagem de Constantino.

"Peça para o Eduardo analisar as mensagens desse [Constantino] para vermos se dá para bloquear e prever multa", diz a mensagem de Moraes. Segundo a "Folha", Tagliaferro respondeu com "já recebi" e "está para derrubada".

O jornal aponta que o relatório seria usado para embasar decisões relativas ao jornalista. "Eduardo, bloqueio e multa pelo STF (Rodrigo Constantino). Capriche no relatório, por favor. Rsrsrs. Aí, com ofício, via e-mail. Obrigado", afirma a mensagem de Vieira registrada pela "Folha". ***(Com agências noticiosas)***

INÊS 249

Cenário Estudo prevê que a América Latina crescerá apenas 0,9% na média no perído 2015-2024, abaixo dos 2% dos anos 1980

AL vive nova ‘década perdida’ de baixo crescimento, diz Cepal

Pedro Borg
De São Paulo

A América Latina vive uma nova “década perdida”, com um crescimento econômico inferior ao dos anos 1980, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Em relatório divulgado ontem, o órgão ligado à ONU alertou que a região sofre os impactos gerados pelo ambiente de incerteza generalizado ao redor do mundo, em meio a conflitos globais e medidas protecionistas das principais economias mundiais.

“Passamos uma década de crescimento praticamente nulo”, disse o secretário-executivo da Cepal, José Manuel Salazar-Xirinachs, durante a entrevista coletiva na qual apresentou o relatório.

Neste ano, a América Latina deverá crescer 1,7%. Para 2025, a Cepal projeta uma melhora no crescimento, de 2,3%, puxada por um aquecimento das economias dos países da América do Sul.

A Cepal estima um crescimento médio de apenas 0,9% na América Latina no período 2015-2024, como resultado da baixa produtividade do trabalho, falta de investimentos e um espaço fiscal limitado para implementação de políticas macroeconômicas para reativação da economia, bem como pela incerteza global. Esse resultado é bem inferior ao crescimento médio da década de 1980, de 2%.

PIB da América Latina
Variação anual, em %

	2024*	2025*
América Latina	1,7	2,3
Brasil	**2,3**	**2,1**
Argentina	-3,6	4,0
Colômbia	1,3	2,6
Uruguai	3,6	2,6
México	1,9	1,4
Bolívia	1,7	2,2
Equador	1,8	1,6
Chile	2,6	2,3
Peru	2,6	2,5
Paraguai	3,8	3,6
Venezuela	5,0	3,0

Fonte: Cepal *projeção

“Para superar essa armadilha do baixo crescimento e criar empregos de qualidade, os governos precisam articular políticas macroeconômicas e de desenvolvimento produtivo que estimulem o investimento e a produtividade, e permitam alcançar crescimento inclusivo e sustentável”, aponta o relatório da Cepal.

A agência estima que a América do Sul pode crescer 1,5% este ano, uma leve queda em relação à alta de 1,6% em 2023, enquanto a América Central e o México devem expandir 2,2%, uma queda em relação ao crescimento de 3,2% registrado no ano passado. Já o Caribe, excluindo a Guiana, deve crescer 2,6% frente aos 2,9% de 2023, de acordo com o relatório.

A perspectiva para este ano é de uma leve deterioração do balanço de pagamento da região, que deve ser negativo, equivalente a 1,7% dos Produto Interno Bruto (PIB), em meio ao crescimento e comércio globais ainda frágeis, e taxas de juros globais elevadas por mais tempo do que o esperado, resultando em um dólar mais forte, aponta a Cepal.

Além dos problemas internos, a região deverá sofrer com os impactos dos conflitos geopolíticos, provocando possíveis disrupções nas cadeias de suprimento globais e aumento no preço dos alimentos e consequentemente da inflação.

A desaceleração da atividade econômica na região nos primeiros meses de 2024 deveu-se principalmente a problemas internos de suas principais economias, como a diminuição do consumo privado na Argentina, a queda dos investimentos na Colômbia, a queda do consumo das famílias no Brasil e o declínio nas atividades de produção de alimentos no México devido ao clima, disse o relatório.

Para o Brasil, a agência prevê crescimento de 2,3% neste ano e 2,1% em 2025 — a piora se deve a condições climáticas desfavoráveis para a produção agrícola.

Somam-se aos fatores internos os desafios do cenário externo, onde a “combinação de tensões geopolíticas, medidas restritivas comerciais, conflitos regionais, peso da dívida e crises setoriais” configuram um “cenário de elevada incerteza e risco” e podem impactar severamente o região, diz a Cepal.

A Cepal também expressou preocupação com a estagnação dos níveis de investimento, que continuaram a diminuir em meio à fraca confiança no setor empresarial. Da mesma forma, destacou a desaceleração na criação de empregos como um dos principais desafios para uma expansão mais vigorosa da região.

Só no primeiro trimestre de 2024, a taxa de crescimento do número de pessoas ocupadas nas economias da América Latina e do Caribe diminuiu 1,9 ponto percentual em relação ao observado em igual período de 2023, o nível mais baixo registrado desde o primeiro trimestre de 2022. “Esta última década foi a mais baixa em criação de empregos dos últimos 70 anos”, disse Salazar-Xirinachs. *(Com agências internacionais)*

Apesar da tensão comercial, empresas alemãs elevam investimentos na China

Guy Chazan
Financial Times, de Berlim

O investimento direto alemão na China cresceu de maneira expressiva este ano, em uma indicação de que as empresas da maior economia da Europa estão ignorando os apelos de seu governo para que se diversifiquem para outros mercados menos arriscados do ponto de vista geopolítico.

Números fornecidos ao Financial Times pelo Bundesbank, o banco central da Alemanha, mostram que os investimentos diretos alemães na China chegaram a € 2,48 bilhões nos primeiros três meses de 2024 e subiram para € 4,8 bilhões no segundo trimestre.

Isso eleva o total do primeiro semestre de 2024 para €7,3 bilhões, enquanto em todo o ano de 2023 os investimentos somaram €6,5 bilhões.

O investimento, que em grande parte veio das grandes montadoras alemãs de automóveis, cresceu apesar dos alertas do governo do premiê Olaf Scholz sobre o aumento dos riscos geopolíticos associados ao mercado chinês.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, fez um apelo às empresas de toda a União Europeia para que “reduzam os riscos” com relação à maior economia da Ásia.

Muitos na Europa temem que os líderes empresariais da Alemanha não tenham aprendido as lições da guerra na Ucrânia, que expôs o envolvimento perigoso do país com a Rússia e sua dependência excessiva do gás russo.

O receio é de que uma escalada das tensões geopolíticas no Estreito de Taiwan possa se mostrar desastrosa para muitas empresas alemãs que têm laços extensos e cada vez mais profundos com a China.

Isso também poderia deixar a Alemanha sem acesso aos muitos insumos e matérias-primas necessários para a fabricação de todo tipo de produto, desde compostos químicos até células solares e baterias para carros elétricos. A dependência alemã das importações chinesas é particularmente grande no caso dos metais de terras raras, como o escândio e o ítrio.

Especialistas dizem que boa parte desses investimentos são lucros obtidos na China e reinvestidos lá mesmo. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica de Colônia (IW Köln) mostrou que mais da metade do lucro de €19 bilhões que empresas alemãs conseguiram na China no ano passado foram reinvestidos no país.

Segundo esses especialistas, o aumento no investimento direto alemão é reflexo da nova estratégia “na China e para a China” adotada por empresas como a Volkswagen, com o objetivo de transferir mais produção para um de seus maiores mercados.

“As empresas perceberam a formação de muitos gargalos durante a pandemia de covid-19 e o bloqueio do Canal de Suez”, afirmou Friedolin Strack, especialista em China do BDI, o principal lobby empresarial da Alemanha. “Elas estão determinadas a reduzir todos os riscos em suas cadeias de suprimento ao reorganizá-las em uma base regional, por meio da localização. Isso tem acontecido muito na China, em especial.”

Mas Jürgen Matthes, especialista em comércio Alemanha-China do IW Köln, alertou que essa estratégia pode acabar por prejudicar a economia interna alemã.

“É uma salvaguarda contra possíveis riscos geopolíticos, como uma escalada no Estreito de Taiwan, mas ela se dá em detrimento da economia alemã e do mercado de trabalho alemão”, disse ele. “Nós exportaremos menos para a China, e mais produtos serão fabricados na China e por trabalhadores chineses.”

Os últimos números foram divulgados pouco mais de um ano depois de o governo Scholz adotar uma estratégia específica da Alemanha para a China, pela primeira vez na história do país. Uma estratégia que tem como base a necessidade da maior economia da Europa de “reduzir o risco” de suas relações com a China.

Scholz insiste em que é contra a ideia de “desacoplamento” entre a Alemanha e a China e contra cortar os laços completamente, mas ao mesmo tempo adverte as empresas “para que não ponham todos os ovos na mesma cesta”. A estratégia pede às empresas alemãs que diversifiquem suas cadeias de fornecedores e mercados de exportação para outros países que não a China, de forma a reduzir a vulnerabilidade do país a choques externos.

Mas até o momento há poucas indicações de que as empresas – em particular as grandes montadoras – estejam dando ouvidos às advertências do governo.

> “Ímpeto do investimento alemão na China deve continuar”
> *Danielle Goh*

Para Danielle Goh, analista do grupo de pesquisa Rhodium Group, que tem sede nos Estados Unidos, o “forte ímpeto” do investimento alemão na China deve continuar pelo resto do ano.

Ela citou uma série de anúncios de projetos dispendiosos nos últimos meses, como o plano da Volkswagen de investir 2,5 bilhões de euros na expansão de seu centro de produção e inovação na cidade de Hefei, na província de Anhui, e o da BMW de gastar 2,5 bilhões de euros com sua Base de Produção de Shenyang.

“Nos últimos cinco anos, os investimentos alemães corresponderam repetidamente a mais de 50% dos investimentos de todos os 27 países da UE na China, sobretudo por causa dos aportes das montadoras alemãs”, disse Goh.

Em conversas reservadas, alguns dirigentes empresariais manifestam preocupação com o envolvimento cada vez mais profundo do setor automobilístico alemão com a China. A Volkswagen, em especial, tem sofrido críticas por suas operações em Xinjiang, onde as autoridades chinesas são acusadas de forte repressão contra a população uigur.

“Algumas empresas simplesmente são dependentes demais dos lucros que conseguem na China”, disse um dos dirigentes. “Elas estão presas em uma espécie de gaiola de ouro.”

Irã diz que só o cessar-fogo em Gaza pode evitar um ataque a Israel

ABDEL KAREEM HANA/AP

Só um acordo de cessar-fogo em Gaza, decorrente das negociações esperadas para esta semana, impediria o Irã de retaliar diretamente o Israel pelo assassinato do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, em seu território, disseram ontem três altas autoridades iranianas. Em meio à tensão de um ataque iminente e uma guerra mais ampla no Oriente Médio, os EUA aprovaram a venda de US$ 20 bilhões em armamentos para Israel, incluindo uma série de caças e mísseis, segundo o Departamento de Estado. A aprovação se inclui no conjunto de esforços dos EUA para que Israel e Hamas participem de uma rodada de negociações já nesta semana. Na noite de segunda-feira, um ataque de Israel a Khan Yunis, no sul de Gaza provocou a morte de 10 pessoas, informaram ontem fontes palestinas. Na foto, Mohammad Abu Al-Qumsan, no centro, reza ao lado dos corpos de seus dois filhos gêmeos de 4 dias, mortos no bombardeio das forças israelenses.

Houthis retomam ofensivas e atacam navio três vezes no Mar Vermelho

Jon Gambrell
Associated Press, de Dubai

Um petroleiro com bandeira liberiana foi atacado três vezes ontem no Mar Vermelho , em uma delas com um barco-drone cheio de bombas. A ofensiva marca o início da mais recente campanha dos rebeldes houthis do Iêmen em resposta à guerra Israel-Hamas, disseram autoridades.

Os ataques ocorrem enquanto o principal patrocinador dos rebeldes, o Irã, considera uma possível retaliação contra Israel pela morte do líder político do Hamas Ismail Haniyeh no mês passado em Teerã, capital do Irã, o que renovou os temores de uma guerra regional mais ampla no Oriente Médio.

Os ataques dos houthis já interromperam o fluxo anual de mercadorias no valor de US$ 1 trilhão através da rota marítima crucial para o comércio entre Ásia, Europa e Oriente Médio, além de provocar os combates mais intensos para a Marinha dos EUA desde a 2ª Guerra Mundial.

O Delta Atlantica, de bandeira grega, foi atacado pela primeira vez quando dois explosivos detonaram perto dele, segundo o Centro Conjunto de Informações Marítimas, uma força multinacional supervisionada pela Marinha dos EUA. Um pequeno navio “piscando luzes” para o petroleiro carregado se aproximou durante o incidente, disse o centro. Mais tarde, um pequeno navio piscou luzes para o Delta Atlantica antes de uma nova explosão próxima a ele, de acordo com o centro.

O terceiro ataque ocorreu horas depois, a cerca de 180 km a noroeste da cidade portuária de Hodeida, controlada pelos Houthis, o que levou uma força de segurança armada a bordo do petroleiro a abrir fogo.

Outro navio, identificado pelo centro como um petroleiro com bandeira do Panamá chamado On Phoenix, também sofreu uma explosão ao largo de seu lado na terça-feira, mas igualmente não sofreu danos, informou o centro.

Os houthis ainda não reivindicaram a responsabilidade pelos ataques, embora às vezes esperem dias para fazê-lo, e outras vezes reivindiquem ataques que parecem não ter ocorrido.

Os houthis têm atacado mais de 70 embarcações com mísseis e drones desde o início da guerra na Faixa de Gaza em outubro. Eles apreenderam um navio e afundaram dois na campanha que matou quatro marinheiros. Outros mísseis e drones foram interceptados por uma coalizão liderada pelos EUA no Mar Vermelho ou falharam em atingir seus alvos.

Os rebeldes afirmam que têm como alvo navios ligados a Israel, EUA ou Reino Unido para forçar o fim da guerra de Israel contra o Hamas em Gaza. No entanto, muitos dos navios atacados têm pouca ou nenhuma conexão com o conflito, incluindo alguns com destino ao Irã. O centro disse que não encontrou nenhuma ligação entre o Delta Atlantica e a guerra em Gaza.

Os houthis também lançaram drones e mísseis em direção a Israel. Os israelenses responderam com ataques aéreos à cidade portuária de Hodeida, controlada pelos houthis, que atingiram depósitos de combustível e estações elétricas, matando e ferindo várias pessoas, dizem os rebeldes.

Após os ataques, os houthis suspenderam seus ataques até 3 de agosto, quando atingiram um navio porta-contêineres com bandeira liberiana que navegava pelo Golfo de Áden.

Demanda por petróleo deve desacelerar, diz AIE

Dow Jones

O crescimento da demanda global por petróleo deve desacelerar para menos de um milhão de barris por dia neste ano e no próximo, com a desaceleração no consumo da China impactando as perspectivas, disse ontem a Agência Internacional de Energia (AIE).

A organização estima que a demanda global crescerá para 970 mil barris por dia em 2024 e para 953 mil barris no próximo ano, abaixo das estimativas anteriores de 974 mil e 979 mil barris por dia. A demanda total deve ficar em uma média de 103,1 milhões e 104 milhões de barris por dia este ano e no próximo, respectivamente.

No 2º trimestre deste ano, a demanda global aumentou para 870 mil barris por dia, com uma forte temporada de calor nos EUA elevando a demanda por gasolina, enquanto os combustíveis industriais e as matérias-primas petroquímicas na Europa e na Ásia tiveram uma recuperação moderada, segundo a agência.

Curtas

Corina pressiona Maduro

A líder da oposição venezuelana, María Corina Machado, disse ontem que “é do interesse de Nicolás Maduro” estabelecer negociação com a oposição, em meio a questões locais e internacionais sobre as eleições presidenciais do dia 28. “Se Maduro fizer uma avaliação realista das suas opções, acabará por compreender que uma posição de entrincheiramento militar e baseada na repressão e na mentira não é sustentável”, disse. A oposição acusa Maduro de fraudar a eleição e apresenta atas que comprovariam a vitória de seu candidato, Edmundo González.

Fome na Argentina

Na Argentina, 1,5 milhão de crianças deixam de fazer alguma refeição durante o dia, enquanto 1 milhão delas vai para a cama sem jantar, informou ontem Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ao lançar a campanha “A fome não tem final feliz ”, com base em um relatório sobre domicílios com crianças e adolescentes. Segundo o estudo, 4,5 milhões dos adultos que vivem nesses lares não conseguem fazer todas as refeições. Em muitos casos, eles “priorizam a alimentação dos filhos” em um contexto de falta de renda para alimentar toda a família.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Prazo para universalização do saneamento corre riscos

O novo marco legal do saneamento básico estimulou o investimento privado no setor e criou ambiente sadio para um aumento rápido e significativo da oferta desses serviços. Desde julho de 2020, quando foi aprovado, até maio deste ano, foram realizados 45 leilões de concessões de água e esgoto, que resultaram em R$ 69,2 bilhões em novos investimentos. Além disso, estão em estruturação mais 43 projetos, com potencial para gerar R$ 105 bilhões em novas obras, segundo a Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto.

Quando o presidente Lula assumiu, o marco do saneamento chegou a ser posto em xeque por conta da resistência política a algumas de suas regras, como a exigência de que companhias públicas comprovassem capacidade para investir e atingir a universalização do atendimento da população. O novo marco estabeleceu que 99% da população deverá contar com água potável e 90% com esgotos coletados até 2033. Os dados mais recentes mostram o desafio: 32 milhões de pessoas ainda não recebem água potável e 90 milhões não têm o esgoto coletado.

Apenas três meses após tomar posse, em 2023, o governo cedeu às pressões políticas e emitiu um decreto que alterou o marco do saneamento, amenizando as exigências de empresas estatais e prefeituras. Foi prorrogado até dezembro de 2025 o prazo para que as estatais provem que são capazes de fazer os investimentos necessários para a universalização dos serviços; caso contrário, o governo local precisará licitar o serviço para outra empresa. Mas a comprovação da capacidade financeira e técnica das estatais também foi flexibilizada. O decreto ainda mantém os contratos sem licitação assinados entre governos e estatais, os chamados contratos de programa, que haviam sido proibidos pelo marco original.

O governo Lula manteve a meta de universalização em 2033. As mudanças introduzidas dificultam, porém, o cumprimento da promessa, porque a ampliação dos serviços exige grandes investimentos, difíceis de bancar com recursos públicos em momento de aperto fiscal, e depende mais do setor privado.

Pesquisa do Instituto Trata Brasil e GO Associados estima que as operadoras de saneamento precisarão investir mais R$ 509 bilhões para o país atingir a universalização, o que significa R$ 46,3 bilhões por ano a partir de 2023, último com dados disponíveis, para atender a previsão legal. O montante é mais do que o dobro dos R$ 20,9 bilhões investidos por ano hoje.

A mudança de regras pelo governo Lula não reduziu o apetite do setor privado, como mostrou a privatização da Sabesp, embora o mercado esperasse mais competição e valores mais elevados, por seus mais de 28 milhões de clientes do serviço de abastecimento de água e 25 milhões de coleta de esgoto. O governo de São Paulo vendeu 32% de participação na Sabesp, por R$ 67 por ação. A Equatorial se comprometeu a investir cerca de R$ 70 bilhões para a universalização do saneamento no Estado até 2029, antes, portanto, da data prevista pelo marco legal. Com a privatização, a Sabesp deverá migrar a contratação dos próximos R$ 27 bilhões de obras para o ambiente privado, o que deve acelerar o processo.

Acredita-se que a privatização da Sabesp renovou o interesse privado pelo setor e pode estimular os investimentos. Vão testar o apetite duas concessões marcadas para setembro, a do Piauí e a de Sergipe. Há uma dezena de outras em estudo, algumas com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Não foi um bom sinal o adiamento para setembro da concessão do Piauí, que estava prevista para esta semana. Nota do governo estadual atribuiu o adiamento a "algumas adequações que serão feitas no edital, em função dos questionamentos recebidos", sem detalhar. O Valor apurou que a razão foi a falta de interessados. Agora o leilão vai coincidir com o de Sergipe. Segundo a nota, a concessão prevê que 99% da população será atendida com abastecimento de água até 2033 e 90% com esgotamento sanitário até 2040, incluindo a zona rural. O prazo previsto para a universalização da coleta de esgoto está além da data fixada no marco do saneamento.

Não só o Piauí prevê atraso na universalização. Os números variam, mas há projeções de que a meta só será alcançada em 2070. Pelo ritmo atual dos investimentos, da preparação dos projetos de concessões e a existência de regiões ainda negligenciadas, o Trata Brasil acredita que a meta atrasará 37 anos.

A enchente no Rio Grande do Sul sublinhou uma nova preocupação nesses projetos, antes desconsiderada: o risco dos desastres climáticos. O marco original do saneamento já previa que os contratos de concessão levassem em conta o problema. Neste ano, nova norma da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) passou a demandar o detalhamento dos riscos e a divisão de responsabilidades (O Globo 4/8). Com as estações de tratamento e distribuição de água alagadas pelas enchentes de maio, e depois paralisadas pela falta de energia elétrica, milhares de pessoas ficaram sem água potável no Rio Grande do Sul. É um exemplo de novo fator de atraso potencial.

Mas é importante não sair do caminho traçado da busca da universalização e fazer todo o possível para alcançá-la o quanto antes.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Data centers podem ser nova fronteira de desenvolvimento inclusivo no país. Por **André Clark e Tânia Cosentino**

Energia verde para a Inteligência Artificial

Não é exagero afirmar que, nos últimos 24 meses, a Inteligência Artificial (IA), mais precisamente a IA Generativa, surgiu como uma tecnologia de disrupção econômica comparável ao surgimento da máquina a vapor nos primórdios da Revolução Industrial e dos computadores pessoais na década de 80. Suas atuais e potenciais aplicações, quando integradas a outras tendências da transformação digital, a exemplo da Internet das Coisas ou da eletrificação da mobilidade, criam fronteiras de conhecimento exponencial que são limitadas apenas pela capacidade da imaginação humana e, em uma compreensão mais ampla, pelo uso e disponibilidade da geração global de energia.

A espinha dorsal desse encontro entre a ascensão da Inteligência Artificial e o mercado de energia é a nuvem, habilitada pelos data centers, que armazenam, processam e distribuem dados, à medida em que se tornam infraestruturas fundamentais ao transformarem, essencialmente, elétrons em capacidade computacional para as redes neurais e algoritmos da IA.

Vale ressaltar o aspecto democrático da nuvem, que pode ser acessada por empresas de qualquer tamanho. Essa tecnologia remove a barreira da infraestrutura de Tecnologia da Informação para as pequenas e médias empresas, modificando a forma como produzimos, comunicamos, criamos conteúdo, fazemos comércio e acessamos a saúde, entre outras atividades. Isso possibilita não somente novas experiências, muitas vezes hiper personalizadas, até significativos ganhos de produtividade.

Portanto, sua adoção é um caminho sem volta e, para que ela seja disponibilizada amplamente, serão necessários altos investimentos na construção de data centers, desencadeando um aumento no consumo de energia. Ou seja, se por um lado a Inteligência Artificial traz inúmeros benefícios, precisaremos estar atentos para mitigar seus impactos ambientais, advindos do consumo de energia. Ações de eficiência energética, de redução de carbono e consumo de água são fundamentais para os compromissos climáticos até 2030.

Com o treinamento de novos modelos por meio de grandes quantidades de dados e a aplicação em soluções respondendo pela maior parte da demanda de energia da Inteligência Artificial, a Agência Internacional de Energia (IEA) estima que o consumo global de eletricidade nos data centers dobrará em 2026 em relação ao de 2022, enquanto analistas do Morgan Stanley projetam que a IA venha a representar mais de 70% da demanda global de energia nos data centers em 2027 — um consumo anual equivalente ao da Espanha ou Japão.

Não por acaso, a Inteligência Artificial e o ganho de escala sem precedentes na demanda de energia dos data centers, somados às necessidades de um tráfego global de rede que cresceu cerca de 25 vezes desde 2010, coloca as empresas de tecnologia, a exemplo da Microsoft, entre os principais investidores em transição energética e infraestrutura no mundo. De acordo com a BloombergNEF, as companhias desse segmento são atualmente umas das maiores compradoras privadas de energia renovável no planeta e seus aportes em capex para expansão de data centers, revelam seus relatórios junto ao U.S. Securities and Exchange Commission.

STOCKSNAP POR PIXABAY

Uma oportunidade como essa, atualmente do tamanho do PIB da Finlândia — R$ 1,575 trilhão — não pode ser ignorada pela cadeia de valor de energia. É importante ressaltar que a necessidade de abastecimento ininterrupto, dada a missão crítica dos data centers na disponibilidade dos serviços digitais e das soluções de IA, destrava investimentos com efeito em cascata. Com tudo isso, vem também uma necessidade da utilização de energia limpa para esses data centers, em linha com as metas net zero.

Nesse sentido, precisamos considerar a característica intermitente das renováveis, mas também a resiliência da rede elétrica, englobando a flexibilidade dos sistemas de armazenamento e, de modo imperativo, a capacidade e modernização da transmissão, que, por sua vez, passa por um profundo processo de digitalização no seu planejamento.

Considerando que projetos de energia podem levar até sete anos para serem implementados nos Estados Unidos, e que países como Irlanda e Alemanha impõem condições mais rigorosas para novos data centers devido à carga gerada pela Inteligência Artificial em suas redes, uma perspectiva promissora se desenha para o Brasil. Com uma matriz energética abundante, limpa e relativamente mais barata, o país passa a ocupar um espaço estratégico no ambiente de negócios, tanto no contexto de alcance das metas de descarbonização quanto na mitigação de riscos para a segurança energética de empresas.

A exemplo disso, a Microsoft estabeleceu um acordo para a geração de energia renovável por meio do Complexo Eólico Cajuína, localizado no Rio Grande do Norte. Essa é uma iniciativa que representará um impacto de 154 MW de capacidade instalada, o suficiente para cerca de 250 mil residências e evitar a emissão anual de 28,7 mil toneladas de gases de efeito estufa. Além disso, o projeto também promove a diversidade e inclusão de gênero no setor de tecnologia, uma vez que é 100% operado por mulheres.

No Brasil, que concentra 40% dos investimentos em data centers da América Latina segundo a Empresa de Pesquisa Energética, essa janela é mais que um mero potencial para a atual política de neoindustrialização verde. Lugares como Jundiaí, em São Paulo, por exemplo, já servem de base para empresas consolidadas de infraestrutura de dados, gerando capitais e empregos. Por lá, inclusive, a Siemens Energy é uma das beneficiadas pela crescente demanda de energia impulsionada pela IA, com linhas de produção dedicadas à exportação de equipamentos de rede elétrica, como transformadores, para centros de processamento fora do país.

Com uma oferta de energia limpa que excederá a própria demanda em 2,5 vezes até 2028, conforme mostra o Operador Nacional do Sistema Elétrico, o país está posicionado favoravelmente para uma revolução de IA verde. Entre tantas vantagens, temos um planejamento energético robusto, vocação para a inovação e somos uma democracia estável, alinhada aos interesses ESG de empresas e investidores.

Por isso, vemos com otimismo a possibilidade de atrair investimentos de novos data centers no Brasil, alimentados por energia renovável, não só para atender a demanda nacional, como a internacional, por IA e serviços digitais. Esta pode ser a nossa nova fronteira de desenvolvimento inclusivo, trazendo divisas e gerando empregos sem deixar de lado nossas responsabilidades ambientais. Verdade seja dita: temos a oportunidade para muitas Jundiaís em nosso país.

André Clark é vice-presidente Sênior da Siemens Energy para a América Latina.
Tânia Cosentino é presidente da Microsoft Brasil.

Falta clareza nos comunicados do Copom

Nilson Teixeira

Um dos exemplos das alterações promovidas pelas duas gestões mais recentes do Banco Central (BC) para tornar sua comunicação mais tempestiva e transparente vem do comunicado do Copom, que passou a discutir sua avaliação e a explicar as decisões tomadas logo após o término da sua reunião. Apesar do excelente avanço, o documento ainda é dúbio, em parte devido à possível percepção de que um eventual erro de avaliação do Copom pode comprometer a credibilidade do BC.

A crença sobre esse risco é equivocada, pois não faz sentido ter a pretensão de antecipar com precisão a dinâmica dos fundamentos e, consequentemente, dos juros. Nesse contexto, a melhor resposta do BC seria a publicação de um comunicado assertivo e direto, de forma a reduzir a incerteza sobre a provável atuação da instituição para diferentes cenários prospectivos.

Comentários como os do comunicado de 31 de julho como "demanda serenidade e moderação" e "o Comitê se manterá vigilante", bem como a inclusão do trecho "acompanhamento diligente e ainda" antes da referência de "maior cautela" presente no texto anterior, dizem muito pouco. Por definição, o Copom precisa sempre de serenidade e de moderação, assim como se manter sempre vigilante com um acompanhamento diligente. Essa abordagem dúbia e pouco clara deveria ser abandonada, pois é um resquício do passado em que não se percebia que uma comunicação tempestiva e transparente contribui para a melhor condução da política monetária.

A incerteza gerada pela comunicação pouco direta dos comunicados é comprovada pela reação a respeito do último balanço de riscos para a inflação. Enquanto alguns participantes de mercado assinalaram que o balanço passou a ser assimétrico, pois o documento tinha aumentado os riscos negativos de dois para três e mantido apenas dois positivos; outros concluíram que o equilíbrio continuava simétrico, pois o que importaria seria a relevância de cada fator e não o número deles.

O Copom falha ao transferir informações relevantes para a semana seguinte à reunião e ao dar espaço para a alegação de que são transmitidas informações inéditas nas primeiras discussões públicas, ou até privadas, de membros do comitê com audientes externos após a divulgação dos documentos. Na última reunião do Copom, por exemplo, o comunicado de 31 de julho teria sido mais adequado caso tivesse apontado claramente sua leitura sobre o balanço de riscos frente à reunião anterior, em vez de só especificar sua avaliação sobre o tema em 6 de agosto, ao assinalar que "todos os membros concordaram que há mais riscos para cima na inflação, inclusive com vários membros enfatizando a assimetria do balanço de riscos".

O comitê também erra ao não especificar de forma direta que aumentou a probabilidade do cenário em que é necessário aperto monetário adicional em algum momento futuro para garantir a convergência da inflação para sua meta, em vez de mencionar "a necessidade de maior vigilância".

As capas dos principais jornais no dia seguinte à divulgação dos documentos comprovam as diferenças de interpretação sobre o seu teor. Em reação ao comunicado, as manchetes de 1 de agosto nos quatro principais jornais do país foram: Copom mantém a Selic em 10,5% (Valor); BC e Fed mantêm juros, mas com sinais distintos para novas decisões (Estado de S. Paulo); BC mantém juro em 10,5% ao ano pela 2ª vez seguida (Folha de S. Paulo) e BC mantém juros e cita maior vigilância (O Globo).

As manchetes em 7 de agosto, após a divulgação da ata no dia anterior, tiveram mensagem bastante diferente, sendo, respectivamente, de: Copom usa tom duro em ata, e juro futuro sobe; Banco Central avisa que não hesitará em elevar juro para conter a inflação; BC sobe o tom e diz que pode elevar os juros para conter a inflação; e BC afirma que não hesitará em subir juros contra a inflação. As matérias não deixam dúvidas de que a ata foi mais incisiva do que o comunicado na indicação do risco de alta de juros.

Copom erra ao não especificar claramente que aumentou a chance de um aperto monetário adicional

As reações dos futuros de taxa de juros após a divulgação dos documentos também comprovam que a ata teve um tom mais duro sobre o risco de alta da taxa Selic frente às expectativas embutidas nos preços no dia anterior. Após a divulgação do comunicado, as taxas de juros após a 1ª hora de funcionamento do mercado em 1 de agosto recuaram 7 pontos base (pb) nos contratos de janeiro de 2025 e 7 pb nos de janeiro de 2027. Já após a divulgação da ata em 6 de agosto, as taxas de juros aumentaram na 1ª hora de operações, respectivamente, 6 pb e 9 pb. Caso o comunicado tivesse indicado adequadamente o risco de elevação da taxa Selic, a reação dos juros após a divulgação da ata teria sido menos significativa — não houve outras notícias relevantes desde o fechamento no dia anterior.

A linguagem mais cifrada em seus comunicados não é uma exclusividade do BC. Os textos dos comitês monetários dos bancos centrais dos EUA (Fed) e da Área do Euro (BCE) são igualmente indiretos. Todavia, as entrevistas dos presidentes dessas instituições imediatamente após a sua divulgação agregam mais informações, servindo para esclarecer as mensagens, bem como tornar a comunicação mais completa sobre as discussões dos seus encontros. A maior transparência do Fed também está presente nas projeções dos participantes do seu comitê para os fed funds nos primeiros três anos. No caso do Brasil, a ata tem servido para calibrar e tornar menos obtusa a comunicação da autoridade monetária. Todavia, a ata só é divulgada com três dias de defasagem e mantém tom cifrado.

Em suma, a incerteza gerada nos últimos documentos do Copom reforça a necessidade de aumentar sua clareza e assertividade. A divulgação de um comunicado mais claro e direto seria fundamental para ampliação da qualidade na comunicação do BC, redução da incerteza sobre a reação do Copom em diferentes cenários plausíveis e melhoria da coordenação das expectativas de mercado. Essa estratégia seria muito mais eficiente do que, por exemplo, a incorporação de entrevista após a reunião do órgão.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Mercado de títulos dá alertas urgentes sobre o perigo da deflação. Por **Robin Harding**

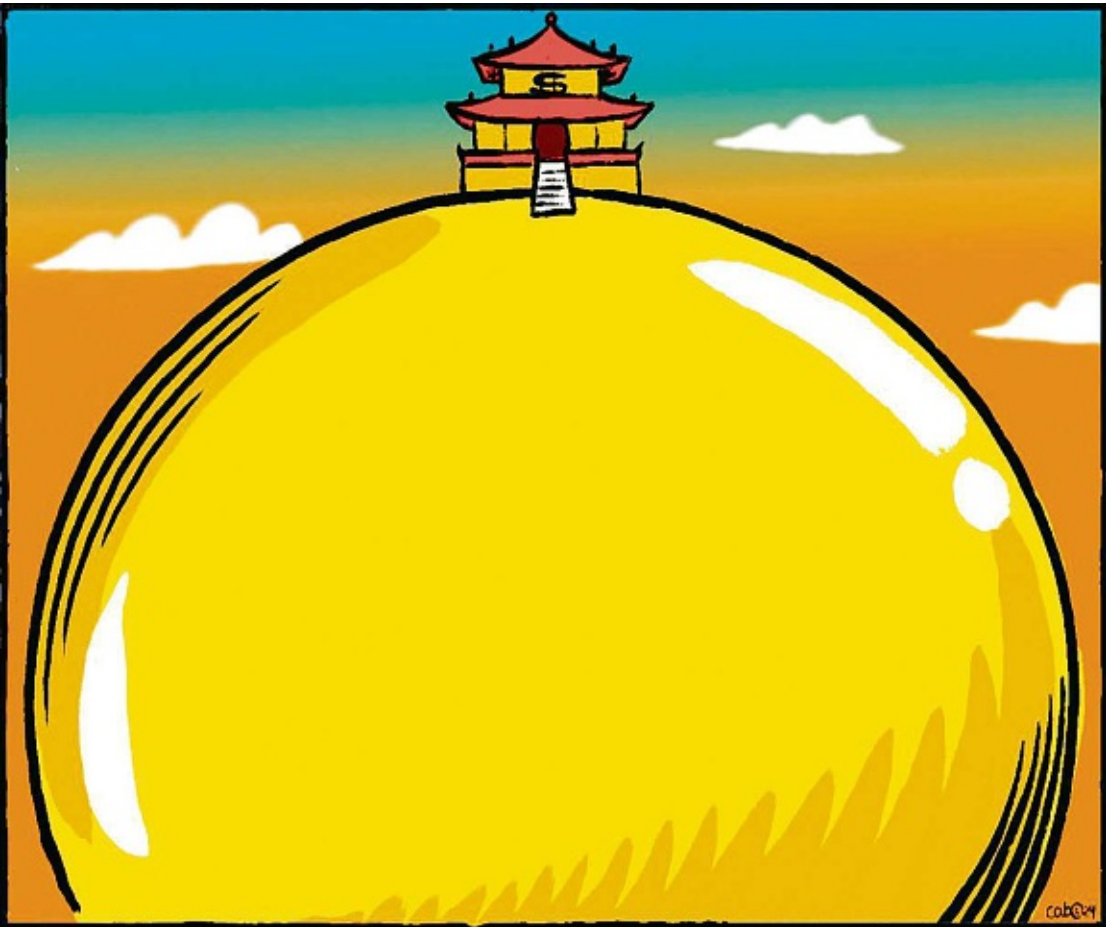
Um sinal da China que não se pode ignorar

Há uma bolha no mercado de títulos de dívida do governo chinês — ou, pelo menos, é isso que o Banco do Povo da China, o banco central do país, parece querer acreditar com todo fervor. Uma bolha seria um risco preocupante para a estabilidade financeira chinesa. Ainda assim, a existência de um risco como esse é muito mais palatável do que a alternativa plausível: que os mercados de bônus estejam enviando um sinal cada vez mais alarmante de preocupação quanto às perspectivas da economia chinesa, ao perigo de deflação e à necessidade de mudança de rota.

Nas últimas semanas, o Banco do Povo da China se empenhou em uma estranha iniciativa, inversa às campanhas de afrouxamento monetário quantitativo conduzidas por muitos bancos centrais pelo mundo. Enquanto os demais tentaram empurrar para baixo os rendimentos dos títulos de longo prazo para estimular suas economias, o BC chinês luta para mantê-las altas.

Na semana passada, depois de recuos constantes ao longo do ano, o rendimento dos bônus governamentais de dez anos caiu brevemente para menos de 2,1%, até o banco central intervir e fazê-lo voltar a subir. As autoridades chegaram ao ponto de identificar e repreender um grupo de bancos rurais por terem comprado títulos do governo — um pecado dos mais insólitos, como punir uma criança por arrumar o quarto.

A preocupação declarada pelo banco central é a estabilidade financeira. Em particular, diz estar preocupado com fundos de investimento alavancados que prometem altos retornos e com o risco de quebras semelhantes à do Silicon Valley Bank, nos Estados Unidos, se os bancos se sobrecarregarem com o chamado "risco de duração", o de que as taxas de juros mudem de direção após eles terem comprado muitos títulos de longo prazo. Há também um risco ainda mais profundo para a estabilidade financeira se a curva de rendimentos se achatar demais, porque os gigantescos bancos estatais chineses teriam mais dificuldade para lucrar.

Preocupar-se com os rendimentos dos títulos, no entanto, é uma maneira peculiar de buscar a estabilidade financeira. Se os fundos de investimento estão abusando da alavancagem, então regule-os; se os bancos estão apostando no risco de duração, então há amplos poderes para detê-los. Exigir um nível específico para os rendimentos dos bônus indica um cenário diferente: que o mercado vem se comportando de forma racional e os títulos do governo chinês não estão sobrevalorizados, e que o banco central não consegue suportar as implicações disso.

Pequim continua a direcionar dinheiro para o setor industrial, o que gera atividade no curto prazo e mantém o crescimento do PIB nos trilhos. Mas incrementar mais a oferta sem fazer muito para incentivar a demanda não trará a economia de volta ao equilíbrio tão cedo

A corrida para comprar títulos faz sentido? Os preços na China estão em queda, o que eleva o rendimento real dos títulos, quando se desconta a inflação. Embora o índice de preços ao consumidor (IPC) permaneça ligeiramente positivo, o deflator do Produto Interno Bruto (PIB) está negativo há cinco trimestres consecutivos, e os números mais recentes mostram queda de 0,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tendo em vista que o investimento é uma parte enorme da economia da China, o deflator é um indicador dos preços gerais melhor do que o IPC.

O grau de atração exercido pelos títulos também depende das alternativas: ações, imóveis, crédito e depósitos. Com o fim da crise no mercado imobiliário chinês ainda fora do horizonte, os consumidores têm pouco apetite por imóveis, enquanto as empresas locais sofrem com o enfraquecimento do consumo e as reverberações da ofensiva fiscalizadora de Pequim contra o setor de tecnologia. Os depósitos, por sua vez, só são atraentes se você acredita que os juros vão subir no futuro. Diante de perspectivas tão sombrias, parece totalmente racional que os investidores chineses corram para os títulos e o ouro.

Talvez a verdadeira preocupação do banco central, por sinal, uma preocupação que estaria bem justificada, seja a sinalização negativa e de potencial autorrealizável enviada pela queda nos rendimentos dos bônus. Ela equivale a um voto de desconfiança na política do governo, a uma previsão de que as condições econômicas não melhorarão e a um aviso de que a deflação criará raízes se nada for feito para detê-la. No Japão dos anos 1990, a etapa seguinte a esse quadro, destacam economistas do Morgan Stanley, foi a decisão das empresas de limitar o crescimento dos salários em resposta ao cenário de preços baixos. É assim que uma espiral deflacionária pode se instalar.

O banco central admite o problema fundamental, referindo-se em seu relatório de política mais recente à "insuficiência de demanda [interna] efetiva". Limitado pela necessidade de estabilizar a taxa de câmbio, no entanto, o banco central não é capaz de fazer muito. Em julho, fez um pequeno corte nos juros. É possível que seja capaz de fazer mais conforme o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) afrouxar sua política monetária e reduzir a diferença de seus juros com os da China. O banco central chinês também vem se equipando com as ferramentas necessárias para uma intervenção mais ativa no mercado de títulos, o que é perfeitamente razoável, mas não conterá a maré macroeconômica que empurra os rendimentos para baixo.

O que ainda realmente se precisa é de uma ação reflacionária mais eficaz por parte do governo chinês. Pequim continua a direcionar dinheiro para o setor industrial, o que gera atividade no curto prazo e mantém o crescimento do PIB nos trilhos. No entanto, incrementar mais e mais a oferta, sem fazer muito para incentivar a demanda, não trará a economia de volta ao equilíbrio tão cedo. As prioridades deveriam ser acabar com o excedente de imóveis não vendidos, reforçar os orçamentos dos governos locais e dos consumidores e acabar com as pesadas intervenções estatais, para que as empresas privadas tenham confiança para investir. No entanto, as políticas de Pequim em todas essas áreas permanecem tímidas, reativas e graduais.

Esta não é uma previsão catastrofista. As forças econômicas da China são formidáveis e o país tem amplo espaço para crescer, de forma que têm condições de executar políticas desequilibradas por algum tempo e, ainda assim, voltar aos trilhos. O crescimento é uma cura para a maioria dos problemas econômicos, como a China demonstrou no passado. No entanto, quanto mais se deixar a doença piorar, mais difícil se tornará a cura. O mercado de títulos da China agora está emitindo sinais de alerta urgentes quanto a uma deflação. As autoridades fariam bem em prestar atenção. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Robin Harding é editor de Ásia do Financial Times.

Frase do dia

"O que Maduro escolheu fazer foi entrincheirar-se no alto comando militar, é tudo o que lhe resta".

De María Corina Machado, principal líder da oposição na Venezuela, para quem é do próprio interesse do presidente Nicolás Maduro aceitar abrir um processo de transição negociada

Cartas de Leitores

Venezuela

Qual a influência que o presidente Lula tem sobre o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro para sugerir uma nova eleição? Até hoje as atas solicitadas não apareceram. E se aparecerem quem vai acreditar? A diplomacia brasileira está anã quando se presta aos caprichos do déspota fraudador e permanece calada assistindo a truculência exercida por Maduro.

Afinal, qual o segredo entre Lula e Maduro? Quando se trata de seus desafetos, Lula é rápido para tomar medidas, já com o ditador venezuelano, Maduro terá o tempo que quiser e jamais abrirá mão de seu governo autoritário, independente da aceitação de Lula. Pelo que se vê, o Brasil perdeu o "time".

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Alta da Selic

Conforta saber que Gabriel Galípolo, o provável nome a ser indicado em setembro pelo Planalto para substituir o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, esteja bem alinhado com esta gestão, no qual é diretor de política monetária.

Em evento de que participou na segunda-feira, 12, deu sinais de que não será serviçal de Lula, ao afirmar que a alta da taxa Selic "está na mesa" e que tudo vai depender de inúmeras "variáveis". Para bom entendedor, somente será elevada a taxa Selic se a inflação acelerar, e o Planalto, não demonstrar na prática cumplicidade com equilíbrio fiscal etc.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Delfim Netto

A morte do ex-ministro Antônio Delfim Netto, que liderou o Ministério da Fazenda na época da ditadura militar, encerra um momento histórico de nossa recente realidade.

O personagem que agora se vai teve uma importância impressionante nesses tempos que vivemos, posto que conseguiu servir tanto na época prussiana como na democrática, mostrando sua forte capacidade política e gerencial em suas longas mais de nove décadas de vida.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correção

A frase "Rigor fiscal é social. Não é economicista, é social, porque com ele vamos ter mais investimento e emprego", publicada na página A19 da edição de ontem do Valor foi incorretamente atribuída ao diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo. Ela foi dita pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

•

Na reportagem "Empresas em crise viram alvo de aquisição por 'valor simbólico' e assunção de dívida, publicada no caderno de Negócios em 7 de agosto, uma das gestoras mencionadas é a Ivix, e não Evix, como foi incorretamente grafada

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Tributação Países como o Reino Unido endurecem regras fiscais para estrangeiros abastados

Antes desejados, super-ricos entram na mira do fisco em países europeus

Emma Agyemang
Financial Times, de Copenhague

Os multimilionários da Europa estão inquietos. No Reino Unido, a decisão do governo trabalhista de acabar com um regime fiscal para não domiciliados que beneficiava os estrangeiros ricos levou a uma enxurrada de realocações.

Na França, a falta de transparência política depois das eleições parlamentares antecipadas de julho, que deixou uma aliança de partidos de esquerda como o maior bloco, vem levando muitos ricos a fazer planos contingenciais para sair do país caso um imposto sobre a riqueza seja restabelecido.

Desde as mudanças nos impostos sobre a riqueza e sobre ganhos de capital na Noruega em 2022, muitos milionários e bilionários vêm se mudando para a Suíça.

Nunca foi tão fácil para os super-ricos se mudarem. Como resultado, a competição para atrair pessoas ricas usando incentivos fiscais, além de concessão de cidadania e outros caminhos para a residência, também se intensificou. Novas jurisdições como Dubai e Cingapura estão se intrometendo em territórios tradicionais como Reino Unido, Suíça e Mônaco.

O sistema "non-dom" do Reino Unido era o regime fiscal privilegiado mais antigo do mundo, com raízes que remontam há dois séculos, à era colonial. Ele permitia que estrangeiros que residem no Reino Unido mas se consideram domiciliados no exterior não tivessem que pagar impostos no país britânico sobre suas rendas e ganhos de capital no exterior por até 15 anos.

Mas em março o governo conservador anunciou que iria substituir o regime por um novo sistema de quatro anos. O governo trabalhista, que o sucedeu, indicou que removerá a capacidade dos não-domiciliados ("non-dom")de proteger os ativos estrangeiros mantidos em fundos fiduciários do imposto sobre heranças. Também prometeu acabar com uma lucrativa brecha fiscal ("carried interest") amplamente usada por fundos de private equity, muitos dos quais também não-domiciliados.

O segundo regime de privilégios fiscais mais antigo é o da Suíça, que existe há mais de um século. Trata-se de um sistema de tributação de valor fixo, ou "forfait", em que indivíduos ricos firmam acordos personalizados com as autoridades locais em relação às taxas de impostos que pagam. Dados mais recentes mostram que mais de 4.500 pessoas pagam impostos dessa forma na Suíça.

Mas nos últimos 20 anos, vários novos concorrentes introduziram sistemas de privilégios fiscais supostamente para atrair estrangeiros ricos, como Chipre, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Espanha.

Cidades-Estado como Dubai e Cingapura também competem para atrair expatriados ricos com ofertas de impostos de renda ou sobre capital baixos ou, no caso de Dubai, imposto nenhum para indivíduos. Isso reforçou uma tendência de mudança de domicílio de milionários e bilionários, aponta uma pesquisa da Henley & Partners, empresa global de consultoria em migração. Os impostos costumam ser um fator-chave na decisão desses emigrantes ricos.

A empresa monitora o movimento entre países e cidades de mais de 150 mil indivíduos de patrimônio elevado e prevê que um recorde de 128 mil milionários irão se mudar este ano, superando o recorde de 120 mil de 2023.

Dominic Volek, da Henley & Partners, descreveu a grande migração de milionários como um sinal de que mudanças profundas estão acontecendo no cenário global da riqueza, que poderão ter efeitos significativos sobre os países que eles deixam ou adotam.

Os governos valorizam a riqueza e o consumo que os ricos trazem, mas também existem riscos de uma reação das populações locais se o fluxo de estrangeiros ricos provocar uma alta nos preços imobiliários locais, pressionar a infraestrutura pública ou resultar em uma gentrificação excessiva.

Só no último ano, três dos mais populares regimes de privilégios fiscais da Europa endureceram suas regras em resposta a pressões políticas. Além da reforma do sistema do Reino Unido, Portugal fechou em 2023 seu programa para não residentes e lançou um novo sistema este ano que não está mais disponível para aqueles cuja renda vem de pensões. Governos escandinavos reclamaram que o velho sistema atraiu aposentados que pararam de pagar impostos em seus países de origem.

Na semana passada, a Itália surpreendeu ao dobrar um imposto anual sobre a renda estrangeira de novos moradores para € 200 mil.

Um consultor tributário internacional admite reservadamente que esses esquemas de privilégios fiscais sempre arriscam atrair a ira dos habitantes locais. "Eles podem ser difíceis de justificar politicamente porque, no final das contas, você está fazendo um favor a pessoas ricas", diz o consultor.

A riqueza e os gastos que os super-ricos levam para um país é a principal motivação para se estender o tapete vermelho fiscal. Mas alguns países também exigem que os estrangeiros ricos paguem algum imposto. Muitas vezes, os valores pagos são consideráveis. Por exemplo, os números mais recentes mostram que 8,9 bilhões de libras foram pagos por 74 mil não domiciliados no Reino Unido.

"O principal benefício é que essas pessoas vão consumir mais que o cidadão médio", diz Sean Bray, diretor de Política Europeia da Tax Foundation Europe. "Portanto, os governos estão dispostos a proporcionar algum alívio no lado do IR, para ganhar mais no lado do imposto sobre consumo."

Mas gestores de fortunas relatam que a competição para atrair migrantes ricos que buscam evitar impostos mais altos em outros lugares está mais acirrada no momento, conduzida em parte por repressões em jurisdições rivais.

Consultores em países como Itália, Suíça e Emirados Árabes Unidos afirmam que têm recebido cada vez mais consultas de não domiciliados no Reino Unido que querem se mudar. "Há muitos territórios que veem os non-doms do Reino Unido como disponíveis para serem conquistados", diz Tim Stovold, da Moore Kingston Smith, uma consultoria no Reino Unido.

Anthony Richardson, advogado da Church Cout Chambers de Londres que lida com questões fiscais internacionais, diz que muitos indivíduos ricos estão preocupados com a direção geral dos ventos nos países ocidentais.

"Como resultado da enorme quantidade de dívida que os governos assumiram após a pandemia, começamos a ver um êxodo de milionários e bilionários do Reino Unido e de outros lugares para locais como os Emirados Árabes Unidos", diz ele. "O que eles veem como um risco é que suas riquezas sejam vistas como dinheiro prontamente disponível", acrescenta ele. "Não diria que os esforços para atrair essas pessoas se intensificaram, eu diria que o êxodo se intensificou."

Paul Donovan, economista-chefe da UBS Global Wealth Management, acrescenta que a migração de milionários também está sendo motivada por uma "perturbação estrutural na riqueza global", incluindo o impacto das sanções contra muitos russos ricos e o desejo de muitos donos de empresas de viverem mais perto de onde elas estão localizadas.

Em julho, o UBS divulgou um relatório prevendo que Reino Unido e Holanda serão os países que mais perderão milionários até 2028 — quedas de 17% e 4%, respectivamente. Os dois países contrariam uma tendência mundial que mostra que o número de milionários deverá aumentar em 52 dos 56 países que o banco monitora.

Donovan diz que isso ocorre em parte porque havia um número desproporcionalmente alto de milionários no Reino Unido e na Holanda, em relação aos tamanhos de suas economias. Como resultado, qualquer perturbação estrutural que afetasse os milionários nômades poderia ter um impacto desigual sobre os dois países.

Outros apontam para mudanças no cenário financeiro internacional nos últimos 10 anos, que tiveram um impacto sobre a capacidade dos super-ricos de proteger suas fortunas.

"Antes, as pessoas ficavam em seus próprios países e escondiam seu dinheiro em paraísos fiscais", diz Pascal Saint-Amans, ex-chefe fiscal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Mas o fim do sigilo bancário e o aumento na troca de informações... significam que se você não quiser ser taxado em um país, você precisa sair dele."

As decisões de realocação não envolvem apenas as taxas dos impostos. Emma Chamberlain, consultora de questões fiscais internacionais da Pump Court Tax Chambers do Reino Unido, diz que fatores como segurança, educação, infraestrutura de negócios, estabilidade, cultura e comunidade também são importantes.

A decisão do Reino Unido de sair da União Europeia foi uma dessas mudanças. Dados da Henley apontam que o país teve uma perda líquida de 16,5 mil milionários entre 2017 e 2023. A China também sofre um êxodo de cidadãos super-ricos, depois de suas políticas draconianas em relação à pandemia, e em razão da agenda de "prosperidade comum" de redistribuição de riqueza do presidente Xi Jinping.

Chamberlain acrescenta que os europeus que trabalham com private equity até recentemente gostavam do Reino Unido, mas agora estão gravitando em torno da Itália, especialmente Milão, enquanto Dubai, e mais recentemente Cingapura, são lugares frequentemente de mais interesse para os originários da Ásia.

Peter Ferrigno, diretor de serviços tributários da Henley & Partners, diz que Chipre e Malta atraem pessoas porque não tributam dividendos estrangeiros.

Ele acrescenta que, para os europeus que "precisam estar mais perto de seus mercados nacionais", Grécia e Itália continuam populares devido às suas taxas fixas máximas de imposto. Na Grécia, ela é de € 100 mil por ano — o que, segundo ele, é muito atraente para quem ganha mais de € 250 mil.

Marco Cerrato, sócio da Maisto e Associati, um grupo de advocacia com escritórios na Itália e Reino Unido, diz que até agora este ano os três principais destinos para expatriados ricos interessados em se realocar são Itália, Suíça e Mônaco.

Mas outros países antes em alta já foram deixados de lado. "Quando Portugal encerrou seu esquema para novos residentes, todas as atenções se voltaram para a Itália. Agora, [os italianos] decidiram subir o imposto, o que, sem dúvida, limitará o número de pessoas que vai aderir ao esquema", diz Stovold, da Moore Kingston Smith.

Em termos internacionais, há discussões no G20 (grupo que reúne as principais economias mundiais) concentradas em definir se um imposto mínimo mundial sobre bilionários deveria ser criado, similar à iniciativa da OCDE para estabelecer uma taxa mínima de imposto sobre pessoas jurídicas.

Embora o plano ainda não tenha obtido apoio suficiente para sua adoção, alguns o veem como sinal de que haverá mais atividades nesse sentido.

"Acho que haverá pessoas defendendo regras tributárias internacionais para tentar lidar com essa questão", prevê Grant Wardell-Johnson, líder global de política tributária da KPMG International.

Volek diz que a demanda dos super-ricos por refúgios estáveis, agradáveis e lenientes quanto às finanças pessoais continua tão alta como sempre e que muitas jurisdições estão dispostas a atender a essa demanda. "Os países que se adaptarem e inovarem serão os que se darão bem."

Ainda assim, Saint-Amans, o ex-integrante da OCDE, diz que, embora a competição tributária entre países ainda esteja "acirrada", provavelmente está perto de seu teto. "A mudança no Reino Unido provavelmente é um sinal de que algo está acontecendo. Grandes países que se beneficiaram maciçamente desses esquemas estão sentindo um frio na barriga [...] e isso é um reflexo do populismo que estão enfrentando." *(Tradução de Mario Zamarian e Sabino Ahumada)*

Onde estão os milionários

Domicílios favoritos das grandes fortunas

Reino Unido
Nº de milionários: **3,06 milhões**
% da população: **4,5**
Taxação: Imposto é atualmente cobrado até **45%**, aumentando **48%** na Escócia
Patrimônio: Os ganhos de capital no exterior também podem permanecer isentos por até 15 anos se permanecerem fora do país

Chrgerhart por Pixabay

Cingapura
Nº de milionários: **333 mil**
% da população: **5,6**
Taxação: Taxa mais alta sobre a renda é de **24%**; estrangeiros são comumente isentos de impostos
Patrimônio: Não há impostos sobre imóveis ou heranças

Nirut Phengjaiwong por Pixabay

Suíça
Nº de milionários: **1,05 milhões**
% da população: **11,9**
Taxação: Taxas fixas negociadas individualmente estão disponíveis para não-suíços em muitos cantões do país
Patrimônio: Cantões impõem taxações sobre transações imobiliárias, heranças e algumas operações que resultem em ganho de capital

Imagem Pixabay

Emirados Árabes
Nº de milionários: **202 mil**
% da população: **2,1**
Taxação: Não há taxas para pessoas físicas
Patrimônio: Não há taxas para pessoas física

Manfred Reinert por Pixabay

Itália
Nº de milionários: **1,34 milhão**
% da população: **2,3**
Taxação: Imposto de renda fixo de **€ 200 mil** para residentes não italianos
Patrimônio: Com pagamento de imposto fixo, em geral ficam isentos de taxas doações, heranças e impostos sobre bens mantidos no exterior

Iolsanches por Pixabay

Fonte: Financial Times

Milionários em movimento

Chegadas e partidas líquidas em 2024 (em milhares)

China
Reino Unido
Índia
Coreia do Sul
Rússia
Brasil
África do Sul
Taiwan
Vietnã
Nigéria
Japão
Portugal
Grécia
Suíça
Itália
Austrália
Canadá
Cingapura
EUA
Emirados Árabes

-15 -10 -5 0 5

Fonte: Henley & Partners / FT

> "A grande migração de milionários é sinal de mudanças profundas no cenário global da riqueza"
> *Dominic Volek*

Combustíveis
ANP tira licença da Aster e da Copape e inicia guerra jurídica
B2

Beleza
Entrada no Chapter 11 da API foi voluntária, disse Fábio Barbosa, da Natura B4

INÊS 249

Reestruturação
Fundador da Tok&Stok chama de golpe acordo entre SPX e Mobly B2

Agronegócio
Produção de grãos deve encerrar a safra 2023/24 com recuo de 6,6% B8

Siderurgia Grupo ítalo-argentino classifica como "inacreditável" a reviravolta recente do caso no STJ

Ternium vai rever investimentos no Brasil se perder disputa na Usiminas, diz CEO

Stella Fontes
De São Paulo

A prevalecer a última decisão da Justiça na longa disputa com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em torno da Usiminas, o grupo ítalo-argentino Ternium vai rever seus investimentos no país. Em entrevista ao **Valor**, o CEO da multinacional, Máximo Vedoya, classificou como "inacreditável" a reviravolta recente no processo judicial iniciado há mais de uma década pela CSN, e disse que a mudança das regras do jogo terá consequências não apenas para o grupo Ternium/Techint, mas para todo o mercado de capitais brasileiro. "Acreditamos que a razoabilidade vai prevalecer. Mas, se acontece outra coisa, vamos ter de repensar nossa estratégia de Brasil", disse.

No fim de junho, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revisou um acórdão que era favorável à Ternium — assim como outras quatro decisões anteriores na Justiça e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) —, obrigando pela primeira vez o grupo ítalo-argentino a indenizar em R$ 5 bilhões a companhia de Benjamin Steinbruch. Essa mudança radical de direção, apontou Vedoya, estabelece um ambiente de insegurança jurídica que é prejudicial aos investimentos.

Agora sob o entendimento de que houve troca de controle na Usiminas em 2011, quando a Ternium comprou uma fatia inicial de 27,7% do capital votante da siderúrgica mineira que pertencia a Votorantim e Camargo Corrêa e à Caixa dos Empregados da Usiminas, a Corte acabou decidindo a favor do pleito da CSN, que vinha colecionando derrotas no processo. Sócia minoritária da Usiminas, com uma fatia de 17,4% à época da transação, a CSN defende que houve alteração de direitos políticos, o que configuraria troca de controle e levaria à necessidade de extensão da oferta de compra, pela Ternium, aos demais acionistas da companhia.

Hoje, a CSN ainda tem 12,9% na siderúrgica concorrente, e por decisão judicial, tem de reduzir essa fatia a menos de 5%. Já a Ternium assumiu de fato o controle da Usiminas em julho do ano passado, com a compra de ações ordinárias detidas pelo grupo NSC, formado por Nippon Steel, Mitsubishi e MetalOne. Com a transação, de cerca de US$ 111 milhões, o grupo T/T passou a ter 61,3% do bloco de controle da companhia, enquanto o NSC ficou com 31,7% e a Previdência Usiminas (dos funcionários da siderúrgica), com 7,1%.

"A decisão do STJ foi uma grande surpresa, não esperávamos que isso fosse acontecer", disse Vedoya. O novo entendimento da Terceira Turma, que antes já havia decidido que a compra inicial das ações pela Ternium não disparava a necessidade de oferta pública de aquisição (OPA), foi conhecido no fim de junho, após mudanças na composição do colegiado e um dos ministros ter se declarado impedido de participar da votação. Para o voto de desempate, foi convocado o ministro Antonio Carlos Ferreira, da Quarta Turma, e prevaleceu a posição de que a entrada da Ternium no grupo de controle "resultou em novo pacto entre os acionistas majoritários, com reformulação do bloco (...) e alteração política de sua administração".

A Ternium recorreu da decisão no STJ, e está avaliando outras medidas para fazer valer seu entendimento, bem como as decisões anteriores. "Vamos usar todos os recursos possíveis para defender nossa posição, que acreditamos que é a razão jurídica", ressaltou.

A surpresa com essa decisão, de acordo com Vedoya, pode ser explicada por uma série de argumentos, a começar por estudos conduzidos pelo grupo antes de comprar a posição inicial no bloco de controle da Usiminas. "Estudamos muito o marco legal, a jurisprudência que havia tanto na esfera judicial quanto na CVM. E estava muito claro que não precisaríamos fazer uma OPA. Não compramos o controle da Usiminas [naquele momento]", defendeu.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Máximo Vedoya: "Estudamos o marco legal, a jurisprudência que havia tanto na esfera judicial quanto na CVM, e estava claro que não precisaríamos de uma OPA"

Esse entendimento foi reforçado pelas decisões que se seguiram ao processo iniciado pela CSN: duas favoráveis ao grupo ítalo-argentino na CVM, uma decisão positiva na primeira instância, outra na segunda instância e, finalmente, uma quinta decisão positiva no próprio STJ, em março do ano passado. A essa decisão, a CSN apresentou um embargo de declaração, que acabou levando a novo julgamento do mérito da ação em um momento de mudanças de ministros no colegiado.

> "Não estamos decidindo nada, mas uma ação negativa nos fará repensar"
> *Máximo Vedoya*

"Essa decisão coloca em risco os investimentos da Ternium no país. Hoje, não estamos decidindo sobre esse assunto, mas uma ação negativa nos faz repensar qual é nosso futuro no Brasil", reiterou.

Procurada, a CSN disse em nota que "reafirma seu direito reconhecido por decisão do STJ". "Em respeito ao Poder Judiciário, a companhia não comentará processos que correm em segredo de Justiça", acrescentou.

A batalha entre Ternium e CSN extrapola o debate sobre uma eventual troca de controle na Usiminas. Conforme o grupo ítalo-argentino, a compra de ações da Usiminas pela CSN foi ilegal, tanto que sua venda já foi determinada pela Justiça. "É uma briga que nunca deveria ter existido", disse Vedoya, acrescentando que, ao descumprir a obrigação de reduzir sua posição acionária, a CSN também está dando mostras de desprestígio das autoridades.

Junto com a assunção do controle da Usiminas em 2023, a Ternium implementou uma nova estrutura de governança na companhia brasileira, com direito à indicação da maioria dos membros do conselho de administração, do diretor-presidente da empresa e outros quatro nomes da diretoria. Em termos de capacidade produtiva, o país é o de maior relevância para o grupo, responsável por cerca de 50% do aço que produz. Metade da produção local é exportada para operações da Ternium, na Argentina e no México.

O grupo Techint chegou ao país em 1947, mas ganhou musculatura de fato nos últimos 10 ou 12 anos, com pesados investimentos em aquisição — nesse período, os aportes da Ternium no país chegaram a R$ 25 bilhões. Além da fatia na Usiminas, comprou em 2017 a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), que pertencia à alemã Thyssenkrupp, por € 1,4 bilhão. Hoje Ternium Brasil, a antiga CSA pode produzir 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano na usina de Santa Cruz (RJ).

> **61,3%**
> **é a fatia do grupo T/T no bloco de controle**

Apesar de ter presença nos Estados Unidos, a Ternium é uma empresa majoritariamente latino-americana. Considerando-se os números da Usiminas, que passaram a ser consolidados em seu balanço desde julho do ano passado, teve vendas consolidadas de 16 milhões de toneladas de produtos por ano, tendo como principais mercados México, Brasil, Argentina, Colômbia e Estados Unidos.

CSN venderá ações da concorrente, mas não fixa prazo

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Benjamin Steinbruch: "Comprar ativos no exterior é hoje o principal desafio"

De São Paulo

Dona de 12,9% da Usiminas, a CSN reiterou nesta terça-feira (13) que vai cumprir a determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e mais recentemente da Justiça, de reduzir sua posição na concorrente. A companhia, contudo, segue sem indicar prazo para esse movimento, definido em processo que corre sob sigilo.

"A venda das ações ainda está dentro do prazo determinado pela Justiça. A CSN está observando o momento ideal para fazer essa monetização e debatendo, internamente e com as autoridades, a melhor forma de fazer isso", disse o diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Marco Rabello, a analistas.

O Cade determinou em 2014 que a CSN reduzisse sua participação na Usiminas, para menos de 5%. Desde então, o prazo para a operação foi revisto duas vezes, a última delas em 2022. Há menos de um mês, a Justiça voltou a ordenar a venda das ações e a Usiminas indicou que a CSN descumpriu o prazo legal.

O momento não é o melhor para esse tipo de operação, já que as ações da Usiminas acumulam baixa de mais de 30% no ano. Mas o desinvestimento ajudaria a CSN a reduzir a alavancagem financeira em um momento de investimentos elevados. O interesse em comprar ativos da InterCement tem esbarrado justamente nesse ponto, enquanto a CSN busca alternativas para reduzir seu endividamento.

Em tratativas para trazer um parceiro para o segmento de energia, a companhia de Benjamin Steinbruch também negocia a venda de uma fatia minoritária da mineração. As enchentes no Rio Grande do Sul — a CSN é dona da geradora gaúcha CEEE-G — e a volatilidade dos preços do minério de ferro acabaram alongando as conversas, mas a ambição é fechar negócio ainda em 2024.

Além do compromisso de desalavancagem, outro grande desafio é a internacionalização dos negócios, conforme Steinbruch. "Internacionalização é nosso desafio maior, comprar ativos fora do Brasil. Estamos trabalhando fortemente nisso", disse o CEO e presidente do conselho de administração. Interessam à CSN, sobretudo, ativos em siderurgia nos Estados Unidos e na Europa.

Conforme o empresário, especificamente no negócio de aço, ainda haverá alguns trimestres de esforços para redução de custos e modernização, embora os resultados já tenham começado a aparecer. "Esse foi o primeiro trimestre depois de muitos em que esboçamos uma reação [na siderurgia]", disse Steinbruch.

Na mineração, os avanços são mais notáveis. "Estamos trabalhando com perspectivas boas de futuro. Estamos numa crescente e vamos continuar assim", afirmou. No cimento, a produção já chegou perto da capacidade nominal, com redução de custos, e o desafio é "produzir a pleno". Steinbruch destacou ainda a contribuição crescente que o negócio de logística tem trazido ao resultado. "Estamos certos que infraestrutura e logística vão valer muito no Brasil em breve".

Os resultados da CSN no segundo trimestre vieram acima do esperado, em particular na mineração. A receita líquida subiu 12% ante o primeiro trimestre, para R$ 10,9 bilhões, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado saltou 35%, a R$ 2,6 bilhões. Na última linha do balanço, a companhia teve prejuízo de R$ 222,6 milhões, refletindo o impacto negativo do câmbio na dívida em moeda estrangeira. *(SF)*

Combustíveis ANP tira licença da Aster e da Copape que apelam ao Judiciário e enfrentam reveses

Cassação de distribuidoras gera guerra jurídica

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Uma guerra de decisões liminares no setor de combustíveis tirou, pela primeira vez, a licença de operações de distribuidoras. Há anos sob pressão, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) revogou, em julho, a licença de operação de duas empresas do setor, Copape e Aster, comandadas pelos mesmos donos, Mohamad Hussein Mourad e Renato Camargo.

A partir daí seguiu-se uma sucessão de decisões na Justiça de primeiro grau e no Tribunal de Justiça da 1ª Região que configura a maior ofensiva sobre empresas que entidades como o Instituto Combustível Legal e Instituto Brasileiro de Petróleo tentam enquadrar como devedoras contumazes.

Em 11 de julho um despacho da ANP cassou a licença da Aster sob o argumento de que a empresa não havia regularizado débitos junto ao cadastro federal, o Cadin, e também operava com estrutura de tancagem irregular. Ambos são requisitos para a licença.

A empresa recorreu da decisão nas férias da desembargadora titular. Uma juíza substituta deferiu o pedido e, no dia 9 de agosto, a ANP devolveu a licença da Aster. Nesta segunda-feira (12), a desembargadora titular, Ana Carolina Roman, reassumiu e reformou a decisão.

Disse que apenas a primeira de 60 parcelas mensais de R$ 47 mil, decorrentes do acordo com a Advocacia Geral da União, foi paga pela Aster. Tampouco viu comprovação de que a estrutura logística da empresa tivesse sido regularizada junto à ANP. E, finalmente rejeitou o apelo em relação aos "vultuosos prejuízos" causados à inatividade da operação da empresa.

"Não cabe ao Poder Judiciário adentrar no mérito das decisões administrativas impugnadas, se imiscuindo, por exemplo, na ponderação do conjunto probatório", diz a decisão. "Devem prevalecer os atos fiscalizatórios da ANP, os quais possuem presunção de legitimidade, principalmente porque, até o momento, não há prova robusta capaz de desconstituir os atos praticados pela agência".

No final da tarde desta terça (13), a Aster entrou com agravo de instrumento argumentando que a decisão da desembargadora foi tomada sem que a "diretoria competente" da ANP tenha julgado o recurso administrativo apresentado pela empresa.

Num processo paralelo e de semelhante teor, a Copape também teve sua licença de operação cassada no dia 26 de julho. No despacho, a ANP cita, entre os ilícitos da empresa, a existência de instalações irregulares para a mistura de combustíveis, estoques incompatíveis com a capacidade de armazenamento, aquisição de GLP de empresas não autorizadas e importação de gasolina com tributo, mais baixo, referente à nafta.

> "Não há prova robusta capaz de desconstituir os atos praticados pela agência"
> *Carolina Roman*

Nesta segunda-feira, a procuradora da República Mirella de Carvalho Aguiar manifestou-se pela procedência da decisão da ANP. Nesta manifestação, a procuradora cita a ação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, de agosto de 2023, que revelou fraudes fiscais e venda de produtos adulterados. Cita ainda provas coletadas por meio de mensagem de aplicativos indicando a venda de aditivos para aumentar a octanagem da gasolina que aumentam a emissão de poluentes atmosféricos.

E, finalmente, a manifestação menciona os indícios identificados pelo Gaeco de que a Copape integra uma organização criminosa. "A requerente empregava de ilícitos civis, penais, mediante organização criminosa societária complexa", diz, antes de concluir: "Quanto mais tempo o agente se encontrar autorizado a exercer a atividade e exercê-la neste formato irregular, por mais tempo os consumidores, o meio ambiente, o mercado e a administração pública estariam expostos".

Depois de colher uma derrota na primeira instância e face à manifestação da Procuradoria da República, a Copape ingressou com um agravo de instrumento . O processo está com a desembargadora Rosana Weibel, do TRF-1.

Neste agravo, a Copape se diz alvo de uma "campanha difamatória" por parte de seus concorrentes. Relata ainda que seus esforços para exercer o contraditório e ampla defesa na ANP foram acolhidos com uma mensagem padrão indicando o prazo máximo de 20 dias para a manifestação da agência.

O Instituto Combustível Legal pediu para se habilitar como "amicus curiae" neste processo. Neste pedido, o ICL cita denúncia do MPSP, de que a Copape participa de um esquema de fraude de impostos que teria produzido uma sonegação de cerca de R$ 1 bilhão.

A convergência entre entidades do setor e a Agência Nacional de Petróleo é um dado novo neste embate. A pressão das entidades já moveu o Executivo a mobilizar o Congresso para votar a tipificação do devedor contumaz.

Na semana passada, a Associação Brasileira de Companhias Abertas promoveu reunião com o ICL e o IBP que teve por convidados o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, e o relator do PL-15, deputado Danilo Fortes (União-CE). Os participantes saíram com a expectativa de que o relatório será votado até o fim do mês.

Fundador da Tok&Stok acusa SPX de golpe e fundo rebate

Pipe

Reestruturação

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Era de se esperar que o acordo assinado entre a SPX e a Mobly, na madrugada da última sexta-feira (9), caísse como uma bomba na casa da família Dubrule, fundadora da Tok&Stok, mesmo após anos de negociações. E assim foi. Na segunda-feira (12), Regis Dubrule, seu irmão Paul, e sua esposa Ghislaine Dubrule, acionistas minoritários da Tok&Stok, correram à Justiça para questionar o acordo envolvendo as varejistas, a reestruturação extrajudicial e o que definem como uma série de vícios e ilegalidades na transação — acusação que a SPX contesta, vendo um esforço final para tirar a Mobly da mesa.

Nos documentos e petições desta semana, os Dubrule chamam a venda de "golpe engendrado pela SPX" e apontam "clandestinidade da manobra societária". A base do questionamento é que houve uma reunião de conselho, em 31 de julho, em que o então conselheiro independente Roberto Szachnowicz e Regis, também membro do board, formado por três pessoas, aprovaram a capitalização proposta pela família — que era uma alternativa à potencial transação com a Mobly. Nesta capitalização de R$ 210 milhões, R$ 100 milhões seriam aportados no caixa da Tok&Stok e R$ 110 milhões em dívida detida pelos Dubrule contra a varejista seriam convertidas em dívida — de forma que os fundadores, se não houvesse adesão da SPX, voltariam a controlar a empresa.

Essa reunião foi contestada pelo presidente do conselho, o sócio da SPX, Fernando Borges. Em resposta a Dubrule, ele apontou que uma reunião não poderia ser convocada sem anuência do chairman, e marcou outra data para que o assunto da capitalização fosse avaliado: essa nova reunião ficou marcada para a última sexta-feira e já aconteceu com o anúncio de acordo com a Mobly na rua. Antes disso, no entanto, o conselheiro independente foi destituído e o controlador elegeu um novo membro que passou a votar em linha com a SPX. Nesse meio tempo, a ata da reunião de aprovação da capitalização foi registrada na junta comercial.

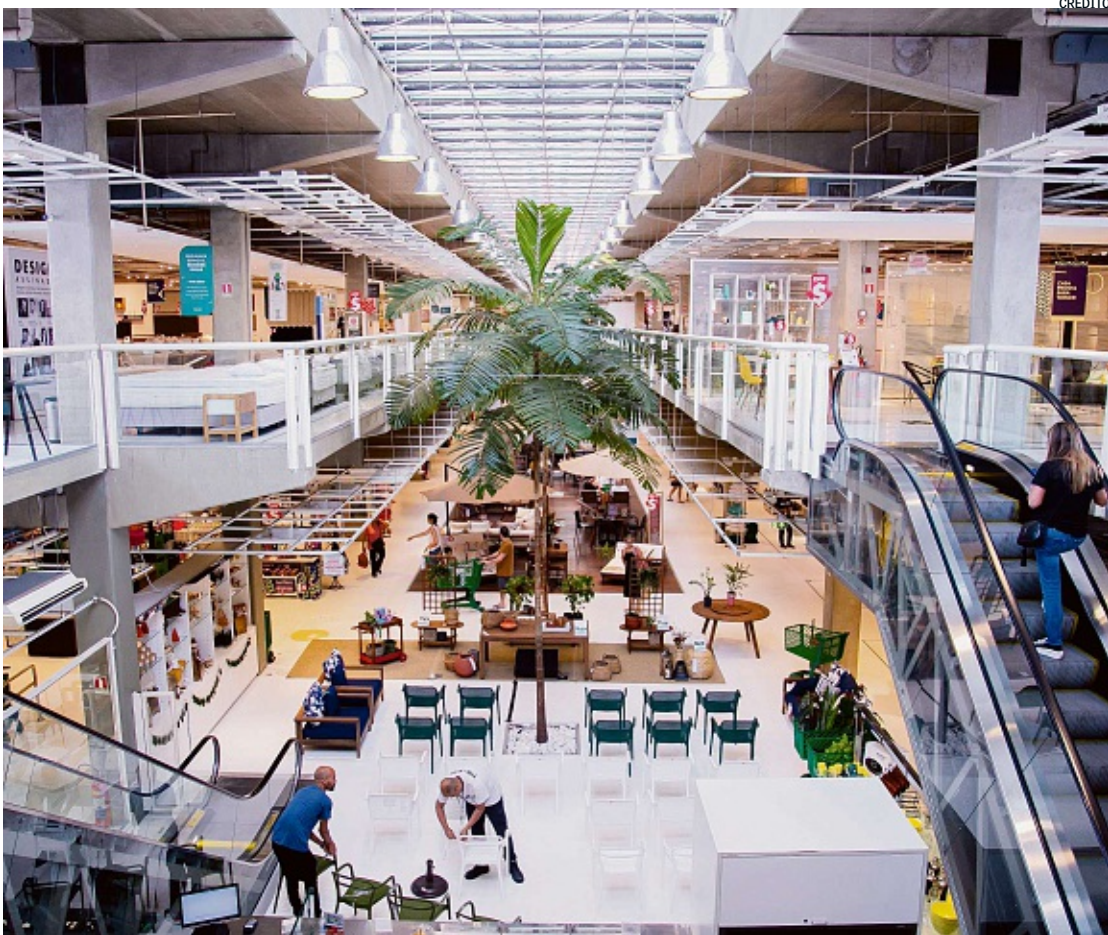
A SPX entendeu o movimento como uma "reunião teatral". A proposta de capitalização dos Dubrule estaria condicionada ao apoio dos credores. Os fundadores vinham contatando os bancos em busca desse suporte, mas não tinham ainda obtido essa garantia em volume suficiente. Um dos credores, a Domus, chegou a se manifestar contra a capitalização e agora compõe o grupo de credores que deu apoio prévio ao plano traçado no acordo com a Mobly.

Assessorada por Tannuri Advogados e Moelis, a família Dubrule questiona também o pedido de reestruturação extrajudicial. Pelo estatuto da companhia, isso teria de acontecer após a convocação de uma assembleia, que não houve, ou em caráter de urgência — a SPX aponta essa urgência para preservar a companhia, enquanto os Dubrule ressaltam que não havia juros ou principal de dívida vencendo agora para tamanha correria, mas somente a partir de 2025. A recuperação extrajudicial é uma das condições da Mobly para a efetivação da aquisição. "A operação com a Mobly não existe para viabilizar o plano de recuperação extrajudicial, mas sim o inverso", observa a família na documentação.

> Família Dubrule questiona na Justiça acordo envolvendo a controladora SPX e a Mobly

A controladora alega, a terceiros, que teria recebido uma carta da própria família há cerca de dois meses, avisando que se as tratavas com a Mobly fossem adiante, os Dubrule fariam a declaração de vencimento antecipado. Depois disso, aumentaram sua posição como credores, comprando a dívida das mãos do Itaú. A urgência viria da ameaça dos Dubrule.

A família pede à Justiça que faça valer a capitalização, conforme a ata registrada, E notificou a Mobly, para que não possa alegar desconhecimento do tema mais adiante. Outro ponto que levanta nas acusações de ilegalidade diz respeito à tratativa com credores que apoiam o plano de reestruturação. Bradesco e Santander, que são credores de aproximadamente R$ 200 milhões, estão entre os bancos que apoiam a renegociação. Já por meio de seus bancos de investimento, foram assessores da transação e, por isso, receberão uma remuneração de R$ 20 milhões.

CRÉDITO

Para minoritários, a SPX quer evitar RJ, falência, ou mudança de controle que mantenha a Tok&Stok tal como é hoje

Os Dubrule e seus assessores avaliam que isso se trataria de fraude a credores, já que duas instituições terão remuneração superior às demais. O "fee" corresponde a 10% da dívida que elas detêm e a 30% do valor de mercado da participação da SPX na Mobly, nos termos divulgados. Questionam, ainda, quem está pagando esse "fee", uma vez que o conselheiro ligado à SPX teria informado apenas que não é a Tok&Stok.

"A empresa até deveria pagar algo aos bancos, já que eles estavam buscando comprador ou sócio há anos. No entanto, o desfecho foi uma transação privada entre a SPX e a Mobly, e pela melhor governança não é a Tok&Stok quem está pagando a conta. Isso até poderia ser questionado pelos minoritários, caso não aderissem ao acordo desenhado, mas nem é o caso", rebate uma fonte próxima ao controlador. "Assessores financeiros recebem 'fees' por transações que acham boas ou que acham ruins. Mas banco credor faz acordo quando acha o melhor cenário."

Para os minoritários, a SPX (que administra agora o investimento feito pelo fundo americana Carlyle) quer evitar uma recuperação judicial, falência, ou mudança de controle que mantenha a Tok&Stok tal como é hoje — o que manteria um risco potencial tributário, trabalhista ou de qualquer ordem de responsabilização posterior que pudesse, inclusive, chegar aos sócios ou cotistas, como aconteceu da loteadora Urbplan. Na transação com a Mobly ou outro player que absorva a Tok&Stok, haveria outra composição patrimonial.

Um pedido de liminar de urgência, por parte dos minoritários, para impedir a assembleia e reunião do conselho na sexta-feira não foi apreciado ainda pelo juiz, e Regis acabou participando do encontro do board.

Para a controladora, as manifestações judiciais são a última tentativa dos Dubrule de melar uma transação, movida pelo desejo dos fundadores de voltarem ao comando do negócio sem pagar pela aquisição. "É uma operação privada, com apoio dos bancos. Os franceses estão sozinhos e por isso tentam assustar a Mobly", resume a fonte ligada ao grupo.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Não medalhistas me representam

Gestão

Flávia Camanho

Foi uma aula de resiliência acompanhar nossos atletas brasileiros nas Olimpíadas.

Somos uma nação que não investe no esporte e isso é um fato, esse artigo não será sobre isso.

Com isso, termos esportes em tantas frentes, competindo em modalidades que não temos nenhuma tradição ou mesmo atenção é uma constante nas Olimpíadas a cada quatro anos.

E vemos esses jovens, verdadeiros heróis que tomam a decisão de levar a bandeira no peito e lutar com a raça que isso sim nos é peculiar.

Vendo Hugo Calderano com a voz embargada, por perder o jogo na semifinal, foi algo que me tocou muito. Ser brasileiro e um finalista no tênis de mesa é um feito enorme.

É um produto de uma luta solitária e silenciosa. Ele diz na entrevista quando perdeu para Truls Moregardh.

"Acho que a primeira coisa é raiva. ... eu preciso ficar com bastante raiva, ficar nervoso. ... eu preciso assimilar essa derrota. Acho que é importante deixar as emoções fluírem e, depois, voltar com a cabeça bem agressiva para disputar o bronze".

Como digerir uma montanha-russa de emoções? Um percurso do não existir, existir e ver um estádio gritando seu nome, perder.

Outro exemplo que ficou forte para mim: Vitória Rosa, corredora.

Vitória Rosa emocionada após ser eliminada na prova de 100 metros rasos. Sua fala é muito impactante:

"Estou feliz com a minha trajetória até aqui. Eu sei que... Eu entreguei tudo, tudo, tudo, tudo que tinha! Tudo que tinha para estar nesse grande momento, muitas vezes não é da forma como o atleta quer, mas sim no tempo de Deus. Eu acreditei brilhantemente e eu sonhei muito, muito, muito com esse momento, várias vezes eu tive crise de ansiedade, não conseguia dormir porque eu queria, eu sonhei com uma final, e quando a gente não concretiza isso, e não consegue realizar, eu acho que é mais frustrante para a gente."

E a atleta segue o desabafo: "Eu sempre fiquei olhando muito de longe a medalha dos atletas, mas eu não queria, eu nunca quis encostar, porque eu ficava... Eu ficava agitada. Não, isso não é meu. Isso não é meu. Esses dias eu segurei a medalha de um menino que ficou em segundo lugar. Acho que foi no judô. Eu me arrepiei. Eu também quero uma. Eu quero conquistar esse feito para mim e para o Brasil. Eu vou sair daqui desses jogos [olímpicos de Paris] com a cabeça erguida. Eu sei o tanto que eu me entreguei para isso."

Ter que se levantar após perder a oportunidade de medalha que representa o esforço de uma vida inteira não é simples.

E tem a Mayra Aguiar que chora após derrota, pede um abraço da repórter e diz: "A cobrança interna é muito grande."

A resiliência é o que define um verdadeiro atleta olímpico. Quando uma competição termina em derrota, é a capacidade de se reerguer, aprender e seguir em frente que molda o campeão. Cada revés é uma lição, e cada queda é uma oportunidade de voltar mais forte. Nos Jogos Olímpicos, onde cada detalhe conta, a resiliência não é apenas uma virtude, mas uma necessidade para aqueles que buscam transformar a dor da perda em combustível para a vitória futura.

Queria sugerir a todos de Recursos Humanos que anotem esses nomes, anotem os nomes dos que perderam, foram eliminados...

Vamos chamar os vitoriosos, mas vamos chamar também os eliminados nos torneios.

Vamos ouvi-los, vamos legitimar esse caminho e aprender com a resiliência desses atletas. Aprender a cair e levantar. Porque a vida executiva é sobre isso muito mais do que sobre os medalhistas.

A carreira executiva vai te oferecer poucos momentos de pódio. É sobre aprender no percurso, e isso, temos muito a absorver de nossos atletas.

Flávia Camanho é conselheira, mentora e especialista em desenvolvimento humano
E-mail flavia@flux-institute.com

Reestruturação Com dívidas de US$ 1,3 bilhão, subsidiária de grupo nacional entrou com pedido de recuperação nos EUA; ações caíram 8,8% ontem

Natura vai financiar empréstimo para Avon Internacional

GABRIEL REIS/VALOR

Fábio Barbosa, presidente da Natura & Co, diz que o pedido de proteção aos credores feito pela API foi voluntário

Ana Luiza de Carvalho e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Um dia após a Avon Products Inc (API), holding e subsidiária não operacional a Natura & Co, ter entrado com pedido de proteção aos credores (Chapter 11) na Justiça americana, com dívidas de US$ 1,3 bilhão, a companhia brasileira de beleza, controladora da empresa nos EUA, deixou algumas lacunas em aberto em relação ao processo de reestruturação. Ontem, as ações do grupo recuaram 8,85%, a R$ 14,93, segundo levantamento do **Valor Data**. Mas, durante o pregão de terça-feira, os papéis chegaram a cair 13%.

A API tem sob o seu guarda-chuva os ativos da Avon Internacional, com atuação em cerca de 40 países da Europa, África e Ásia. Já os ativos da Avon da América Latina foram integrados pela Natura.

A aquisição da Avon Products pela Natura foi anunciada em maio de 2019 e a operação, avaliada em US$ 2 bilhões, foi concluída em 2020, ano da pandemia.

Em 2016, a API já tinha vendido as operações da América do Norte para o Cerberus, focado em ativos estressados, e agora está sob o controle da LG Household & Health Care.

A API vinha sofrendo uma onda de processos judiciais sob alegação de que o talco presente em alguns de seus produtos era cancerígeno. Na mesma linha, a multinacional Johnson & Johnson (J&J) busca fechar acordo bilionário para encerrar litígio relacionados a acusações de que seus produtos também são cancerígenos.

Com baixa performance e sem sinergia com a América Latina, a Natura anunciou, em fevereiro, que avaliava fazer uma cisão da Avon Internacional ou uma listagem separada do negócio.

Com o pedido de Chapter 11 da API em Delaware, os estudos foram suspensos. Caso o processo seja aceito na Corte americana, a Avon Internacional passará a compor o balanço da Natura & Co na linha de operações descontinuadas, junto às empresas The Body Shop, negociada para gestora alemã Aurelius por cerca de R$ 1,2 bilhão, e Aesop, vendida por US$ 2,6 bilhões para L'Oréal.

A Natura decidiu vender as duas importantes marcas para reduzir a pesada alavancagem da companhia brasileira.

Em teleconferência com a imprensa, a Natura trata o pedido de sua subsidiária não como um problema do grupo de beleza, mas estritamente da subsidiária americana. A API — e não sua controladora — entrou com pedido de Chapter 11 nos EUA por ter sede em território americano.

Essa subsidiária tinha ações listadas na NYSE até a Natura assumir o controle do negócio.

Fabio Barbosa, presidente da Natura & Co, disse ontem durante apresentação de resultados da empresa, que a entrada no Chapter 11 da API foi voluntária para resolver problemas de endividamento.

> "Tivemos conhecimento dos litígios divulgados, mas era uma quantidade menor"
> *Guilherme Castellan*

Para retornar a Avon Internacional aos próximos balanços, a companhia afirma que fará uma oferta de US$ 125 milhões em um leilão para recomprar os ativos da API. A Natura também é a maior credora da API, com débitos de US$ 530 milhões do total de US$ 1,3 bilhão em dívidas declaradas. Desde que adquiriu esses ativos em 2020, a Natura colocou dinheiro na subsidiária. Agora pretende fazer um empréstimo de US$ 43 milhões na modalidade DIP (debtor-in-possession) para a API durante o seu processo de recuperação.

Apesar do interesse pelos ativos e de apontarem que a Avon possui potencial fora da América Latina, executivos da Natura &Co afirmaram que "os méritos de uma separação também são claros" e reconhecem a possibilidade de outra companhia arrematar os ativos no âmbito do Chapter 11, levando consigo a operação da Avon Internacional.

O pedido de recuperação judicial da subsidiária americana foi anunciado na segunda-feira (12), um pouco antes da divulgação dos resultados trimestrais da Natura &Co, dividindo as atenções do mercado diante do desempenho operacional.

Após o anúncio, o BB Investimentos cortou a recomendação para os papéis da Natura &Co de neutra para venda, apesar de pontuar a melhora dos resultados operacionais especialmente no Brasil. O Goldman Sachs e o Bradesco BBI também avaliaram positivamente os números, enquanto o Citi destacou o faturamento 8% acima do esperado.

A Natura &Co teve prejuízo de R$ 858,9 milhões entre abril e junho, piora de 43,3% ante as perdas do mesmo intervalo de 2023. O resultado líquido já considera a baixa contábil referente ao Chapter 11, como efeito não recorrente. A receita consolidada da Natura & Co cresceu 5,7%, somando R$ 7,4 bilhões. De acordo com a administração, o resultado reflete o crescimento de 8,4% da divisão de negócios Natura &Co América Latina, que alcançou R$ 5,92 bilhões, enquanto a Avon Internacional viu a receita cair 5,5%, para pouco menos de R$ 1,43 bilhão.

Além de representar pouco menos de um quinto do faturamento da holding, a Avon Internacional vem reportando sucessivos trimestres de queda de rentabilidade. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização no segundo trimestre ficou negativo em R$ 39,3 milhões, enquanto a margem Ebitda reportada foi de -2,8%.

A holding brasileira, porém, não descarta a possibilidade de uma outra companhia de beleza arrematar os ativos e também assumir a dívida bilionária da API.

O diretor financeiro do grupo, Guilherme Castellan, negou que houvesse falhas no processo de "due dilligence" realizado à época da aquisição da Avon.

"Tivemos conhecimento dos litígios divulgados, mas era uma quantidade bem menor do que acabou se tornando ao longo dos anos. Esses litígios cresceram consideravelmente", afirmou. Até o fim do imbróglio do Chapter 11, o pagamento de credores na Justiça dos Estados Unidos está suspenso, incluindo dívidas sêniores e processos que apontavam a presença de amianto nos talcos da companhia décadas atrás.

Opy vence leilão de R$ 2,3 bi de hospital no Tocantins

Saúde

Beth Koike
De São Paulo

Num cenário de retomada das Parcerias Público-Privada (PPP) na área hospitalar, a Opy Health — gestora de serviços hospitalares que tem entre seus investidores fundos do IG4 Capital e do BTG — venceu o leilão para construção e operação de um novo hospital e maternidade na cidade de Palmas, no Tocantins. Trata-se de um contrato de R$ 2,3 bilhões com duração de 30 anos em que a Opy assume toda a gestão operacional e o governo do Estado é o responsável pelo atendimento médico. O hospital com 210 leitos demandará investimento de R$ 460 milhões, cujos recursos vêm da Opy Health.

No Brasil, há apenas oito PPPs em operação na área hospitalar. Somente neste ano, já foram realizados três leilões que passaram a gestão de hospitais do Rio de Janeiro, Guarulhos (SP) e Palmas para o setor privado e outros já estão programados para 2025. A Opy Health planeja participar de pelo menos dois certames em Porto Alegre e Santa Catarina, previstos para o começo de 2025.

"Há uma nova safra de PPPs começando. Os Estados entenderam que uma parceria com o setor privado ajuda a reduzir custos. O custo de um leito é cerca de 30% inferior. Na pandemia, os hospitais com gestão privada conseguiram se sair melhor, oferecer melhor atendimento", disse Gustavo Buffara, presidente do conselho da Opy Health e cofundador da IG4 Capital.

Das onze Parcerias Público-Privadas de hospitais que existem no país, três são com a Opy — Delfina Aziz, em Manaus; Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte, e agora o Hospital e Maternidade Dona Regina, em Palmas. Além disso, a empresa tem parceria com o Hospital Albert Einstein em dois hospitais públicos em Goiânia em que a gestão de serviços fica a cargo da Opy e o atendimento médico com o Einstein. É um modelo um pouco diferente das PPPs em que o Estado fica o assistencial.

A Opy assume toda a gestão, como a obra do hospital, compra de medicamentos, insumos, administração de funcionários, finanças, segurança, tecnologia, entre outros — serviços conhecido no jargão do setor como bata cinza. A exceção é o atendimento médico (bata branca). No total, a empresa tem sob sua administração 1,4 mil leitos.

Os R$ 460 milhões para investimento na construção do Hospital e Maternidade Dona Regina virão de recursos próprios e financiamento. A Opy se capitalizou com a entrada de um dos fundos do BTG, no segundo semestre do ano passado.

Para este ano, a receita prevista da Opy Health é de R$ 380 milhões e o lucro antes de juros, depreciação e amortização (Ebitda), de R$ 185 milhões.

> **R$ 460**
> **milhões é o valor do investimento**

Nessa nova fase, além da atuação na área pública, a Opy está retomando um projeto de investir no setor privado. A empresa está em conversas para a aquisição de imóveis hospitalares atrelada à locação de longo prazo ("sales and leaseback"). O negócio pode envolver ainda a compra dos equipamentos médicos, que em geral têm alto valor — esse tipo de serviço é pouco ofertado no mercado —, e a gestão administrativa do hospital.

Em tempos de crise no setor, as transações imobiliárias têm sido uma das principais alternativas utilizadas pelos grupos de saúde para redução de endividamento.

Segundo o **Valor** apurou, a Opy está em negociações exclusivas e adiantadas com dois hospitais particulares, sendo que uma delas é uma operação de cerca de R$ 400 milhões e outra, entre R$ 100 milhões e R$ 200 milhões. Sobre essas transações, a empresa informou que não comenta rumores de mercado.

A Opy também está negociando parcerias com grupos hospitalares para entrar como investidora. Os recursos podem ser destinados, por exemplo, à construção de uma nova unidade, compra de equipamentos, entre outras iniciativas. Um dos parceiros pode ser o Hospital Albert Einstein que tem projetos de expansão em andamento.

O Einstein já trabalha em conjunto com a Opy na área pública há alguns anos. Em julho, a empresa assumiu a gestão administrativa do Hospital Estadual de Urgência de Goiás (Hugo), num contrato de R$ 60 milhões, por ano, com validade até 2029.

Curtas

Votorantim Cimentos

A Votorantim Cimentos terminou o segundo trimestre com crescimento de 10% no lucro líquido, na comparação anual, de R$ 515 milhões. A receita líquida avançou 2% no mesmo intervalo, para R$ 7 bilhões. A venda de cimento, em volume, alcançou 9,6 milhões de toneladas no trimestre, também crescimento de 2%. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado ficou estável, em R$ 1,6 bilhão. A margem Ebitda se manteve estável, em 23%. O resultado financeiro foi um prejuízo de R$ 360 milhões, piora sobre os R$ 261 milhões do segundo trimestre de 2023. Os investimentos em bens de capital cresceram 43% no trimestre, para R$ 679 milhões. A Votorantim Cimentos tem um plano de investimentos de R$ 5 bilhões, dos quais R$ 1,7 bilhão já estão em andamento.

Trisul cresce no 2º tri

A Trisul obteve no segundo trimestre lucro líquido atribuído aos controladores de R$ 30,5 milhões, aumento de 6% ante o mesmo período de 2023. A receita líquida subiu 19,3% no intervalo, para R$ 318,5 milhões. A margem líquida foi de 9,6%, queda de 1,2 ponto percentual, e a bruta ficou em 24,9%, alta de um ponto. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R$ 45,7 milhões, alta de 6% em um ano. O Ebitda ajustado foi de R$ 61,4 milhões, expansão de 11,8%. A dívida líquida da Trisul recuou 5% no segundo trimestre, na comparação anual, para R$ 678,6 milhões. A relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido ficou em 47,4%, recuo de 5,1 pontos. O retorno sobre patrimônio (ROE, na sigla em inglês) dos últimos 12 meses foi de 9%, avanço de 2,1 pontos em um ano.

Vale assume Aliança

A Vale concluiu a aquisição da totalidade da participação que pertencia à Cemig GT na Aliança Energia. A aquisição foi anunciada em março, quando foi fechado o contrato para a aquisição da totalidade da participação de 45% da Cemig GT na Aliança Energia por R$ 2,7 bilhões. Com a conclusão da operação, a Vale passa a deter 100% do capital da Aliança Energia. Segundo a Vale, o volume de geração da Aliança é estratégico na manutenção da matriz energética baseada em fontes renováveis da mineradora no Brasil. O portfólio de ativos de geração de energia elétrica da Aliança é composto por sete usinas hidrelétricas no Estado de Minas Gerais e três parques eólicos nos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Juntos, esses ativos alcançam 1.438 megawatts (MW) em capacidade instalada e 755 MW médios de garantia física.

GABRIEL REIS/VALOR

Saneamento Mudanças na forma de contratação de obras já estão em curso, mas empresa aguarda diretriz sobre leilões em outros Estados do país

Sabesp terá nova gestão a partir do fim de setembro

Taís Hirata
De São Paulo

A nova gestão da Sabesp privatizada deverá começar efetivamente a partir do fim de setembro, quando o novo conselho deverá ser formado, segundo o presidente da empresa de saneamento, André Salcedo. Para o executivo, que assumiu a ex-estatal em janeiro de 2023 com a missão de liderar a companhia durante o processo de privatização, estão por vir mudanças na gestão dos contratos e de pessoas que deverão elevar a eficiência da companhia. Porém, de modo geral o plano é de continuidade, principalmente na execução dos investimentos, disse ele, ao **Valor**.

"Temos um desafio grande de 'capex' [investimentos]. O que combinamos com o conselho de administração, que está muito próximo nesse processo de transição, é uma continuidade do que estamos fazendo", afirmou.

Na semana passada, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou sem restrições a compra de 15% da Sabesp pela Equatorial, que se tornará sócia de referência da companhia de saneamento. Pelo acordo de acionistas desenhado na privatização, o grupo assumirá um terço do conselho de administração e terá poder de indicar os principais cargos da empresa. Apesar do aval do órgão antitruste, o processo formalmente só se encerrará no dia 23 de agosto, quando termina o prazo para contestações.

A partir daí o atual conselho de administração deverá se reunir e convocar, com prazo de 30 dias, a assembleia que elegerá o novo conselho — quando efetivamente entrarão os membros nomeados pela Equatorial. "É quando deverão se materializar, na sua plenitude, todos os passos necessários para que a nova governança se estabeleça", afirma Salcedo.

O conselho da Sabesp, hoje de onze membros, passará a ter nove, dos quais três serão nomeados pela Equatorial, três pelo Estado e outros três independentes.

Até lá, a empresa vive a fase final de transição à realidade privada. Um processo que já está em prática é a mudança da contratação dos investimentos necessários para a universalização dos serviços, que somam R$ 68 bilhões até 2029. Desse valor, R$ 14 bilhões são de obras em curso. Outros R$ 27 bilhões já estavam em licitação, mas agora a contratação será concluída em processo competitivo privado. Restam cerca de R$ 27 bilhões finais a serem projetados e contratados, o que será feito nos próximos anos.

Para Salcedo, esse será um dos principais ganhos da privatização. "O modelo de contratação privado é mais expedito. Uma licitação, depois que lança edital demora de 180 a 200 dias, isso se der tudo certo. Num modelo de empresa privada demora de 30 a 45 dias. Se antecipa muito", diz.

Para ele, outra alavanca de valor relevante deverá vir na gestão de pessoas, com a possibilidade de mecanismos para premiar performance individual dos funcionários, e na gestão dos processos. "Muita coisa pode evoluir, desde a plataforma de tecnologia da informação, que precisa ser melhorada, até toda a parte de processos que pode ser revista."

Outra mudança relevante por vir é a expansão da Sabesp para além de São Paulo, com a perspectiva de atuação em outros Estados e até mesmo países, conforme destacado pelo governo e a Equatorial após a privatização.

Salcedo diz que a Sabesp já vem estudando os leilões do setor, mas que aguarda a diretriz da nova administração sobre licitações em outros Estados. Ele também afirma que a prioridade será a universalização dos municípios em que a empresa já atua.

"Temos um desafio grande de investimento. Haverá uma continuidade"
André Salcedo

"Tem que garantir que o investimento vai ser feito. Quanto tempo vai precisar para ter esse conforto? Difícil dizer. Mais, sei lá, um, dois anos para ter um conforto bom de que todo o 'capex' está endereçado e sendo entregue direitinho", afirma.

"O que já faz parte do dia a dia é analisar os projetos em São Paulo. Todas as cidades no Estado que colocarem algum processo vamos analisar e, se entender que faz sentido, participar. Já fora do Estado, tem que ser projeto com escala, porque vai ser em um lugar onde a empresa não tem base. Tem que valer o esforço. Essa decisão de se engajar em projeto fora de São Paulo não existe, e cabe ao novo conselho dar a orientação de para onde a companhia deveria olhar no primeiro momento."

O novo contrato da Sabesp privatizada também prevê a incorporação de áreas hoje não contempladas nos investimentos, em zonas irregulares e rurais. "Sem dúvida é um desafio, mas temos experiência positiva de atuar em áreas de baixa renda." Ele destaca que apenas as áreas formalizadas pelas prefeituras receberão investimentos. Já sobre as áreas rurais a serem incorporadas, ele diz que esse processo virá em uma segunda etapa, dado que o governo ainda terá que fazer um "censo" de identificação desses locais, o que pode ser feito até 2026. A universalização, porém, também precisa estar garantida até 2029.

Tecnologia Como Li Dongsheng, um dos maiores empresários da China, fez uma fabricante de fitas cassete virar uma gigante global de eletrônicos

'É preciso inovar sempre', afirma fundador da TCL

João Luiz Rosa
De São Paulo

Como qualquer estudante dedicado, Li Dongsheng se mostra orgulhoso de ter recebido, em 2022, o título de PhD em administração global da Universidade de Minnesota (EUA), sua mais recente incursão acadêmica. Mas ele não é um estudante comum. Considerado um dos homens de negócio mais influentes da China, o empresário é responsável por transformar uma tímida fábrica de fitas cassete de áudio, fundada no início dos anos 80, na segunda maior fabricante de TVs do mundo — a TCL. O conglomerado atua em 160 países, tem 33 fábricas e emprega 130 mil funcionários — 1,5 mil deles no Brasil —, mas Li quer mais.

"Não se pode ficar congelado no tempo. É preciso inovar sempre", diz chairman Li, como todos o chamam, em entrevista ao **Valor**, em São Paulo. "Eu mesmo estou em constante melhoria", afirma, ao citar o doutorado. "O fundamento da TCL é que nunca ficamos satisfeitos com o que temos."

A TCL chegou ao Brasil há oito anos em parceria com a brasileira Semp. Affonso Brandão Hennel, cujo pai fundou a empresa em 1942, lera no **Valor** que o grupo chinês tinha interesse no país. A Semp acabara de desfazer sua parceria com a japonesa Toshiba e Hennel percebeu imediatamente a possibilidade de estabelecer uma nova aliança internacional.

Durante as negociações, que culminaram com a formação da Semp TCL, Hennel e Li tornaram-se amigos. O empresário brasileiro, um dos criadores da Zona Franca de Manaus, morreu em junho, aos 94 anos. Era presidente do conselho da joint venture. Foi homenageado por Li durante sua visita ao Brasil.

Inicialmente, a Semp detinha 60% da nova empresa. Em 2020, sob uma reformulação societária, a participação diminuiu para 20%. Em 2023, depois de um novo aporte de capital, a joint venture ganhou o desenho atual, com 25% para a Semp Amazônia e 75% para o grupo chinês. O nome mudou para TCL Semp.

"A China e o Brasil são países distantes geograficamente, com estruturas econômicas muito diferentes. Então, era preciso encontrar um parceiro relevante para que fizéssemos algo em comum", diz Li. "Sofremos a influência da flutuação cambial, cujo impacto econômico o sócio brasileiro consegue entender e sentir melhor que nós, o que traz segurança financeira para a companhia."

Li nasceu na província de Guandgong, no Sul da China. Na adolescência, foi enviado para uma cooperativa agrícola, onde passou três anos cultivando arroz e criando peixes. A medida, que abrangia os formandos do ensino médio, era parte da Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung. Mais tarde, Li ingressou em uma faculdade técnica local, onde se formou engenheiro elétrico.

Em 1982, recém-formado, ele foi admitido como técnico na TTK Home Appliances, de fitas de áudio, fundada um ano antes com apoio do governo da cidade de Huizhou. Na época, relembra o empresário, a China passava por um período de escassez. "Pensei: já que faltam tantos produtos, vamos fazer os nossos." Três anos depois, a TCL foi estabelecida como uma joint venture entre a TTK e investidores de Hong Kong, tendo Li como diretor-geral.

O movimento ilustra um dos processos de transformação mais importantes da China contemporânea. Em 1978, sob o comando de Deng Xiaoping, que sucedeu a Mao Tsé-Tung, o governo chinês começou a implementar seu programa gradual de abertura econômica. O objetivo era mudar o eixo da economia — da agricultura para a indústria —, o que propiciou o surgimento de companhias que haviam recebido recursos governamentais e passaram a contar com a participação privada. A TCL foi uma das 13 primeiras joint ventures da China.

"A maioria das empresas privadas do país foram fundadas nessa época", diz Li. "Hoje, elas representam cerca de 60% da economia chinesa."

Uma das primeiras ações de Li foi diversificar as atividades da TCL. Vieram celulares, TVs, geladeiras, máquinas de lavar, aspiradores, aparelhos de ar-condicionado, entre outros itens. Hoje, a companhia atua em setores que incluem de semicondutores até produtos fotovoltaicos.

O conglomerado é formado por diversas empresas, seis das quais têm ações negociadas em bolsas da China e de Hong Kong. A receita global no ano passado foi de US$ 40 bilhões.

Embora fluente em inglês, Li fala ao **Valor** em mandarim. Com voz calma e ritmo compassado, discorre sobre temas que ocupam cada vez mais seu tempo, como desenvolvimento sustentável. "Esse é um tema central", ressalta. "É preciso desenvolver projetos de economia renovável para o planeta. O mundo tem sofrido muito com as mudanças climáticas."

A TCL criou um núcleo para estimular a economia verde e sugerir ajustes nos modelos de produção globais da indústria. "Percebo que o governo brasileiro tem dedicado muita energia aos recursos renováveis, por causa da floresta amazônica e os demais ativos naturais do país, que são capazes de mexer com o clima no mundo inteiro", diz.

> "Sustentabilidade é um tema central; o mundo tem sofrido com as mudanças climáticas"
> *Li Dongsheng*

Até 2025, a TCL planeja equilibrar todas as suas emissões de carbono com medidas de compensação e tornar-se carbono neutra. O cronograma, diz Li, foi definido pelo governo chinês e vale para as empresas industriais do país.

A TCL foi uma das primeiras entre as grandes companhias chinesas a iniciarem seu processo de internacionalização. Em 2004, adquiriu uma participação majoritária do negócio de TV da francesa Thomson, dona da marca RCA, aquela do logotipo do cachorrinho à frente do gramofone. No mesmo ano, assumiu o controle da área de telefonia móvel de outra francesa, a Alcatel. Ambas as aquisições foram estruturadas na forma de joint venture e tiveram resultados decepcionantes.

Na época, Li afirmou que 20 anos de economias da TCL desapareceram em um intervalo de 18 meses devido a perdas com as duas operações. Os acordos foram desfeitos em 2006. Para se recuperar, a TCL vendeu ativos e reduziu a produção, entre outras medidas duras. A companhia sobreviveu, voltou a crescer e se firmou como uma marca com apelo global.

No Brasil, a TCL Semp tem duas fábricas próprias, uma de televisores e outra de aparelhos de ar-condicionado. Também produz smartphones e tablets com parceiros de manufatura. Neste ano, entrou na disputa pelos segmentos de geladeiras e lava-roupas, com modelos a princípio importados. Há planos para trazer ao país outros negócios nos quais a TCL já tem atuação no exterior, mas os projetos são mantidos em sigilo. O faturamento bruto da joint venture em 2023 ficou perto de R$ 5,2 bilhões.

Investir em pesquisa e desenvolvimento, diz Li, é uma prioridade para companhia. "O mercado de produtos eletrônicos domésticos exige alta tecnologia", explica o empresário. A TCL tem um centro de P&D em funcionamento no Brasil, onde quer intensificar essas atividades. "Pretendemos abrir outros braços de desenvolvimento tecnológico no país", afirma, sem antecipar detalhes.

Globalmente, a companhia tem incorporado recursos de inteligência artificial a produtos em áreas tradicionais, como aparelhos de TV, ao mesmo tempo em que investe em segmentos novos, como óculos e robôs de IA. "Vamos migrar cada vez mais para a inteligência artificial", ressalta Li.

A marca, que dá nome ao Teatro Chinês em Hollywood (TCL Chinese Theater), uma das salas de cinema mais famosas do mundo, tem empregado IA na produção de conteúdo original, outro ramo de atuação. Em países onde funciona o TCLtv+, um canal FAST (de streaming, com exibição de anúncios), foram lançados dois curtas-metragens feitos quase exclusivamente com inteligência artificial, incluindo atores, cenários etc. "Next Stop Paris", o primeiro, é um romance cuja versão integral ainda será lançada; "Message in a Bot", que foi ar em julho, é uma história de ficção científica.

Com cargos importantes em organizações setoriais, como a Federação da Indústria e Comércio da China, Li acompanha de perto as relações econômicas com outros países. No caso do Brasil, sublinha que há vários pontos econômicos complementares, que podem ser mais bem explorados. "Os presidentes do Brasil e da China já fecharam inúmeros acordos e há consenso sobre como os dois países podem se aproximar", diz.

O empresário afirma que tem incentivado mais empresas chinesas a investirem no Brasil, com o estabelecimento de operações comerciais, fabricação e cadeia produtiva locais.

"A parceria entre TCL e Semp é um exemplo disso. Temos fábricas e equipes comerciais; geramos emprego. O que conseguimos até agora mostra que foi uma decisão muito sábia", diz. "Com o tempo, vamos buscar mais parcerias com fornecedores de componentes. Queremos contribuir com a sociedade brasileira."

GABRIEL REIS/VALOR

Li Dongsheng, fundador e chairman da TCL: resultados da parceria com Semp no Brasil mostra "decisão sábia"

Departamento de Justiça dos EUA estuda desmembrar o Google

Buscas on-line
Bloomberg

Desmembrar o Google, empresa controlada pela Alphabet, é uma das opções que estão sendo consideradas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, depois que uma decisão judicial histórica concluiu que a empresa monopolizou o mercado de buscas on-line.

A medida seria a primeira tentativa de Washington de desmantelar uma empresa que pratica um monopólio ilegal, desde os esforços mal sucedidos para desmembrar a Microsoft, há duas décadas. Opções menos severas incluem forçar o Google a compartilhar mais dados com concorrentes e medidas para evitar que obtenha uma vantagem injusta em produtos de inteligência artificial, disseram as pessoas, que pediram anonimato.

O governo dos EUA, provavelmente, buscará proibir o Google de fechar contratos exclusivos com, por exemplo, fabricantes de celulares. A Apple recebeu mais de US$ 20 bilhões nos últimos anos, do Google, para ter embarcado em seus iPhones a ferramenta de busca do Google.

Se o Departamento de Justiça levar adiante um plano de desmembramento, as unidades mais prováveis de desinvestimento serão o sistema operacional Android e o navegador Chrome, do Google, disseram as pessoas.

As autoridades também pretendem forçar uma possível venda do AdWords, a plataforma que a empresa usa para vender publicidade de texto, disse uma das pessoas.

As discussões do Departamento de Justiça intensificaram-se na sequência da decisão do juiz Amit Mehta, em 5 de agosto, de que o Google monopolizou ilegalmente os mercados de pesquisa on-line e de anúncios de texto de pesquisa. O Google disse que apelará da decisão, mas Mehta ordenou que os lados iniciassem planos para a segunda fase do caso, que envolverá as propostas do governo para restaurar a concorrência, incluindo um possível pedido de separação.

O Google e o Departamento de Justiça foram procurados, mas não se pronunciaram. Uma dissolução forçada do Google seria a maior de uma empresa norte-americana desde que a AT&T foi desmantelada na década de 1980.

Os advogados do Departamento de Justiça, que têm consultado empresas afetadas pelas práticas do Google, levantaram preocupações de que o domínio da empresa nas buscas lhe confere vantagens no desenvolvimento de tecnologia de inteligência artificial, disseram as pessoas. Como parte de uma solução, o governo poderá tentar impedir o Google de forçar os sites a permitir que seu conteúdo seja utilizado para alguns de seus produtos de IA, a fim de aparecer nos resultados de pesquisa.

Midea investe na marca e em nova fábrica em Minas Gerais

Marketing
Natália Flach
De São Paulo

A fabricante de ar-condicionado e eletrodomésticos Midea Carrier estreou ontem (13) uma campanha de marketing que se estende até março de 2025, enquanto se prepara para começar a produzir geladeiras e lavadoras de roupa em Minas Gerais.

Com sede na China e no Brasil desde 2011, a empresa sabe que precisa ficar mais conhecida do grande público para competir com nomes estabelecidos há muito tempo no país. "Construir uma marca é uma das coisas mais difíceis de se fazer", diz o presidente da Midea Carrier, Felipe Costa.

A primeira etapa da estratégia de marketing neste ano, desenhada pela agência Galeria, é o patrocínio ao 'Estrela da Casa', novo reality show da TV Globo, que estreou ontem (13). Um filme para a TV, a ser lançado no domingo (18) no intervalo do Fantástico, conta com o apresentador Tadeu Schmidt como garoto-propaganda, repetindo a parceria do ano passado.

A campanha prevê ainda conteúdos feitos para redes sociais, além de iniciativas de mídia externa como painéis em relógios de rua e em aeroportos de São Paulo. Costa não revela o valor investido, mas diz que o orçamento de marketing deste ano é o dobro do de 2023. Com isso, a expectativa é que a campanha tenha impacto de aproximadamente 2 bilhões de visualizações, ante os 800 milhões da iniciativa do ano passado.

"O mercado de eletrodoméstico é muito grande e tem espaço para se desenvolver", diz Costa, acrescentando que a companhia investiu R$ 45 milhões nos últimos cinco anos no Brasil.

A empresa decidiu que o próximo passo é investir na produção local de máquinas de lavar e geladeiras, deixando de importar os produtos da China. Isso culminou em um investimento de R$ 600 milhões em uma nova fábrica em Pouso Alegre (MG) — que anteriormente estava prevista para ser inaugurada no ano passado, mas teve o início da construção adiada para 2023 por uma série de questões logísticas e administrativas. Até o fim de 2024, a expectativa é que a unidade esteja operando com capacidade para produzir 700 mil geladeiras e 500 mil lavadoras por ano. Nas próximas fases, o objetivo é mais que dobrar a capacidade instalada.

Segundo Costa, a previsão é que a fábrica empregue de 600 a 700 pessoas diretamente até o fim do ano e alcance 1 mil empregos diretos no fim de 2025.

"A ideia é disputar as primeiras colocações do ranking de vendas no Brasil", diz, acrescentando que o objetivo é crescer 30% nos próximos três anos. No mercado de geladeiras e lavadoras de roupa, a empresa terá que competir com marcas conhecidas dos brasileiros há muito tempo como Brastemp, Consul e Electrolux, além das asiáticas Samsung e LG.

Segundo a consultoria de mercado GfK, a Midea tem 47% do segmento de frigobares, 23% de freezers horizontais, 19% do mercado de lavadoras 'frontload' (porta frontal) e 9% de refrigeradores TMF (a "top mount freezer" leva o congelador na parte superior). Também conta com 21% do setor de ar-condicionado residencial e 33% comercial, segundo a associação de fabricantes Eletros.

A entrada em operação da nova unidade fabril no segundo semestre — a empresa ainda tem outras duas fábricas no país, uma em Manaus (de ar-condicionado) e outra em Canoas (RS), de climatização comercial — coincide com o crescimento do mercado de eletrônicos, eletrodomésticos e portáteis, que bateu recorde histórico de venda semestral no acumulado de janeiro a junho deste ano.

Ao todo, foram vendidas 51,5 milhões de unidades pela indústria ao varejo, um avanço de 34% ante o primeiro semestre de 2023, de acordo com a Eletros. A expansão na linha branca, que inclui refrigeradores, máquinas de lavar roupa e fogões, foi de 16%, atingindo 7,3 milhões de unidades no primeiro semestre. Esse total não inclui a venda de ar-condicionado, que avançou 88% no intervalo por conta do verão fora de época.

Balanço No trimestre, receita líquida consolidada foi de R$ 100,6 bilhões, um recorde

Preços de insumos caem, oferta de carne se ajusta, e JBS tem lucro de R$ 1,7 bilhão

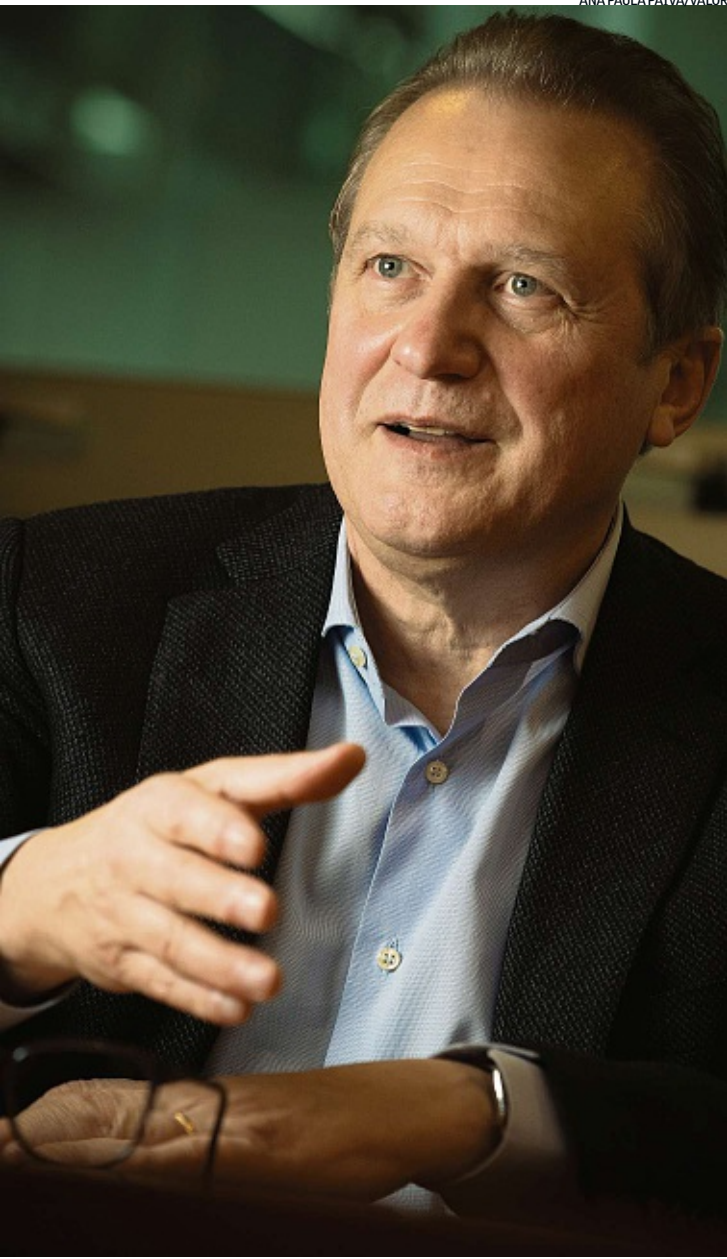
Nayara Figueiredo
De São Paulo

Em um passo que consolida a virada nos resultados financeiros da JBS em 2024, a companhia encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R$ 1,7 bilhão. O desempenho contrasta com o de um ano antes, quando a empresa registrou prejuízo de R$ 263,6 milhões. Além do lucro bilionário, a JBS também teve uma receita líquida consolidada recorde no segundo trimestre, de R$ 100,6 bilhões.

Dois fundamentos de mercado estão bem mais positivos neste ano do que em 2023, o que permitiu à empresa fechar o trimestre com ganho expressivo. O primeiro é a queda dos preços dos insumos que compõem a ração animal (milho e farelo de soja), fator que reduz os custos e melhora as margens da indústria.

O segundo é que ficou mais equilibrado o balanço entre demanda e oferta das carnes mais importantes para os negócios da JBS (bovina, suína e de frango). Há exceção apenas na unidade de bovinos na América do Norte. Na região, as margens seguem apertadas em virtude do ciclo de baixa oferta de gado, mas o bom desempenho nos demais negócios compensou os resultados negativos.

"O resultado [lucro] veio também das melhorias operacionais que fizemos", disse o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni, que destacou, por exemplo, os ganhos na operação da Seara. A margem da unidade de aves e suínos no Brasil subiu 13,3 pontos percentuais no comparativo anual, para 17,4%.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Gilberto Tomazoni, da JBS: segmentos de aves e suínos devem seguir fortes

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da JBS foi de R$ 9,88 bilhões no segundo trimestre. O resultado é mais que o dobro do que a companhia registrou no segundo trimestre de 2023, quando o Ebitda ajustado foi de R$ 4,47 bilhões.

A receita líquida consolidada cresceu 12,6% na mesma base de comparação, para o recorde de R$ 100,6 bilhões. Cerca de 75% das vendas globais da JBS ocorreram nos mercados domésticos em que a empresa atua, e os demais 25% foram exportações.

A geração de caixa livre, que havia sido de R$ 1,26 bilhão no segundo trimestre de 2023, saltou para R$ 5,5 bilhões neste ano, o que permitiu à companhia reduzir sua alavancagem — relação entre dívida líquida e Ebitda — para 2,77 vezes (em dólares). No segundo trimestre do ano passado, a alavancagem estava em 4,15 vezes.

"A gente chegou a esse patamar de alavancagem seis meses antes do previsto", afirmou Guilherme Cavalcanti, diretor financeiro e de relações com investidores da JBS. O executivo ressaltou que, como o terceiro e quarto trimestres também geram fluxo de caixa livre positivo, "vamos apresentar Ebitdas no terceiro e no quarto trimestres acima do ano passado, porque essa alavancagem vai continuar caindo e vai se aproximar de 2 vezes no fim do ano".

A alta do dólar, um fator de elevação das dívidas, tem piorado os balanços de diversas empresas, mas, para a JBS, esse é outro elemento positivo, avalia Cavalcanti. "O câmbio maior é mais favorável para a JBS, [dada a] natureza exportadora e os negócios que temos em dólares", afirmou.

Segundo ele, as unidades que ficam fora do Brasil geram 70% do faturamento do grupo. Dos 30% que saem das operações brasileiras, metade é de exportação, que se torna mais competitiva com o aumento da cotação do dólar.

Indagado sobre os impactos das suspensões temporárias de exportação de frango do Brasil que se seguiram à ocorrência, em julho, de um caso da doença de Newcastle em Anta Gorda (RS), Tomazoni afirmou que o país já resolveu a questão e que a companhia tem feito um remanejamento entre as unidades para conseguir atender os importadores.

"Mercados que antes eram atendidos pelo Rio Grande do Sul passaram para São Paulo, Paraná, Santa Catarina", disse. Ele destacou a importância de se ter muitas plantas com habilitação para vender à China, o que dá flexibilidade para realocar as mercadorias em situações como a que ocorreu no Rio Grando do Sul.

Tomazoni acredita que os segmentos de suínos e aves continuarão a apresentar um forte desempenho, com oferta e demanda equilibradas. Já em carne bovina, a percepção do CEO é que o consumo na China permanece aquecido, assim como as exportações de Brasil e Austrália para os EUA.

Projeto visa uso de agave para etanol

Biocombustível

Rafael Walendorff
De Brasília

Produtores rurais do semiárido baiano serão estimulados a aumentar e melhorar as condições de plantio e colheita do agave, matéria-prima da tequila mexicana e que é destaque no Brasil, líder mundial no cultivo da planta, para a produção da fibra do sisal, material usado em variedades de fios, cordas, tapetes e mantas.

A intenção é usar a biomassa residual da planta, obtida no processo de fabricação do sisal, para a produção de etanol. Um convênio assinado entre a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o governo da Bahia vai destinar R$ 2,6 milhões para promover essa cadeia por meio do projeto Replanta Agave. Agora, serão selecionadas, por meio de edital, empresas interessadas em operacionalizar a ideia.

Segundo a ABDI, apenas 4% do agave é utilizado para a produção da fibra tradicional da Bahia, e o restante é descartado. Com o projeto, a ideia é utilizar 95% da planta para a produção do biocombustível. O impacto econômico deve alcançar os 20 municípios baianos incluídos no chamado Território do Sisal.

O objetivo é criar um sistema cooperativo qualificado para a produção em escala do agave. A ação será executada em 18 meses e capacitará, ao menos, 400 trabalhadores, segundo a ABDI. Serão disponibilizados sete tratores nos municípios contemplados.

O convênio também vai realizar um mapeamento dos produtores da região sisaleira para dimensionar a capacidade produtiva local. O projeto inclui a qualificação e a orientação técnica dos agricultores. "Nosso objetivo é transformar a indústria local, potencializar e fomentar a economia. Isso é desenvolvimento do Brasil, com mais empregos", disse, em nota, o presidente da ABDI, Ricardo Cappelli.

Estudos recentes mostraram que o agave pode ter rendimento maior por hectare para a produção de etanol do que a cana. Um dos desafios do Replanta Agave é estimular a estruturação de indústrias de sisal para a produção de biocombustível, com foco no etanol.

"Apesar de o sisal ser a principal fonte econômica da região do semiárido nordestino e de o Brasil ser o maior produtor, o cultivo, a colheita e o processamento das folhas do agave ainda são precários, de forma geral. E o que nos motiva a investir nessa iniciativa é a potencialidade dessa planta para a produção de biocombustível", destaca o professor Gonçalo Pereira, da Universidade de Campinas.

O gerente da Unidade de Nova Economia e Indústria Verde da ABDI, Marcelo Gavião, disse que a introdução do agave beneficiaria a produção complementar das usinas de cana, com o fornecimento de matéria-prima para o período da entressafra. A partir da planta também podem ser obtidos biometano, hidrogênio verde, biochar, bioinseticida, bioherbicida e componentes de plástico.

Valor, Globo Rural e CBN Agro vencem +Admirados do Agro

Prêmio

Valor, de São Paulo

O **Valor**, a revista "Globo Rural" e o programa "CBN Agro" venceram, mais uma vez, o Prêmio +Admirados da Imprensa do Agronegócio. Os veículos da Editora Globo e Sistema Globo de Rádio receberam a premiação em evento que ocorreu em São Paulo na noite de segunda-feira (12/8).

Essa foi a quarta vitória do jornal na categoria "Veículo Impresso" do prêmio, que o "Portal dos Jornalistas" e "Jornalistas&Cia" lançaram há quatro anos. Patrick Cruz, editor-chefe do núcleo que inclui a seção de Agronegócios do **Valor** e a Globo Rural, recebeu o troféu em nome da equipe.

Na entrega do troféu à "Globo Rural", que conquistou, pela terceira vez seguida, o prêmio na categoria "Veículo Especializado", Patrick Cruz e a editora Denise Saueressig representaram a equipe. Em "Áudio/Podcast", o "CBN Agro", veiculado na Rádio CBN, também conquistou o prêmio pela terceira vez. Raphael Salomão, editor-assistente da "Globo Rural", foi o representante da equipe na entrega do troféu.

Além das vitórias coletivas, dois profissionais da equipe entraram na relação dos 30 mais admirados da imprensa do agro: o editor-executivo Cassiano Ribeiro, que fez parte da lista pela quarta vez, e a editora Denise Saueressig, que obteve o reconhecimento pela terceira vez.

A eleição do +Admirados do Agro ocorre por meio de votação da qual participam os próprios jornalistas e os profissionais de comunicação e áreas afins. A votação acontece em dois turnos. No primeiro, com livre indicação de nomes, definem-se os finalistas, e, no segundo, ocorre a eleição dos profissionais Top 30 Brasil e os veículos Top 3, em nove categorias.

Agenda Tributária

Mês de Agosto de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Julho/2024
14	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	1º a 10/agosto/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	1º a 10/agosto/2024
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º)	5035*	"
	Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM)	1605*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras	5286*	1º a 10/agosto/2024
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	1º a 10/agosto/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
14	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	1º a 10/agosto/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
14	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	Julho/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

valor.com.br

Balanço

Jalles Machado teve prejuízo no trimestre

A Jalles Machado registrou um prejuízo de R$ 2,4 milhões no primeiro trimestre da safra 2024/25, de abril a junho, em comparação com um lucro líquido de R$ 49,5 milhões no mesmo período do ciclo anterior. O resultado foi fruto de um efeito não caixa, relacionado ao impacto da alta do dólar no fim do junho na marcação a mercado dos hedges de açúcar feitos pela companhia. Os resultados operacionais foram positivos, mas menores na base anual.

valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Sequoia Logística e Transportes S/A -** CNPJ: 01.599.101/0001-93 - Endereço: Av. Isaltino Victor de Moraes, 437, Piso Térreo M, Bairro Vila Bonfim - Requerente: Wirk Serviços Especializados e Transportes Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Embu Das Artes/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Ergomen'ar Montagem e Instalação de Sistema Eireli -** CNPJ: 02.110.587/0001-17 - Requerente: Condor Atacadista de Materiais Para Construção S/A - Vara/Comarca: 6a Vara de Aparecida de Goiânia/GO - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **G. F. Comercial de Vidros e Serviços Ltda. -** CNPJ: 00.030.263/0001-43 - Requerente: Dacil Espiridião de Paula - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Requerido: **Tera Metais Alumínio Ltda. -** CNPJ: 11.859.487/0001-89 - Endereço: Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (Sp 360), Km 79, S/nº, Loteamento Encosta do Sol - Requerente: Asa Alumínio S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Pedido julgado elidido.

Requerido: **Wow Nutrition Indústria e Comércio S/A -** CNPJ: 02.338.823/0001-57 - Endereço: Rua Geraldo Flausino Gomes, 78, Cjto 152 Parte, Bairro Cidade Monções - Requerente: Naturasuc Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Caçapava/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Jev Safe Plásticos Comércio de Embalagens e Resinas Plásticas Ltda., Nome Fantasia Jvt Plastic -** CNPJ: 37.603.197/0001-63 - Endereço: Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, Km 42,5, Bairro Birica do Campo Novo, Bragança Paulista/sp - Requerente: Loma Ambiental Indústria e Comércio Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face à ausência das condições da ação, foi revogada a sentença de quebra da requerida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Aços Araguaia Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 01.184.213/0001-83 - Endereço: Rua Ademar Muhl, 325, Quadra 08, Lote 03, Sala 02, Setor Industrial Ii, Querência/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Jcn Comércio e Representações Eireli -** CNPJ: 66.047.630/0001-20 - Endereço: Av. Mutinga, 3188 e 3180, Bairro Jardim Líbano - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **4u Construções Ltda. -** CNPJ: 19.894.985/0001-74 - Endereço: Av. Estados Unidos, 528, Edifício Joaquim Barreto de Ara, Sala 1111, Bairro Comércio - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Salvador/BA

Empresa: **Agroindústria Rei Fish Comércio de Pescados Ltda. Epp -** CNPJ: 37.956.526/0001-50 - Endereço: Rodovia Deputado Emanuel Pinheiro, Km 01, S/nº, Sítio Mata Bonita, Quadra 03, R. Radial 3, Lote 28 - Administrador Judicial: Dr. Rafael Cidrim Enriquez Garcia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **F M Supermercado Ltda. Epp, Nome Fantasia Aurora Supermercado -** CNPJ: 10.717.033/0001-00 - Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 694, Quadra 41, Lote 16, Sala 01, Bairro Vila Aurora I - Administrador Judicial: Dr. Willian Tonda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Fábio Galvão Pereira Dos Santos, Nome Fantasia Doce Vício -** CNPJ: 36.973.790/0001-39 - Endereço: Av. Marechal Dutra, 1477, Centro - Administrador Judicial: Dr. Willian Tonda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Francisco Neto da Silva, Empresário Rural, Nome Fantasia Sítio Recanto Nordestino -** CNPJ: 55.080.785/0001-41 - Endereço: Rodovia Deputado Emanuel Pinheiro, Km 01, S/nº, Comunidade Rio Dos Peixes, Lote 28, Quadra 03, R, Radial Leste, Sítio Mata Bonita - Administrador Judicial: Dr. Rafael Cidrim Enriquez Garcia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **O S Consultoria e Serviços Empresariais Ltda. -** CNPJ: 28.934.839/0001-16 - Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 694, Quadra 41, Lote 16, Sala 01, Bairro Vila Aurora I - Administrador Judicial: Dr. Willian Tonda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Estok Comércio e Representações S/a, Nome Fantasia Tok Stok -** CNPJ: 49.732.175/0001-82 - Endereço: Av. José César de Oliveira, 21, Cjtos. 31, 32 e 33, Bloco Iii, Bairro Vila Leopoldina - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Bartô Equipamentos Para Empresas Ltda. -** CNPJ: 13.640.411/0001-93 - Endereço: Rua Custódio Serão, 357, Bairro Vila Jaguará - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ibraço Indústria Brasileira de Artefatos de Madeira e Aço Ltda. -** CNPJ: 66.108.804/0001-17 - Endereço: Av. Coronel Victor Cândido de Souza, 2920, Sala 01, Bairro Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Mirassol/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ibral Indústria Brasileira de Artefatos de Alumínio Ltda. -** CNPJ: 06.223.054/0001-00 - Endereço: Av. Coronel Victor Cândido de Souza, 2920, Bairro Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Mirassol/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Nascimento e Sales Construtora Ltda. -** CNPJ: 20.801.309/0001-98 - Endereço: Rua Paraíba, 555, Bairro América - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nassau Nascimento e Sales Construção Ltda., Nome Fantasia Nassau Incorporação e Empreendimentos Imobiliários -** CNPJ: 15.616.691/0001-20 - Endereço: Rua Hélio Cardoso, 46, Bairro América - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Gasmyt Revendedora de Gás Eireli ME -** CNPJ: 13.099.623/0001-05 - Endereço: Setor Habitacional Arapoanga, Quadra 6 A, Cjto. B, Lote 23, Bairro Planaltina - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Face não instruir a petição inicial com a documentação pertinente.

Empresa: **Mv Hidrojet Saneamento Eireli Epp -** CNPJ: 10.417.021/0001-60 - Endereço: Quadra Qn 510, Cjto. 01, Lote 02, Loja 03, Samambaia Sul - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Face não instruir a petição inicial com a documentação pertinente.

Empresa: **Time Segurança Privada Ltda. -** CNPJ: 21.578.673/0001-01 - Endereço: Rua Onze, Nº 31, Quadra 20, Saramanta, Bairro Trizidela - Vara/Comarca: 1a Vara de São José de Ribamar/MA - Observação: Face não instruir a petição inicial com a documentação pertinente.

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Políticas Texto definiu limites para os descontos, que variam de R$ 5 mil a R$ 120 mil

Decreto sobre dívidas de produtores do RS descarta anistia

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA

Em julho, o ministro Carlos Fávaro prometera remissão total de dívidas para produtores do RS que "perderam tudo"

Rafael Walendorff
De Brasília

O decreto publicado ontem pelo governo federal com as regras para o acesso de produtores do Rio Grande do Sul a descontos em parcelas do crédito rural contrariou promessas feitas aos gaúchos pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, de que haveria anistia total para quem teve perdas mais acentuadas nas suas atividades devido às enchentes e inundações deste ano.

O texto definiu limites para os descontos, que variam de R$ 5 mil a R$ 120 mil, e foi avaliado como "insuficiente" para a retomada da atividade no Estado pelo setor produtivo local. O custo da medida é estimado em R$ 1,8 bilhão pelo governo.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetag-RS) afirmou que os limites dos descontos diminuem o alcance da medida e que os prazos para renegociação apenas "adiam o problema" sem dar condições para o "produtor se reestabelecer". Fonte do governo disse que a remissão total ainda poderá ocorrer em determinadas situações.

Durante uma audiência pública da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, ontem, sobre os danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, Fávaro afirmou que o limite de R$ 120 mil para descontos nas parcelas de crédito rural vai atender 93% dos produtores gaúchos afetados e garantiu que haverá tratamento diferenciado para quem teve perdas mais acentuadas, mas não indicou quais medidas serão adotadas.

Em julho, em visita ao Rio Grande do Sul, o ministro havia prometido remissão total de dívidas para produtores que "perderam tudo".

Em participação online na audiência, Fávaro disse que será publicada uma nova medida provisória para tratar de dívidas de cooperativas e sinalizou que a solução para os débitos com revendas de insumos e cerealistas já está contemplada na linha de crédito do Fundo Social.

O ministro disse ainda que haverá "tratamento diferenciado" para o público que está fora dos 93% contemplados dentro do limite estabelecido. "Não deixaremos nenhum produtor atingido com mais de 60% [de perdas] e até 100% ficar limitado a uma renegociação ou até perdão da dívida até R$ 120 mil", afirmou, sem detalhes. Procurado, o ministério não explicou por que não haverá anistia.

O decreto publicado ontem prevê que os limites para os descontos vão variar de acordo com os níveis de perdas e as informações prestadas pelos produtores que tiveram prejuízos iguais ou superiores a 30% e cujas prestações vencem entre 1º de maio e 31 de dezembro deste ano. As solicitações serão avaliadas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

O produtor que apresentar apenas a declaração pessoal e optar pela liquidação da operação terá desconto de 30% sobre valor das parcelas com limite de R$ 20 mil no custeio e de R$ 5 mil nos investimentos. Para renegociar as prestações, o desconto aplicado será de 24%, limitado a R$ 16 mil e R$ 4 mil, respectivamente.

Com laudo técnico das perdas, o produtor poderá ter rebate de 50% para liquidação da dívida, limitado a R$ 25 mil no custeio e R$ 15 mil nos investimentos. Para renegociação das parcelas, o desconto equivalente ao dano ficará limitado a 40% ou a R$ 20 mil no custeio e R$ 12 mil nos investimentos.

Conforme o decreto, quem teve prejuízos abaixo de 30% deverá procurar as instituições financeiras para renegociar suas parcelas. Também ficaram de fora as operações que foram cobertas por seguro rural ou Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), áreas cultivadas em desacordo com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) e operações contratadas com recursos livres.

> Prazos para renegociação apenas "adiam o problema"
> *Fetag-RS*

O decreto instituiu a Comissão Especial de Análise de Operações de Crédito Rural do Rio Grande do Sul para avaliar casos de produtores com perdas acima de 60% causadas exclusivamente por deslizamento de terras ou pela força das águas na inundação.

O colegiado vai analisar pedidos relacionados a investimentos de cooperativas agropecuárias, com desconto de até R$ 10 mil por cooperado, e operações de industrialização do Pronaf com perdas iguais ou superiores a 30%. Parcelas de investimento com vencimento em 2025 poderão ser avaliadas.

Além do decreto, ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estendeu a suspensão da cobrança de dívidas rurais do Rio Grande do Sul até 16 de setembro.

Conab confirma redução de 6% na colheita de grãos da safra 2023/24

Cenários

Isadora Camargo
De São Paulo

A produção brasileira de grãos na safra 2023/24, cuja colheita está praticamente finalizada, deve somar 298,6 milhões de toneladas, um recuo de 6,6% ou 21,2 milhões de toneladas menos que no ciclo anterior, o 2022/23.

O número foi divulgado ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em seu 11º Levantamento da Safra de Grãos. O volume estimado foi 700 mil toneladas menor do que o projetado em julho, em um ajuste decorrente de mudanças em dados das colheitas de milho de primeira safra, feijão de segunda safra, sorgo e girassol.

O diretor-presidente da Conab, Edegar Pretto, disse, na divulgação do levantamento que, mesmo com a perda de produtividade, causada pelo déficit hídrico no Centro-Oeste e pelo excesso de chuvas no Sul, a temporada 2023/24 foi a segunda melhor safra de grãos desde 2016/17.

Para a soja, cuja colheita já foi finalizada no país, a Conab estimou uma produção de 147,38 milhões de toneladas, uma queda de 4,7% em comparação com a temporada 202/23.

Safra 2023/24
Nova estimativa da Conab para a temporada (milhões de toneladas)

Cultura	2021/22	2022/23	2023/24 Prev. jul	2023/24 Prev. ago
Algodão (pluma)	2,554	3,173	3,636	3,644
Arroz	10,789	10,567	10,586	10,589
Feijão	2,990	3,036	3,267	3,259
Milho	113,130	131,892	115,859	115,648
Soja	125,550	154,609	147,336	147,382
Trigo	10,554	8,097	8,955	8,836
Total	**272,429**	**319,812**	**299,267**	**298,598**

Fonte: Conab

Para a colheita do milho de segunda safra, que é a principal, a Conab elevou sua estimativa em 280 mil toneladas, para 90,28 milhões de toneladas. Ainda assim, o volume representa uma retração de 11,8% em relação à produção de milho safrinha no ciclo 2022/23. A colheita do milho safrinha está terminando no país, com 86% do cereal colhido até o fim de julho.

De acordo com a Conab, as produtividades alcançadas nas lavouras de milho safrinha "variaram de acordo com o pacote técnico utilizado e, principalmente, da época de plantio da cultura".

A autarquia também revisou para baixo sua estimativa da colheita do milho de primeira safra. A redução de área de plantio foi o principal fator para a revisão. O recuo da área foi de 5,9%, para 20,96 milhões de hectares na primeira safra de milho.

Com isso, a produção total do milho da temporada 2023/24 deve chegar a 115,65 milhões de toneladas, segundo a nova estimativa, uma redução de 210 mil toneladas em relação à projeção anterior. O volume representa uma quebra de 12,3% em relação ao ciclo passado.

Apesar da oferta menor, a Conab elevou em 2,5 milhões de toneladas a estimativa para a exportação do cereal. Em relatório que acompanhou os números, a estatal justificou que a projeção de alta dos embarques decorre da recente desvalorização da moeda brasileira, o que provocou um aquecimento vendas externas de milho.

Para a colheita de algodão, ainda no início, a Conab elevou marginalmente a estimativa, para 3,64 milhões de toneladas, alta de 14,8% em comparação com o ciclo anterior. O crescimento reflete o crescimento de 16,9% na área de plantio, segundo a Conab.

Já a semeadura do trigo está quase concluída, após o atraso inicial em razão das chuvas no Rio Grande do Sul. A estimativa é de redução de 11,6% na área no país, para 3,07 milhões de hectares. Mas com a projeção de alta de 23,5% na produtividade, a expectativa é de que produção deve cresça 9,1%, para 8,8 milhões de toneladas.

Também ontem, o IBGE atualizou sua estimativa para a safra de grãos de 2024, para 298 milhões de toneladas. O número é 0,7% superior ao projetado em julho e 5,5% menor do que o volume de 2023. *(Colaborou AS, do Rio)*

Seca já afeta moagem de cana no país

Safra 2024/25

Camila Souza Ramos
De São Paulo

As usinas de cana do Centro-Sul começaram a sentir os efeitos da seca prolongada nos resultados da produção da segunda quinzena do mês de julho. Segundo dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), o volume de cana colhido e processado no período foi 3,35% menor do que na mesma quinzena do ano passado, somando 51,32 milhões de toneladas.

Já foram registradas quedas de produtividade na casa dos dois dígitos. Em uma amostra de 102 usinas analisada pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), a produtividade da colheita do período ficou 10,5% abaixo do registrado um ano antes, em 87,5 toneladas por hectare.

"Essas informações preliminares de julho já começam a retratar a condição observada no campo para a cana-de-açúcar que ainda será colhida. Na média do Estado de São Paulo, os dados apurados indicam retração de produtividade de superior a 15% em julho, chegando a atingir 20% em regiões como Araçatuba, Assis e São José do Rio Preto", afirmou Luciano Rodrigues, diretor de inteligência setorial da Unica, em nota.

O que compensou em parte a menor produtividade foi a maior concentração de sacarose na cana, que subiu 1,93%, para 146,86 quilos por tonelada de cana.

Como resultado da menor quantidade de matéria-prima, a produção de açúcar recuou 2,16%, para 3,61 milhões de toneladas, e a fabricação de etanol anidro caiu 3,73%, para 947 milhões de litros. Já a produção de etanol hidratado aumentou 8,25%, para 1,60 bilhão de litros, dada a maior demanda pelo produto no mercado interno.

Uma fatia de 14% do etanol produzido na quinzena teve o milho como matéria-prima.

Abates de bovinos cresceram 17% no trimestre

Alessandra Saraiva
Do Rio

O abate de bovinos no país aumentou 17,2% no segundo trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2023 e alcançou 9,9 milhões de cabeças. Em relação ao primeiro trimestre, houve aumento de 6,9%. Os dados, divulgados ontem, fazem parte das Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro, e da Produção de Ovos de Galinha, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A produção de carcaças bovinas cresceu no mesmo ritmo, em 17%, para 2,6 milhões toneladas. Também houve aumento de 17% no volume de couro cru recebido pelos curtumes, que somou 10,1 milhões de peças, de acordo com o IBGE.

9,9
milhões de cabeças foram abatidas

Ainda conforme a pesquisa, houve também crescimento nos abates de frangos e suínos no segundo trimestre do ano, mas de forma menos acelerada. O abate de suínos subiu 2,4% em relação ao mesmo período de 2023, para 14,545 milhões de cabeças.

No caso do abate de frangos no país, foram 1,609 bilhão de aves, o que representou aumento de 3,2% em comparação com o segundo trimestre do ano passado.

A pesquisa do IBGE mostrou ainda que a aquisição de leite cru feita por laticínios sob inspeção sanitária (federal, estadual ou municipal) teve uma leve alta de 0,4% no segundo trimestre em comparação ao mesmo período um ano antes e ficou em 5,81 bilhões de litros.

No segundo trimestre deste ano, a produção de ovos de galinha também subiu — a alta foi de de 9,1% na comparação anual, para 1,15 bilhão de dúzias.

Balanço
JBS lucrou R$ 1,7 bilhão no 2º trimestre após perder R$ 263 milhões um ano antes
B7

Balanço
XP Inc., de Thiago Maffra, vê captação reagir no segundo trimestre e tem lucro recorde C6

Dividendos
BNDES vai repassar mais de 100% do lucro anual de 2023 ao Tesouro C4

Mercados
Decisões sobre intervenções no câmbio são colegiadas, diz Campos Neto C2

Expansão
Nubank tem 104,5 milhões de clientes e crédito atinge US$ 18,9 bilhões C3

Finanças

Inclui **Legislação & Tributos**

Mercado de capitais Bolsa brasileira completou três anos sem nenhuma abertura de capital, mas fluxo para renda fixa tem garantido atividade

Receita de bancos de investimento volta a recuar sem IPOs

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Com o mercado de renda variável travado e muitas operações de fusões e aquisições (M&As, na sigla em inglês) em compasso de espera, a receita dos bancos de investimento que atuam no mercado brasileiro voltou a cair, atingindo o menor patamar em ao menos sete anos. No ano até aqui as receitas com operações típicas de mercado de capitais somaram cerca de R$ 2 bilhões (US$ 361 milhões), queda de 12% em relação ao mesmo período de 2023, cujo início do ano foi afetado com a paralisia do mercado com a crise da Americanas.

O número reflete ainda o terceiro ano de queda consecutiva nas receitas, resultado direto da maior seca de ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) em mais de três décadas da bolsa brasileira, espelho do cenário de volatilidade global e juros altos minando o apetite por renda variável. Na contramão, operações de renda fixa seguem garantindo a atividade, diante de uma demanda forte de investidores e fluxo de capital direcionado aos fundos dessa modalidade.

Ainda considerando janeiro até o fim de julho — período que, na prática, é considerado o primeiro semestre para o mercado de capitais — as receitas foram de US$ 412 milhões em 2023 e de US$ 666 milhões no ano anterior. Em 2021, ano recorde como resultado da grande liquidez global em meio a pandemia, as receitas foram de janeiro ao fim de julho daquele ano US$ 1,04 bilhão, conforme dados da Dealogic, consultoria que coleta esses dados, enviados ao **Valor**.

Em termos de ofertas de ações subsequentes (“follow-ons”), a bolsa brasileira foi palco de oito transações em 2024, sendo a maior delas a que marcou a privatização da Sabesp, a qual movimentou R$ 14,8 bilhões. Apesar do feito de ter sido a maior oferta pública em saneamento em todo o mundo, as comissões foram modestas e renderam aos banco coordenadores R$ 14,8 milhões. “Uma comissão baixa é comum em ofertas de estatais e essa oferta se trata de um chamariz e um marco do mercado”, disse um banqueiro envolvido na operação.

No geral, as expectativas de retorno dos debutes das companhias brasileiras na bolsa estão voltadas para 2025, momento em que se espera que os juros mais baixos nos Estados Unidos ajude a movimentar os recursos dos investidores de volta para a renda variável — e trazer novamente o estrangeiro ao mercado brasileiro. Apesar da atividade do mercado acionário de renda variável estar em compasso de espera no Brasil, operações de renda fixa local e internacional têm contribuído para as receitas dos bancos de investimento.

Em M&A, apesar do preço das ações das empresas listadas estarem atrapalhando o fechamento do operações, por conta da falta de referencial de preço, o ano registrou grandes transações, como a união de Somma e Arezzo, Petz e Cobasi e 3R Petroleum e Enauta, além da venda da AES para a Auren e das térmicas da Eletrobras à Ambar.

O diretor global de grandes companhias e banco de investimento do Itaú BBA, Cristiano Guimarães, aponta que o momento segue de desafios em renda variável por conta da volatilidade e recursos saindo de fundos multimercados e de ações, mas que operações pontuais de ofertas subsequentes podem ocorrer ao longo do segundo semestre. Na contramão, lembra o executivo, o mercado de renda fixa segue pujante, contribuindo para a atividade de banco de investimento. “O mercado cresceu muito neste ano em relação ao ano passado por duas razões: a primeira porque tivemos um início de ano travado [em 2023] com o evento da Americanas. Em segundo, com os volumes entrando nos fundos de renda fixa”, frisa o executivo.

Segundo Guimarães, grande parte das empresas que foram atrás do “liability management” (administração dos passivos) em emissões de renda fixa, se aproveitando da compressão dos spreads, já realizaram suas operações. Além disso, o ritmo de operações ao longo dos próximos meses também poderá ser afetado com empresas segurando investimentos dado o cenário macroeconômico.

Já em M&A, o executivo do BBA aponta que por ser um mercado menos volátil, as receitas foram estáveis em relação ao ano passado, contribuindo para a atividade. “No Itaú BBA, o banco de investimento tem crescido ano a ano na liderança de mercado, capitalizando-se na capacidade de operar na renda fixa, renda variável e M&A, sabendo que cada mercado tem dinâmicas diferentes em determinados períodos. Este é o ano da renda fixa, onde estamos inclusive crescendo nosso ‘market share’. Tudo é importante, mas o equilíbrio de produtos muda a cada ano”, afirma.

O sócio do BTG Pactual, Bruno Amaral, aponta que a atividade do banco neste ano está melhor do que no ano passado, mesmo com o mercado de renda variável ainda combalido com a volatilidade e juros afetando o apetite dos investidores. “O que estamos vendo é um balanço desproporcional entre os produtos, com aquecimento em renda fixa e M&A”, diz. Para o executivo, o segundo semestre “potencialmente será mais ativo”.

> “Estamos vendo um balanço desproporcional entre os produtos, com aquecimento em renda fixa e M&A”
> *Bruno Amaral*

Um gatilho para o direcionamento de recursos de investidores estrangeiros ao país, lembra Amaral, será o início do corte de juros nos Estados Unidos, esperado para setembro. Ele lembra que as eleições americanas podem trazer cautela aos investidores. “O M&A não para, o que muda é o pipeline de execução”, frisa. Por outro lado, Amaral afirma que o aquecimento de um mercado, puxa o outro. Isso significa que o retorno das ofertas de ações tende a retroalimentar o M&A, por exemplo. Assim, com o juro em queda e capital retornando aos fundos, a roda tende a girar.

Dessa forma, os bancos estão trabalhando para manter dentro de casa as receitas. O responsável pelo banco de investimento do Citi no Brasil, Eduardo Miras, confirma que o mercado de dívida tem ajudado no nível de receitas e que por lá, com o mercado de ações morno e operações de M&A em compasso de espera, a estratégia tem sido buscar aumento de participação de mercado. Miras diz ainda que a instituição financeira tem se voltado a outros produtos mais demandados em momentos de mais volatilidade — como os derivativos, instrumentos que não constam nos dados da Dealogic. “Vamos contrapondo um mercado difícil com as armas que temos”.

Para o executivo do Citi, o segundo semestre caminha para ser tão difícil quanto o primeiro, com eleições americanas ainda no radar. Ele frisa que, no momento, dado o preço das ações das companhias em bolsa, o M&A também voltou a viver um cenário de descompasso de “valuation” entre compradores e vendedores. Com isso, segundo ele, a mortalidade dos negócios aumenta. O que também tem afetado, segundo Miras, tem sido o interesse limitado do estrangeiro no Brasil. No entanto, esse ponto pode rapidamente mudar com uma mudança da confiança em relação ao país, diz.

> “Vamos nos contrapondo a um mercado difícil com as armas que temos”
> *Eduardo Miras*

Responsável pelo banco de investimento do Morgan Stanley no Brasil, Fábio Medeiros aponta que o mercado de fusões e aquisições, apesar de ainda não tão pujante como o desejado, tem ajudado a dar suporte às receitas dos bancos de investimento. Ele aponta que ao longo deste ano operações de consolidação no mercado local foram um dos principais destaques. Além disso, o banco americano tem se aproveitado do mercado aquecido de renda fixa em dólar, não só as emissões externas, os bonds, mas em operações estruturadas de dívida.

Como o time de renda variável no escritório brasileiro do banco americano tem foco em América Latina, o trabalho tem se voltado a outras jurisdições, que estão aquecidas, como o México. Por aqui, a expectativa é que o iminente início do corte de juros nos Estados Unidos ajude a direcionar o fluxo de recursos ao Brasil.

Por enquanto, segundo Medeiros, as expectativas em torno de operações de renda variável se voltam para a venda de participação por fundos de private equity (aqueles que compram participação em empresas), tendo em vista que muitos estão vendo chegar o momento de devolver o capital a cotistas. “Essas vendas devem ser mais lideradas pelos ‘sponsors’. As empresas que buscavam [ofertas] para diminuir endividamento, por exemplo, já o fizeram”, comenta.

Devido à volatilidade do mercado, a estimativa é que esses movimentos de saída sejam feitos por meio dos “block trades”, que se trata da venda de um bloco de ações em leilão na bolsa, processo bastante ágil.

GABRIEL REIS/VALOR

Cristiano Guimarães, do Itaú BBA: receitas estáveis em M&A por ser um mercado menos volátil

Destaques

Porto tem queda no lucro
O grupo Porto, antiga Porto Seguro, teve uma queda de 13,6% no lucro do segundo trimestre, para R$ 584 milhões. O desempenho foi afetado por alguns fatores, como o desastre no Rio Grande do Sul, e o efeito da rolagem de títulos no mercado de renda fixa. Se fossem excluídos tais efeitos, o lucro cresceria 2%, para R$ 690,6 milhões. O impacto das enchentes foi de R$ 87,2 milhões, enquanto a rolagem levou R$ 19,4 milhões. A Porto registrou aumento de 13,6% nas receitas para R$ 9 bilhões. *(Rita Azevedo)*

Debênture da Klabin
A Klabin de início a uma oferta de debêntures para captar R$ 1,5 bilhão. Os papéis serão incentivados e terão prazo de 15 anos. O dinheiro será voltado para projetos de investimento em infraestrutura, segundo a empresa. A oferta das debêntures será feita em duas séries diferentes. A remuneração será definida após a coleta de intenções de investidores. A Klabin pretende pagar o maior entre NTN-B 35 menos 0,05% ao ano ou IPCA mais 6,05% ao ano. Atuam na oferta Itaú BBA e BTG. *(RA)*

CVM suspende oferta de CRI
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspendeu por até 30 dias a oferta pública de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) da Canal Companhia de Securitização. A operação foi registrada sob o rito automático de distribuição em 17 de junho. Mas, segundo a área técnica da CVM, foram identificadas irregularidades na documentação. Entre elas, devedor e coobrigado são responsáveis por mais de 20% da operação, sem que tenham sido disponibilizadas demonstrações financeiras do devedor e do coobrigado. *(Liane Thedim)*

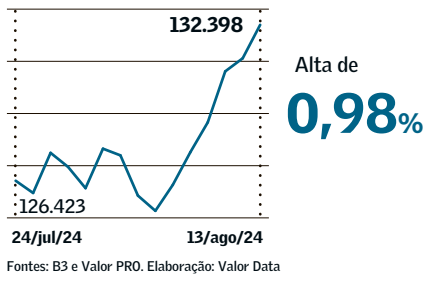
Santos Brasil capta R$ 2 bi
A Santos Brasil iniciou uma oferta de R$ 2 bilhões em debêntures. A oferta será feita em quatro séries, sendo duas de papéis incentivados. As duas primeiras terão prazo de cinco e sete anos e incluirão títulos institucionais (sem incentivo fiscal para investidores). O dinheiro será usado para reembolso de capital. A terceira e a quarta séries são de papéis incentivados. Os prazos são mais longos: 10 e 15 anos, respectivamente. O recurso, nesse caso, é voltado para o projeto de ampliação das instalações portuárias do Tecon Santos. *(RA)*

Nomos leva carteira da MyCAP
A Nomos, assessoria de investimentos da rede XP, anunciou a aquisição da MyCAP, a operação de clientes pessoas físicas da Icap, que pertence ao grupo financeiro TP Icap. A transação fortalece a posição da Nomos como um competidor no mercado de distribuição de investimentos, especialmente no segmento de renda variável. A base da MyCAP deve ser tombada para a custódia da XP. Atualmente, a Nomos tem cerca de R$ 8 bilhões na plataforma e almeja acrescentar outros R$ 2 bilhões até o fim do ano. *(Adriana Cotias)*

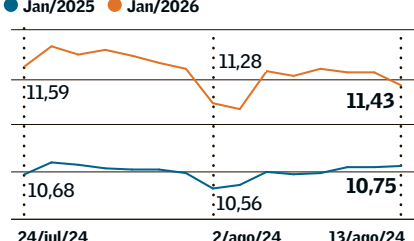
Previdência amplia captação
A Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) informou que o setor encerrou o primeiro semestre de 2024 com crescimento de 23,1% frente ao mesmo período de 2023, com arrecadação de R$ 95,3 bilhões em prêmios e contribuições. A captação líquida foi de R$ 30,1 bilhões, uma alta de 163,8%, sendo que os resgates tiveram queda de 1,3%. Segundo Edson Franco, presidente da entidade, foi a maior captação líquida em um primeiro semestre da série histórica, iniciada em 2011. *(LT)*

INÊS 249

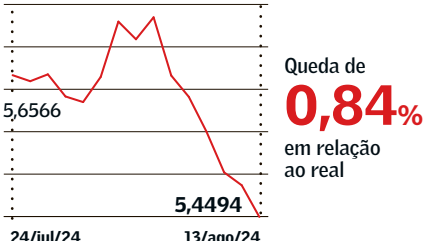
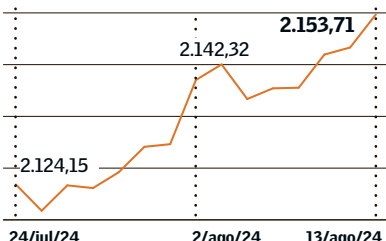
Ibovespa
Em pontos

132.398
Alta de 0,98%
126.423
24/jul/24 13/ago/24

Bolsas internacionais
Variações no dia 13/ago24 - em %

Dow Jones	1,04
S&P 500	1,68
Euronext 100	0,30
DAX	0,48
CAC-40	0,35
Nikkei-225	3,45
SSE Composite	0,34

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano
Jan/2025 Jan/2026
11,59 11,28 11,43
10,68 10,56 10,75
24/jul/24 2/ago/24 13/ago/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$
5,6566
Queda de 0,84% em relação ao real
5,4494
24/jul/24 13/ago/24

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99
2.153,71
2.142,32
2.124,15
24/jul/24 2/ago/24 13/ago/24

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Política monetária Falas de diretor, cotado para presidência do BC, geram alívio no mercado, que reduziu prêmio de risco dos ativos brasileiros nos últimos dias

Galípolo nutre percepção de alta da Selic

Alex Ribeiro, Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

As mensagens mais conservadoras do diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disseminaram a percepção entre participantes do mercado de que o presidente Lula deu carta branca para uma eventual subida da Selic, contribuindo para queda do dólar, alta da bolsa e retirada de prêmios de risco da curva de juros.

Galípolo vem dando indicações, nos últimos dias, de que a autoridade monetaria voltou a ter à disposição os seus dois principais instrumentos de política econômica: os juros, para levar a inflação à meta; e as intervenções cambiais, para garantir o bom funcionamento do mercado. O dólar registrou queda pelo sexto pregão seguido ontem, fechando em R$ 5,45. A bolsa chegou aos 132.430 pontos, maior nível desde de 8 de janeiro.

Mas fontes de mercado ouvidas pelo **Valor** dizem, de forma reservada, que a consolidação desses ganhos só ocorrerá se o que hoje é apenas uma percepção — de que não há veto do presidente Lula para uso dos juros— se mostrar verdadeira. Ou seja, se de fato o BC cumprir o sinalizado conservadorismo nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

"O mercado deu uma nova chance ao BC, depois que a divisão no Copom de maio deu a impressão de que havia interferência política", diz um ex-diretor do BC, que hoje participa da gestão de um grande fundo de investimento.

A disparada do dólar nos últimos meses foi causada, em parte, por receios de interferência política no BC. Em 8 de maio, quando quatro membros indicados por Lula votaram por uma baixa mais forte de juros, o dólar estava em R$ 5,09. Na semana passada, chegou a R$ 5,76, no fechamento.

O recuo veio a terça-feira da semana passada, com a ajuda da ata mais conservadora do Copom. O documento saiu num dia em que melhorou o cenário internacional, com queda do risco de recessão nos EUA e sinais de que o Japão irá mais devagar na normalização de sua política monetária.

"A queda do dólar mostra que, em muitos aspectos, o problema estava na falta de credibilidade da política monetária", diz um ex-dirigente do BC, que comandou as mesas de juro e câmbio.

As declarações de Galípolo aprofundaram essa tendência. Primeiro, ele deu indicações de que está na ala com visão mais conservadora no Copom, que colocou a hipótese de aperto de juros. Desde segunda, Galípolo tem dado indicações de que o BC pode intervir no câmbio, se o mercado ficar desfuncional.

"Vimos um processo significativo de deterioração das expectativas de inflação devido às questões fiscais e a uma diminuição da credibilidade do BC quanto ao compromisso com a meta de inflação. A questão fiscal não mudou muito, mas acho que o BC tem mudado bastante a linguagem para mostrar um comprometimento maior com a meta", diz Gustavo Pessoa, sócio da Legacy Capital.

SILVIA COSTANTI / VALOR

Gustavo Pessoa, sócio da Legacy: "BC tem mudado bastante a linguagem"

"A sinalização é muito importante para reduzir prêmio", afirma o gestor. "O descolamento das projeções em relação à meta é alto, mas não tão alto que não possa ser resolvido. Apesar do comunicado não ter sido duro, a ata foi nesse sentido e mostrou que vários diretores enxergam o balanço de riscos assimétrico. E, a partir daí, as falas mais recentes dos dirigentes, principalmente do Galípolo, que é lido como o próximo presidente, reforçam o processo de ganhar credibilidade."

Pessoa acredita que o porta-voz desse processo ter sido Galípolo foi um acerto do BC. "Dito isso, a nossa interpretação dessa sinalização é a de que o Copom deverá subir os juros na próxima reunião", afirma o profissional da Legacy, ao dizer que é a expectativa de aperto tem estabilizado o real, além de promover uma queda da inflação "implícita" e fazer as expectativas inflacionárias pararem de piorar no Focus.

"É importante que esse processo de ganho de credibilidade do BC seja liderado pelo Galípolo, justamente porque ele provavelmente será o próximo presidente. Esse processo tem mais legitimidade em termos de expectativa sendo comandado pelo Galípolo. No entanto, não adianta só falar mais duro. Ele terá de agir, ou então [o mercado] volta a piorar. Ele terá de entregar a postura que está prometendo para, de fato, ter credibilidade", enfatiza Pessoa.

Na visão do gestor de renda fixa da Vinland Capital, Maurício Bernardo, foi importante que Galípolo tenha reforçado o tom conservador da última reunião do Copom. E, diante desse cenário, a visão da casa é que há uma "alta probabilidade de início de um ciclo de subida de juros na reunião de setembro". Para a Vinland, um ciclo de 1,5 ponto a 2 pontos percentuais de aperto "parece razoável para as projeções convergirem para a meta no horizonte".

> "Copom não pode se deixar levar por esse comportamento do mercado, que ele mesmo produziu"
> *Maurício Bernardo*

No entendimento de Bernardo, a melhora dos ativos locais nos últimos dias foi bastante impactada pela mensagem conservadora do BC e da anuência de Galípolo a essa comunicação. "Acho que o comitê não pode se deixar levar por esse comportamento recente do mercado, que ele mesmo produziu. Esse ambiente foi gerado em decorrência da fala mais dura. Portanto, é importante esse início de aperto em setembro para ganhar ainda mais credibilidade", defende.

Caso esse cenário não aconteça, a percepção de Bernardo é que a melhora seria revertida "e, possivelmente, com mais força ainda". "Há risco de perder toda a credibilidade que foi conquistada. As expectativas, que vêm piorando há alguns meses, e não da última reunião para cá, indicam que cabe o aperto monetário. Restaurar essa credibilidade é muito importante. E isso vai ser possível a partir de um ciclo se iniciando agora, tendo em vista que você já conseguiu embarcar todo o comitê nessa proposta de reancoragem."

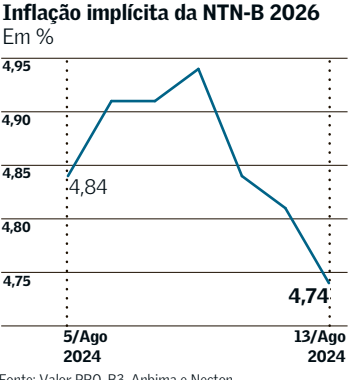
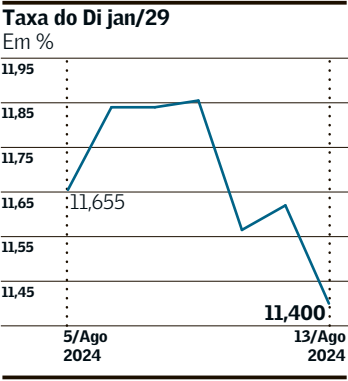
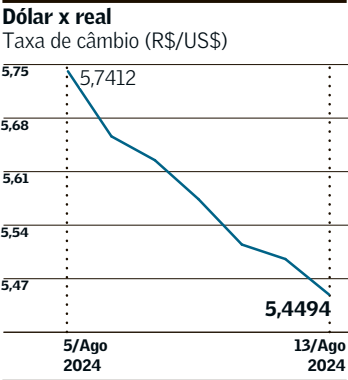
Na avaliação do estrategista-chefe da AZ Quest, André Muller, as falas de Galípolo denotam um ambiente de maior normalidade, o que não era contemplado nos preços. "As expectativas ainda estão desancoradas, mas as atitudes têm sinalizado um ambiente de maior normalidade em relação à política monetária e que é compatível com a tomada de decisões técnicas no futuro." Para Muller, caso esse movimento de recuperação da credibilidade continue ocorrendo nas próximas semanas, eventualmente uma elevação da Selic poderia ser evitada.

"É um jogo e não dá para saber, ainda, qual vai ser a atitude tomada pelo BC. O que dá para antecipar é que ele vai tomar a decisão que for melhor para recuperar sua credibilidade. Se o Copom entender que a reação das expectativas de inflação ainda não foi como a esperada, pode aumentar os juros como maneira de demonstrar maior comprometimento com a meta de inflação. Ou podemos chegar ao Copom e a alta não ser mesmo necessária. Vai depender de outros fatores, como o comportamento da inflação e de seus condicionantes", afirma.

Alívio nos prêmios de risco
Mercados têm melhora com Galípolo

Dólar x real
Taxa de câmbio (R$/US$)
5,75 5,68 5,61 5,54 5,47
5,7412
5,4494
5/Ago 2024 13/Ago 2024

Taxa do Di jan/29
Em %
11,95 11,85 11,75 11,65 11,55 11,45
11,655
11,400
5/Ago 2024 13/Ago 2024

Inflação implícita da NTN-B 2026
Em %
4,95 4,90 4,85 4,80 4,75
4,84
4,74
5/Ago 2024 13/Ago 2024

Fonte: Valor PRO, B3, Anbima e Necton

Diretor do BC chama atenção para impacto de 'bets'

Lucianne Carneiro e Gabriela da Cunha
Do Rio

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, chamou atenção ontem para o impacto — ainda não mapeado — do mercado de apostas, as chamadas "bets" na economia. Segundo ele, parte do aumento da renda, que não tem se traduzido em consumo ou poupança, pode estar se direcionando a esse nicho.

"As despesas com bets, dos jogos de apostas, têm crescido como ponto de análise. Talvez o crescimento da renda possa estar vazando para esse tipo de atividade", afirmou, durante participação em evento no Rio.

Embora possa parecer anedótico, destacou Galípolo, há relatos de representantes de supermercados e de redes de varejo que apontam para esse caminho.

O diretor do BC também disse que as inovações no setor financeiro nos últimos anos ajudaram a ampliar a competição e o empreendedorismo.

Para ele, a autarquia criou um nível de "excelência" na agenda de inovações e afirmou que um problema no sistema do Pix, hoje, seria como "faltar luz ou água na casa brasileiras". "A agenda [de inovações] em si faz parte do DNA do BC", disse.

Rali em Wall Street leva bolsa ao maior nível desde janeiro

Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Um movimento global de distensão dos ativos de risco levou a um rali das bolsas de Nova York e impulsionou o Ibovespa a uma alta de quase 1% no pregão de ontem, superando os 132 mil pontos, maior nível de fechamento desde 8 de janeiro.

O bom humor generalizado se deu após uma leitura fraca de inflação no atacado dos Estados Unidos, que aliviou as tensões do mercado na véspera da divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI) americano de julho. Além disso, a possibilidade de um cessar-fogo em Gaza diminuiu os temores quanto a um ataque retaliatório do Irã contra Israel, abrindo mais espaço para a alta dos ativos de risco.

Ao fim da sessão, o Ibovespa subiu 0,98%, aos 132.398 pontos. Na mínima intradiária, tocou os 131.115 pontos e, na máxima, os 132.430 pontos.

Já em Nova York, o índice S&P 500 ganhou 1,68%, aos 5.434,43 pontos; o Dow Jones fechou em alta de 1,04%, a 39.765,64 pontos; e o Nasdaq avançou 2,43%, a 17.187,61 pontos. Na renda fixa, a taxa da T-note de 10 anos cedeu de 3,908% para 3,846%.

O índice de preços ao produtor (PPI) americano subiu 0,1% em julho ante junho, abaixo da alta esperada de 0,2%. Após a divulgação do dado, o mercado aumentou a sua aposta em um corte de 0,5 ponto percentual do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) em setembro para cerca de 55%, contra 45% para redução de 0,25 ponto percentual. No fim da sessão de segunda-feira, ambos os percentuais estavam em 50%.

Para o executivo-chefe de investimentos (CIO) da Tag, André Leite, a expectativa é que o índice de preços ao consumidor (CPI) dos EUA seja mais fraco, assim como foram os dados de ontem. "A esperança é que tenham números bons, que demonstrem enfraquecimento da inflação, o que ratifica a narrativa de começo do ciclo de cortes de juros pelo Fed", afirma.

"Se o cenário for de pouso suave na economia americana e o corte de juros iniciar em setembro, a bolsa pode 'andar' até o fim do ano, mas, se houver uma recessão, pode mudar tudo. Estamos dependentes do cenário externo, porque internamente nada mudou", aponta o gestor.

2,43%
foi a alta da Nasdaq ontem após dado fraco de inflação

"Ainda temos um governo que reluta em cortar gastos e reduzir despesas, com um fiscal complicado. Ficamos no reboque do cenário internacional. É uma estrada que vai ter uma bifurcação que nos leva para o pouso suave ou para a recessão", completa.

Para James Knightley e Chris Turner, economista-chefe internacional e chefe global de mercados do banco ING, respectivamente, a inflação americana ainda parece comportada, o que deve permitir que o Fed atue nos próximos meses em prol de evitar uma recessão econômica nos Estados Unidos.

"Na ausência de qualquer ameaça ao sistema financeiro, o Fed iniciará o seu ciclo de afrouxamento com um corte de 0,5 ponto à medida que 'tira o atraso' em relação aos dados correntes, mas depois volta a cortes mais típicos de 0,25 ponto" em novembro e dezembro, projetam Knightley e Turner.

A estabilização das taxas de juros e a moderação de pressões inflacionárias aumentaram a confiança do Santander na tese de que o atual momento é positivo para as ações. Em relatório, o banco destacou que tanto o Ibovespa quanto o S&P 500 "exibiram aumento notável" durante pousos suaves da economia americana. Os ganhos nesses períodos, inclusive, superam as perdas durante ciclos de pouso forçado, segundo o Santander.

Campos fala em decisão colegiada no câmbio

Gabriel Shinohara e Raphael Di Cunto
De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou durante audiência pública na Câmara dos Deputados que as decisões sobre intervenções no câmbio são colegiadas e que são feitas se houver alguma disfuncionalidade. A fala sobre o câmbio aconteceu em resposta a uma pergunta do deputado Paulo Guedes (PT-MG), que alegou que a autoridade monetária "não fez nada" para enfrentar a alta do dólar.

Campos Neto apontou que a decisão de não fazer a intervenção foi tomada olhando todas as variáveis e entendendo que "naquele momento" não tinha disfuncionalidade grande em relação a outros mercados, o que tinha era uma percepção de piora de risco do Brasil".

"O que significa disfuncionalidade? É uma palavra difícil, às vezes você precisa interpretar. Bom, o preço saiu muito do fundamento? Teve uma operação que gerou gap de liquidez? Ou seja, teve uma operação que foi muito grande em um período curto de tempo e o mercado não conseguiu se adaptar? Tem várias coisas que nós discutimos."

Na segunda-feira da semana passada, o dólar foi a R$ 5,86, maior nível desde março de 2021, com temores de desaceleração brusca nos EUA e aversão global ao risco, além do efeito da reversão do "carry trade" no Japão, operação em que investidores captam recursos em mercados com juros mais baixos para ganhar no diferencial em países com taxas altas.

De acordo com o presidente do BC, toda vez que o mercado está nervoso, há discussão se é hora de fazer intervenção. Campos Neto ressaltou que o BC tem muitas reservas e "vai fazer intervenção se for preciso". Atualmente, o BC tem US$ 365,9 bilhões em reservas.

Campos Neto ressaltou que a área do câmbio está sob um diretor indicado pelo governo Lula, o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo. "Nós discutimos muito com outros diretores também. Não é uma decisão somente do presidente", disse. O presidente do BC disse que "é uma decisão de colegiado" e a discussão sobre o câmbio acontece no dia a dia.

Na audiência pública, Campos Neto respondeu questões sobre a condução da política monetária. Ele ressaltou que a meta de inflação, em 3% para este ano, é definida pelo governo. "A gente quer trazer a inflação para a meta porque é nosso mandato e o mandato foi dado pelo governo." O presidente do BC ainda disse que quatro membros da diretoria da instituição foram indicados pelo atual governo e que "estamos em consonância total". Ele ressaltou que as últimas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) têm sido unânimes. "Teve duas falas de diretores, inclusive diretores que foram apontados por esse governo dizendo, olha, 'nós vamos fazer o que tiver que fazer para a inflação atingir a meta e se tiver que subir os juros, e se for necessário, vai ser feito".

Balanço Banco digital teve resultado positivo de US$ 487,3 milhões entre abril e junho; carteira de crédito fechou período com US$ 18,9 bilhões

Nubank tem lucro e inadimplência maiores no 2º tri

Álvaro Campos
De São Paulo

O Nubank registrou lucro ajustado de US$ 487,3 milhões no segundo trimestre, uma alta de 28,6% na comparação com o primeiro trimestre e de 116,7% ante o período de abril a junho do ano passado. O crescimento veio acompanhado de um aumento da inadimplência, que por sua vez reflete a decisão do banco de tomar mais risco.

A receita chegou a US$ 2,849 bilhões, com expansão de 4,1% e 52,4%, nas mesmas bases de comparação. Excluindo o efeito da variação cambial, os avanços da receita teriam sido de 11,7% e 64,8%, respectivamente.

O Nubank gerou, no segundo trimestre, um retorno sobre patrimônio (ROE) anualizado de 28%, superior ao de 23% no primeiro trimestre e de 17% no segundo trimestre do ano passado.

Com ajuda da expansão internacional, o Nubank encerrou junho com 104,5 milhões de clientes. A base cresceu 5,2% em três meses e 24,8% em um ano. Havia 95,5 milhões de usuários no Brasil, 7,8 milhões no México e cerca de 1,3 milhão na Colômbia.

"Nossos resultados do segundo trimestre reafirmam a força do nosso modelo de negócios, a eficiência da nossa execução e a resiliência da nossa concessão de crédito. O recente lançamento de contas correntes no México e na Colômbia gerou depósitos de US$ 3,3 bilhões e US$ 220 milhões nesses países, respectivamente, e alimenta nossas expectativas de crescimento nessas operações", disse em nota David Vélez, fundador e CEO global do Nubank.

A carteira de crédito desacelerou e foi influenciada pela variação cambial. No fim de junho, a fintech tinha um saldo de US$ 18,9 bilhões, o que indica queda de 3,6% no trimestre e alta de 27,7% em 12 meses. Com o ajuste da moeda, houve alta de 8% em três meses e de 48,8% um ano. São US$ 14,3 bilhões em cartão e US$ 4,6 bilhões em empréstimos.

> Com ajuda da expansão internacional, o Nubank encerrou junho com 104,5 milhões de clientes

A originação no Brasil foi de R$ 13 bilhões, sendo R$ 11,2 bilhões em crédito sem garantia e R$ 1,8 bilhão com garantia (como consignado e antecipação de FGTS).

As despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD) atingiram US$ 759,8 milhões, com queda de 8,5% no trimestre e alta de 28,7% em um ano. Excluindo a variação cambial, a queda no trimestre foi bem menor, de 2%.

A inadimplência ficou em 7% em junho, de 6,3% em março e 5,9% em junho de 2023. A inadimplência de curto prazo (atrasos de 15 a 90 dias), por sua vez, ficou em 4,5%, de 5% e 4,3% na mesma base de comparação.

O vice-presidente financeiro do Nubank, Guilherme Lago, afirmou que a alta da inadimplência é intencional e está dentro do esperado. Segundo ele, desde o fim de 2022 o banco vem crescendo mais em crédito pessoal — que tem uma inadimplência maior — do que em cartão de crédito. E, no cartão, vem expandindo para clientes de maior risco. Esses dois fatores fizeram o indicador aumentar.

"Intencionalmente colocamos mais risco. Foi intencional e a evolução da inadimplência veio essencialmente dentro das bandas de expectativas. A questão é: isso leva a inadimplência a subir sim, mas estamos sendo recompensados? Nossa margem ajustada ao risco saiu de 13,2% no fim de 2022 para 21,8% agora. Se não tivéssemos feito o que fizemos, ela teria ficado ao redor de 13%, 14%."

O executivo argumentou que as principais linhas de crédito têm prazo médio curto, de seis semanas no cartão e de cinco a sete meses no crédito pessoal. Isso permite que o banco vá analisando o comportamento das safras e, se necessário, ajuste a alocação de capital. "Temos uma dinâmica muito ativa do crédito e, certamente, se notarmos uma inadimplência maior do que o esperado, não vamos pensar duas vezes em ajustar. Mas não é isso que estamos vendo. Em julho tivemos originação recorde de crédito pessoal", disse.

De acordo com Lago, o ROE do Nubank na operação brasileira superou 50% e o lucro bateu em quase 16% a média das projeções dos analistas. "Isso mostra que nosso modelo está funcionando muito bem, não só em termos de crescimento, mas de rentabilidade e resiliência financeira."

O resultado teria sido ainda melhor, destacou o executivo, se não fosse a desvalorização do real. A moeda brasileira caiu 12% ante o dólar no trimestre.

DIVULGAÇÃO

Lago: aumento da inadimplência veio dentro do esperado

Itaúsa não vai ampliar fatia no Itaú, diz Setubal

De São Paulo

O CEO da Itaúsa, Alfredo Setubal, afirmou que a holding não vai aumentar a participação no Itaú, apesar de o banco ser um ativo muito bom e estar vivendo um ótimo momento, pagando bons dividendos. "Não estamos considerando esse investimento nesse momento. É um ativo 'âncora' para nós, já temos cerca de 37,5% do capital do banco, é uma participação suficientemente grande e não precisamos aumentá-la".

Apesar de não ver perspectivas de novos investimentos significativos no curto prazo, Setubal lembrou que a meta de longo prazo da Itaúsa é diversificar seu portfólio, investindo em empresas não financeiras.

O executivo disse que o banco conseguiu fazer uma transformação digital importante nos últimos anos e que agora está bem posicionado em relação ao cenário competitivo, colhendo os frutos dos investimentos feitos. "O Itaú tem apresentado resultados consistentes e melhores que outros incumbentes. Estamos um passo acima. E também temos conseguido tirar o 'gap' tecnológico em relação aos bancos digitais".

Conselheiro do Itaú, Setubal não parece estar preocupado com o fato de a instituição financeira ter um "valuation" menor do que o Nubank. Questionado sobre esse assunto em entrevista sobre resultados da Itausa, ele comentou que o mercado precifica diversos fatores. "O Nubank tem expectativa de crescimento não só no Brasil, mas também no México e Colômbia, onde estão começando. Boa parte do valuation leva em conta esse crescimento em outros países. É o que é."

Balanço Banco de fomento vai destinar mais de R$ 15 bilhões em dividendos para a União

BNDES lucra R$ 13 bilhões no 1º semestre

Paula Martini
Do Rio

Após anunciar um lucro contábil de R$ 13,3 bilhões no primeiro semestre de 2024, 66% superior ao de igual período de 2023, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que vai repassar mais de 100% do lucro anual de 2023 ao Tesouro Nacional e destinar um volume inédito de dividendos à União.

O BNDES apresentou os dados do primeiro semestre de 2024 ontem na sede da instituição, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o banco informou já ter aprovado o pagamento de R$ 15 bilhões em dividendos para a União este ano.

Mas o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que existe uma intenção de aumentar esse valor. O objetivo, segundo ele, é contribuir com o "esforço" fiscal do Ministério da Fazenda.

"Estamos conversando com a Fazenda e faremos tudo o que pudermos para contribuir para o superávit", afirmou.

No início de junho, o presidente do BNDES já havia anunciado aumento de 50% no pagamento de dividendos do BNDES ao Tesouro Nacional para apoiar o ajuste nas contas públicas.

A posição representa uma mudança no tom da administração. Desde que tomaram posse, em fevereiro de 2023, Mercadante e a nova diretoria defenderam diversas vezes repassar apenas os 25% mínimos do lucro líquido do banco à União. O argumento era que a instituição precisava ter mais recursos em caixa para realizar mais empréstimos.

Por lei, o BNDES tem de repassar ao menos 25% do lucro líquido anual para o governo federal. Uma regra incorporada ao estatuto do banco em 2017 prevê que a União ainda pode requerer uma remuneração adicional de 35% sobre o resultado.

O diretor financeiro e de mercado de capitais do banco, Alexandre Abreu, explicou que, dos R$ 15 bilhões, R$ 5 bilhões referem-se ao lucro líquido de 2023, que ficou em R$ 20 bilhões. O restante vem de do lucro registrado em anos anteriores.

GUILHERME MARTIMON/MAPA

Alexandre Abreu, do BNDES: ganhos com participações em empresas

A diretoria estimou em R$ 21 bilhões o montante total a ser transferido do banco para a União até o fim do ano. A conta considera, além dos R$ 15 bilhões em dividendos, impostos e a devolução de pagamentos exigida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

"Nós vamos pagar um volume de dividendos inédito e vamos transferir mais que 100% do lucro do ano passado ao Tesouro Nacional para contribuir com a meta de superávit e o esforço [fiscal]", disse Mercadante.

O presidente do BNDES defendeu a estratégia como uma forma de possibilitar a redução das taxas de juros na economia. "Ninguém quer uma taxa de juros baixa mais do que o BNDES quer. Nós precisamos baixar os juros e vamos dar uma grande contribuição ao esforço do Ministério da Fazenda."

O banco de fomento também divulgou o lucro líquido excluindo valores extraordinários, como os dividendos pagos por empresas das quais o BNDES tem ações, caso da Petrobras. Nesse recorte, o lucro líquido saltou 94,3% entre o primeiro semestre de 2023 e o de 2024, chegando a R$ 7,2 bilhões nos primeiros seis meses deste ano.

Segundo Alexandre Abreu, a intermediação financeira foi a principal responsável pelo aumento. "A intermediação financeira é a atividade principal do banco. Ela envolve operação de crédito e gestão de recursos e respondeu por R$ 3,7 bilhões do lucro no semestre", explicou.

A carteira de participações societárias da instituição de fomento somou R$ 82,5 bilhões no primeiro semestre de 2024, dos quais metade em ações da Petrobras, seguidas de JBS (19%) e Eletrobras (9%).

A administração anterior do banco, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, realizou venda de ações, mas a estratégia foi abandonada pela nova gestão petista. De janeiro de 2023 a junho de 2024, o banco recebeu R$ 12,9 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio.

"A nossa decisão provocou melhoria na carteira, que valorizou R$ 20 bilhões [desde o início de 2023], além do recebimento de dividendos de R$ 13 bilhões", observou Abreu.

As aprovações do BNDES cresceram 83% e atingiram R$ 66,5 bilhões no primeiro semestre de 2024. Já os desembolsos subiram 21% em relação ao primeiro semestre de 2023 e alcançaram R$ 49,3 bilhões nos primeiros seis meses deste ano.

Segundo o BNDES, todos os setores apresentaram uma forte retomada por crédito, mas os maiores crescimentos foram registrados na indústria e na infraestrutura.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 13/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.098,6241570	0,05	0,36	5,87
IRF-M	1+**	20.600,8803180	0,41	1,50	3,31
IRF-M	Total	18.665,4366190	0,29	1,12	4,03
IMA-B	5***	9.440,3023890	0,16	0,86	5,16
IMA-B	5+****	11.780,7071070	0,41	3,55	1,51
IMA-B	Total	10.227,6661950	0,29	2,24	3,24
IMA-S	Total	6.818,1285520	0,04	0,36	6,69
IMA-Geral	Total	8.340,2940150	0,17	1,06	4,91

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	30/07	29/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,38	31,40	32,30	29,38	29,38	34,53
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,27	25,55	24,92	24,27	24,27	24,67
Conta garantida pré - a.a.	47,05	52,20	48,79	47,85	47,85	49,95
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,56	21,48	21,50	21,65	21,65	27,19
Vendor pré - a.a.	15,40	15,10	15,46	16,40	16,40	18,39
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,63	16,63	17,24	18,22	18,22	20,77
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,62	19,11	19,20	17,78	17,78	18,84
Conta garantida pós - a.a.	24,59	24,58	24,93	24,76	24,76	28,18
ACC pós - a.a.	8,49	8,23	8,26	8,34	8,34	8,83
Factoring - a.m.	3,28	3,26	3,25	3,27	3,27	3,47

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	13/08/24	12/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3300	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3535	5,3529	5,3512	5,3381	5,1885
3 meses	-	5,3657	5,3639	5,3612	5,3553	5,1295
6 meses	-	5,3926	5,3917	5,3905	5,3875	4,9707
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6630	3,6530	3,6610	3,6530
1 mês	-	3,6683	3,6683	3,6681	3,6674	3,4799
3 meses	-	3,7664	3,7785	3,7943	3,8445	3,3269
6 meses	-	3,8618	3,8700	3,8781	3,9038	3,0222
1 ano	-	3,6644	3,9116	3,9106	3,8966	2,0536
Euribor ***						
1 mês	-	3,625	3,558	3,630	3,625	3,638
3 meses	-	3,548	3,523	3,647	3,664	3,781
6 meses	-	3,445	3,397	3,579	3,662	3,928
1 ano	-	3,191	3,138	3,390	3,564	4,056
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,32	5,36	5,33	5,37	5,37	5,40
T-Bill (3 meses)	5,18	5,16	5,23	5,27	5,34	5,43
T-Bill (6 meses)	4,93	4,98	4,95	5,09	5,18	5,48
T-Note (2 anos)	3,94	4,02	3,98	4,26	4,45	4,90
T-Note (5 anos)	3,68	3,75	3,73	3,91	4,10	4,31
T-Note (10 anos)	3,85	3,90	3,89	4,03	4,18	4,16
T-Bond (30 anos)	4,16	4,20	4,18	4,31	4,40	4,26

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,35	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,55	11,50
CDI	0,35	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,55	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,12	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	4,03	8,37
IMA-B	2,24	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	3,24	4,38
IMA-S	0,36	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,69	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	3,72	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-1,33	4,68
Índice Small Cap	5,71	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-8,67	-13,36
IBrX 50	3,43	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,16	6,82
ISE	5,78	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-2,25	-4,44
IMOB	7,15	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-6,59	-8,60
IDIV	2,63	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	1,02	11,06
IFIX	-0,30	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,32	5,25
Dólar Ptax (BC)	-3,08	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	13,35	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-3,62	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	12,30	19,56
Euro (BC) (4)	-1,92	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	12,32	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-2,07	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	11,59	17,68
Ouro (BC)	-1,24	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	35,48	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 13/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 08/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.610.714,49					-490,68	4.419,93	263.405,82	261.971,00
RF Indexados (2)	146.849,16	0,08	0,65	4,10	7,59	13,85	-241,64	-9.919,51	-14.080,90
RF Duração Baixa Soberano (2)	685.804,84	0,04	0,22	5,92	10,56	-886,45	-176,91	39.524,90	36.445,79
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	877.587,36	0,04	0,24	6,75	12,05	-1.200,94	4.209,12	71.080,23	77.314,44
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	187.285,29	0,04	0,05	6,82	12,11	341,25	1.439,93	78.799,91	83.601,16
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.528,56	0,07	0,35	5,61	9,32	-5,26	193,94	-3.788,05	-5.290,36
RF Duração Livre Soberano (2)	218.305,95	0,06	0,35	5,65	9,96	281,70	-1.008,17	-12.627,55	-28.399,23
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	648.642,95	0,06	0,32	6,12	10,80	-343,99	-2.252,94	-34.112,50	-42.891,44
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	384.872,68	0,08	0,44	6,27	11,27	647,52	1.241,81	95.393,85	139.156,30
Ações	624.011,34					199,36	-792,30	-3.489,89	38.939,45
Ações Indexados (2)	10.386,19	0,91	0,96	-3,97	7,73	59,62	178,67	297,81	-874,32
Ações Índice Ativo (2)	30.639,48	0,88	1,54	-4,40	5,25	-12,60	-264,07	-5.579,65	-5.273,68
Ações Livre	228.319,94	1,14	1,54	-1,48	5,89	117,90	-365,14	-81,31	-5.237,54
Fechados de Ações	124.450,21	0,63	0,81	-3,99	-3,23	-30,00	-22,14	-1.945,89	29.632,47
Multimercados	1.659.698,30					385,63	-4.754,17	-106.481,42	-231.915,10
Multimercados Macro	140.422,36	0,26	0,21	2,38	6,11	-209,48	-2.176,12	-38.343,29	-59.713,57
Multimercados Livre	627.476,29	0,14	0,41	5,46	9,89	1.245,89	-1.429,56	-16.467,43	-72.406,36
Multimercados Juros e Moedas	48.667,90	0,06	0,34	5,97	10,92	-0,56	-108,90	-9.407,67	-15.522,48
Multimercados Invest. no Exterior (2)	761.406,76	-0,09	-0,09	6,69	11,83	-636,99	-947,77	-43.269,74	-80.058,67
Cambial	6.659,27	-0,96	-0,95	18,82	20,52	-3,95	348,87	-332,18	-1.048,22
Previdência	1.460.309,69					-29,32	1.577,48	24.752,80	41.745,18
ETF	43.013,99					-81,53	-52,26	-2.569,49	-3.262,84
Demais Tipos	2.063.087,90					683,55	2.180,83	68.633,21	74.338,91
Total Fundos de Investimentos	**7.404.407,07**					**-20,48**	**747,55**	**175.285,65**	**106.429,46**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.789.103,58**					**814,10**	**6.859,06**	**90.631,73**	**147.088,92**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.243.992,12**					**793,62**	**7.606,61**	**265.917,38**	**253.518,38**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	13/08/24	12/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,13
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8836
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,20
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9641
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,54	10,53	10,49	10,50	10,45	12,78
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,93	10,92	10,84	10,83	10,60	12,14
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,43	10,42	10,42	10,41	13,10
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,48	10,46	10,45	10,43	12,97
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,54	10,50	10,50	10,45	12,80
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,65	10,60	10,59	10,48	12,56
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,91	10,91	10,81	10,81	10,60	12,17
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,32	11,40	11,34	11,38	10,90	10,99

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 13/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.451,54	10,406	69.944	10,404	10,410	10,404
Vencimento em out/24	98.628,91	10,451	257.256	10,444	10,468	10,448
Vencimento em nov/24	97.726,55	10,508	12.193	10,508	10,518	10,514
Vencimento em dez/24	96.969,50	10,596	6.535	10,590	10,620	10,610
Vencimento em jan/25	96.107,72	10,748	698.155	10,725	10,790	10,730
Vencimento em fev/25	95.202,19	10,877	1.638	10,850	10,890	10,850
Vencimento em mar/25	94.368,51	10,997	3.192	10,965	11,020	10,965
Vencimento em abr/25	93.575,90	11,097	252.674	11,065	11,170	11,070
Vencimento em mai/25	92.761,44	11,158	169	11,165	11,195	11,165
Vencimento em jun/25	91.911,24	11,213	1.235	11,200	11,270	11,210
Vencimento em jul/25	91.092,06	11,279	403.320	11,240	11,395	11,240

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.467,65	-0,84	279.695	5.458,50	5.513,50	5.468,00
Vencimento em out/24	5.484,45	-0,84	12.845	5.477,00	5.516,50	5.477,00
Vencimento em nov/24	5.503,90	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.520,38	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.540,34	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.018,97	-0,23	35	6.013,00	6.013,00	6.013,00
Vencimento em out/24	6.045,33	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.075,89	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	132.564	0,91	79.310	131.390	132.600	132.600
Vencimento em out/24	134.692	0,90	55.760	133.495	134.785	134.785
Vencimento em dez/24	136.847	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 13/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4869	5,4875	-0,07	-3,08	13,35	12,18
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4488	5,4494	-0,84	-3,62	12,30	11,13
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4857	5,6657	-0,89	-3,29	12,25	11,21
Euro (BC) - (R$/€)	6,0098	6,0110	0,17	-1,92	12,32	12,13
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9914	5,9920	-0,25	-2,07	11,59	11,64
Euro Turismo (R$/€)	6,0600	6,2400	-0,47	-1,93	11,29	11,39
Euro (BC) - (US$/€)	1,0953	1,0954	0,24	1,20	-0,90	-0,05
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	435,4683	435,5159	0,33	-1,24	35,48	44,67
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.464,70	-0,43	0,77	19,34	28,79
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.460,55	0,76	1,69	19,31	28,28

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	13/08/24	12/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	171.040,26	170.054,08	164.489,50	173.997,89	0,58	3,98	-1,70
Valor-Coppead Mínima Variância	103.377,17	102.792,07	101.224,36	93.533,91	0,57	2,13	10,52

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 13/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 13/08/24

Índice	13/08/24	12/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 13/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	182,74	179,79	185,23	165,54	156,43	1,64	-1,34	10,39	16,82
S&P BNY Emergentes	356,87	351,57	350,11	312,75	295,31	1,51	1,93	14,11	20,85
S&P BNY América Latina	196,38	193,35	189,19	225,28	200,58	1,57	3,80	-12,83	-2,10
S&P BNY Brasil	196,30	192,88	186,11	232,95	200,13	1,78	5,48	-15,73	-1,91
S&P BNY México	294,75	291,34	295,36	331,67	320,87	1,17	-0,21	-11,13	-8,14
S&P BNY Argentina	248,98	246,70	223,58	178,27	153,60	0,92	11,36	39,66	62,10
S&P BNY Chile	137,95	135,44	139,05	162,12	169,49	1,85	-0,79	-14,91	-18,61
S&P BNY Índia	3.003,96	3.033,43	3.096,48	2.923,01	2.814,18	-0,97	-2,99	2,77	6,74
S&P BNY Ásia	214,74	210,66	218,49	189,60	178,72	1,94	-1,72	13,26	20,15
S&P BNY China	313,14	312,14	306,01	336,11	349,49	0,32	2,33	-6,83	-10,40
S&P BNY África do Sul	202,31	196,85	221,65	199,87	205,05	2,77	-8,72	1,22	-1,34
S&P BNY Turquia	35,21	35,11	36,85	22,45	22,31	0,28	-4,45	56,80	57,78

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 13/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	132.398	0,98	3,72	-1,33	12,14
IBrX	55.897	0,94	3,69	-0,98	12,52
IBrX 50	22.252	0,95	3,43	0,16	14,27
IEE	91.918	0,58	3,06	-3,20	3,93
SMLL	2.149	0,00	5,71	-8,67	-7,04
ISE	3.679	0,71	5,78	-2,25	3,52
IMOB	944	0,64	7,15	-6,59	-4,30
IDIV	9.166	0,79	2,63	1,02	16,77
IFIX	3.355	0,09	-0,30	1,32	4,17
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.127	1,04	7,02	-12,95	-0,03
IBrX	10.186	1,01	6,99	-12,64	0,30
IBrX 50	4.055	1,02	6,72	-11,64	1,87
IEE	16.750	0,64	6,34	-14,60	-7,35
SMLL	392	0,07	9,07	-19,42	-16,90
ISE	670	0,78	9,14	-13,76	-7,71
IMOB	172	0,71	10,56	-17,59	-14,69
IDIV	1.670	0,86	5,90	-10,88	4,10
IFIX	611	0,16	2,88	-10,62	-7,14

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	01/08/24	364.304
jan/24	353.563	02/08/24	366.356
fev/24	352.705	05/08/24	366.751
mar/24	355.008	06/08/24	365.776
abr/24	351.599	07/08/24	365.067
mai/24	355.560	08/08/24	365.211
jun/24	357.827	09/08/24	365.760
jul/24	363.282	12/08/24	365.954

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	13/08/24	12/08/24	09/08/24	08/08/24	07/08/24	06/08/24
Índice	2.153,71	2.147,98	2.146,75	2.140,98	2.140,88	2.139,02
Var. no dia	0,27%	0,06%	0,27%	0,00%	0,09%	-0,28%
Var. no mês	1,08%	0,81%	0,75%	0,48%	0,48%	0,39%
Var. no ano	4,29%	4,01%	3,95%	3,67%	3,66%	3,57%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 13/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	35,0300	35,0500	0,15650	0,15670
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4869	5,4875
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5389	36,6305	0,1498000	0,1502000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7838	0,8011
Colon (Costa Rica)	524,9700	534,0000	0,010280	0,010450
Coroa (Dinamarca)	6,8127	6,8132	0,8053	0,8055
Coroa (Islândia)	138,3500	138,6400	0,03958	0,03966
Coroa (Noruega)	10,7724	10,7766	0,5091	0,5094
Coroa (Rep. Tcheca)	23,0050	23,0150	0,2384	0,2385
Coroa (Suécia)	10,5030	10,5060	0,5223	0,5225
Dinar (Argélia)	133,9870	134,5391	0,04078	0,04096
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	17,9252	17,9330
Dinar (Líbia)	4,7955	4,8178	1,1389	1,1443
Direitos Especiais de Saque ***	1,3344	1,3344	7,3217	7,3225
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6733	1,4937	1,4941
Dirham (Marrocos)	9,8076	9,8126	0,5592	0,5595
Dólar (Austrália)***	0,6610	0,6611	3,6268	3,6278
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4869	5,4875
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6987	2,7462
Dólar (Canadá)	1,3723	1,3724	3,9980	3,9988
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5711	6,6515
Dólar (Cingapura)	1,3199	1,3207	4,1545	4,1575
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4869	5,4875
Dólar (Hong Kong)	7,7888	7,7892	0,7044	0,7045
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6058	0,6059	3,3240	3,3249
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7624	6,8260	0,8038	0,8115
Euro (Comunidade Européia)***	1,0953	1,0954	6,0098	6,0110
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0148	3,0751
Franco (Suíça)	0,8654	0,8655	6,3396	6,3410
Guarani (Paraguai)	7566,9900	7573,4900	0,0007245	0,0007252
Hryvnia (Ucrânia)	41,2000	41,5000	0,1322	0,1332
Iene (Japão)	146,9600	146,9700	0,03733	0,03734
Lev (Bulgária)	1,7853	1,7858	3,0725	3,0737
Libra (Egito)	49,3400	49,4200	0,1110	0,1112
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2827	1,2828	7,0380	7,0394
Naira (Nigéria)	1540,0000	1640,0000	0,00335	0,00356
Lira (Turquia)	33,5517	33,5545	0,1635	0,1636
Novo Dólar (Taiwan)	32,3930	32,4230	0,16920	0,16940
Novo Sol (Peru)	3,7444	3,7470	1,4643	1,4655
Peso (Argentina)	939,0000	939,5000	0,00584	0,00584
Peso (Chile)	930,6000	930,9000	0,005894	0,005897
Peso (Colômbia)	4035,5500	4037,8200	0,001359	0,001360
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2286	0,2286
Peso (Filipinas)	57,0260	57,0460	0,09618	0,09623
Peso (México)	19,0444	19,0549	0,2880	0,2881
Peso (Rep. Dominicana)	59,4600	59,8400	0,09169	0,09229
Peso (Uruguai)	40,2900	40,3200	0,13610	0,13620
Rande (África do Sul)	18,1601	18,1656	0,3020	0,3022
Rial (Arábia Saudita)	3,7540	3,7546	1,4614	1,4618
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001306	0,0001307
Ringgit (Malásia)	4,4460	4,4550	1,2316	1,2343
Rublo (Rússia)	90,9955	91,0045	0,06029	0,06031
Rúpia (Índia)	83,8950	83,9500	0,06536	0,06541
Rúpia (Indonésia)	15830,0000	15835,0000	0,0003465	0,0003467
Rúpia (Paquistão)	278,6000	278,8000	0,01968	0,01970
Shekel (Israel)	3,7152	3,7182	1,4757	1,4770
Won (Coréia do Sul)	1367,2300	1368,0800	0,004011	0,004014
Yuan Renminbi (China)	7,1558	7,1576	0,7666	0,7669
Zloty (Polônia)	3,9160	3,9170	1,4008	1,4013

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2468,69	0,01260	435,4683	435,5159

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	13/08/24	12/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.765,64	39.357,01	1,04	-2,64	5,51	12,71	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.006,43	18.542,03	2,50	-1,84	12,96	26,47	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.187,61	16.780,61	2,43	-2,34	14,50	25,96	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.434,43	5.344,39	1,68	-1,59	13,93	21,74	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.618,18	22.398,93	0,98	-2,13	7,92	10,83	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	53.674,20	53.040,35	1,20	1,01	-6,47	0,81	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.343,87	1.330,28	1,02	-0,14	12,44	17,11	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	90.589,44	89.439,56	1,29	0,44	56,64	152,36	35.796,91	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.369,74	6.326,05	0,69	-1,10	2,77	1,79	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.459,29	28.615,52	-0,55	-3,65	9,63	21,28	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.591.696,84	1.588.905,09	0,18	5,57	71,20	231,43	480.252,62	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.440,04	1.435,76	0,30	-3,30	3,19	5,51	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.812,05	17.726,47	0,48	-3,76	6,33	12,51	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.275,87	7.250,67	0,35	-3,39	-3,54	-0,88	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	32.006,45	31.928,32	0,24	-5,21	5,45	13,20	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.049,50	4.040,47	0,22	-1,95	9,22	9,89	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.722,45	2.670,23	1,96	-1,06	19,22	27,26	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.723,80	10.646,20	0,73	-3,08	6,15	13,67	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.403,17	1.398,20	0,36	-5,07	8,51	9,04	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	888,91	885,65	0,37	-3,44	12,98	16,17	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	71.832,47	72.352,07	-0,72	-3,00	18,50	28,01	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	81.982,09	82.027,10	-0,05	-2,80	4,49	16,28	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.588,96	6.556,34	0,50	-1,78	3,01	8,98	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	980,70	996,32	-1,57	-8,90	-9,49	-2,02	980,70	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.472,96	2.460,90	0,49	-5,23	3,12	12,23	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.928,14	11.873,71	0,46	-3,16	7,10	7,64	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.920,61	9.828,56	0,94	-6,75	32,80	28,60	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	Feriado	1.972,74	-	-1,27	5,17	3,14	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.956,25	80.560,81	0,49	-2,19	5,28	5,17	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.232,51	Feriado	3,45	-7,34	8,27	11,58	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.042,20	8.028,50	0,17	-3,34	2,72	6,46	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.554,35	1.546,57	0,50	-3,50	-15,43	-22,37	1.433,10	2.002,29
China	Xangai	SSE Composite	2.867,95	2.858,20	0,34	-2,41	-3,60	-10,07	2.702,19	3.189,25
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.621,50	2.618,30	0,12	-5,38	-1,27	1,17	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.174,06	17.111,65	0,36	-0,98	0,74	-9,97	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	78.956,03	79.648,92	-0,87	-3,41	9,30	20,87	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.356,64	7.297,63	0,81	1,39	1,15	6,93	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.297,79	Feriado	0,06	-1,75	-8,34	-15,46	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.796,57	21.773,26	0,11	-1,81	21,56	31,29	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0004805/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 159/2024/GAB-SETASC/MT, torna público, nos termos da Lei n° 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2022, que realizará procedimento licitatório, na modalidade: Pregão Eletrônico, do tipo: Menor Preço, cujo OBJETO é a contratação de empresa especializada em confecção de camisetas personalizadas para uso dos servidores em eventos da secretaria e unidades descentralizadas.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 15/08/2024 a 28/08/2024 período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até às 08h45min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 28/08/2024 às 9h00min

INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 15/08/2024 no endereço: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br, no menu superior "Editais", em seguida, na opção Consulta >> Licitações >>Em Andamento e no site **www.setasc.mt.gov.br.**

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702

SITE DA REALIZAÇÃO: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/**

*Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)

Cuiabá-MT, 13 de agosto de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 057/2024 – EDITAL 059/2024 – cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PREVIDENCIÁRIOS E ATUARIAIS PELO PRAZO DE DOZE MESES, CONFORME O ANEXO I DESTE EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 15/08/2024 até 29/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 29/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 15/08/2024. Ituverava/SP, 13 de agosto de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO

A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **pregão eletrônico do tipo menor preço,** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 – EESC/USP
Nº da Licitação: 99011/2024 - PROCESSO SEI Nº: 154.00002324/2024-22.
Objeto: computadores. **Prazo de Início do Recebimento das Propostas Eletrônicas:** 14/08/2024. **Sessão de Disputa:** 30/08/2024 às 09h00. O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal", através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 14/08/2024,** além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes**, **www.eesc.usp.br**, **www.imprensaoficial.com.br** e **https://www.gov.br/pncp/pt-br.**

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90122/2024,** referente ao processo nº **024.00104993/2024-96,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ÓRTESES EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 14/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00365205122024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90058/2024.
Nº Processo: 024.00005020/2024-75.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 04 (quatro itens).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 14/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 15/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 27/08/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 20/08/2024 às 11h15 | 2º Público Leilão 27/08/2024 às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 12, DA QUADRA "B", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 126,00m². Medidas e confrontações: Frente para a Rua 02, medindo 7,00m; do lado direito, confronta com o Lote nº 13, medindo 18,00m; nos fundos, confronta com o Lote nº 34, medindo 7,00m; do lado esquerdo, confronta com o Lote nº 11, medindo 18,00m. Matrícula nº 181.784 do 3º CRI de Campinas/SP. Cadastro Municipal nº 3362.41.21.0098.00000. Consolidação da propriedade: 19/07/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 142.591,10. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 275.512,44**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DE SOUSA –** CPF: 393.350.078-89 e **MAIARA BORGES DOS SANTOS –** CPF: 110.028.566-04, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

Transunião Transportes S.A. - CNPJ: 19.224.852/0001-90
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária, 1ª e 2ª Chamadas

Convocam-se todos os Acionistas quites com suas obrigações Estatutárias nos termos do Artigo 27 do Estatuto Social da Transunião Transportes S.A., para participar da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 05/09/2024 em primeira chamada ás 10h com no mínimo ¼ dos acionistas com direito a voto, ou em, segunda chamada as 11h com a quantidade de acionistas presentes, na sede da sociedade sito a Rua Tiburcio de Souza, 2478 – Itaim Paulista, São Paulo/SP, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1 – Exame, deliberação e aprovação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2022 e 31/12/2023; 2 – Deliberação sobre a destinação do resultado apurado do exercício encerrado em 31/12/2022 e 31/12/2023; 3 – Outros assuntos de interesse dos acionistas. Informamos a todos os acionistas, que os documentos alusivos ao artigo 133 da lei 6404/76 relativos as matérias a serem discutidas, encontram-se a disposição para consulta na sede da Companhia, São Paulo, 13/07/2024. Lourival de França Monário – Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 061/2024 – EDITAL 061/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME O ANEXO I DESTE EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 15/08/2024 até 27/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 27/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 15/08/2024. Ituverava-SP, 13 de agosto de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 90045/2024

O Ordenador de despesa da Secretaria Municipal de Assistência Social no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal n° 4.210/2017, em decorrência do procedimento licitatório, através do processo administrativo n° 7961/2024, oriundo da Secretaria Municipal de Assistência Social, cadastrado no portal compras.gov, com publicidade no Portal Nacional de Contratações públicas sob o ID Contratação PNCP: 42498600000171-1-0-004940/2024, Pregão Eletrônico para registro de Preços n° 90045/2024 e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 06 de agosto de 2024 às 10:00 horas, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE CESTAS BÁSICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (S.M.A.S). Empresa Vencedora: **Castello Branco Distribuidora LTDA, CNPJ: 38.046.516/0001-40**, do item: 01, valor total de 2.689.746,00 (Dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e setecentos e quarenta e seis reais). Homologação na integra disponível nos autos do processo.
Itaguaí, 12 de agosto de 2024.
(a) Elson Rebelo Barbosa 34.849 - Secretário de Assistência Social

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2024
Processo Administrativo Nº 8790/2024

O Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal nº 4.210/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018, em decorrência do processo administrativo Nº 8790/2024, **HOMOLOGA** o resultado do **Pregão Eletrônico Nº 90028/2024**, oriundo da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito, cadastrada no portal de licitações-e2, com publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas sob a ID Contratação PNCP Nº 29138302000102-1-000060/2024. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, SEM COMBUSTÍVEL, COM RASTREAMENTO, PLOTAGEM, GIROFLEX (SIRENE) E SEGURO**. Empresa Vencedora: **MALE COMÉRCIO SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS** - CNPJ Nº 19.037.025/0001-98, valor total de R$ 892.370,42 (Oitocentos e noventa e dois mil trezentos e setenta reais e quarenta e dois centavos), homologação na íntegra disponível nos autos do processo.
Itaguaí, 29 de julho de 2024.
Gilson Stutz de Oliveira Júnior - Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90057/2024 (P.A.12273/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALZADA EM FORNECIMENTO DE INSULINAS** para utilização em pacientes com monitoramento glicêmico em domicílio bem como para uso nas unidades de saúde, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 27 de agosto de 2024, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br.**
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) / Autoridade Competente.

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 8344/2024

A Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.210 de 06/02/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018 e no uso de suas atribuições legais conforme artigo 75, II, da Lei 14.133/2021, cadastrado no Portal de Contratações Públicas sob a ID Contratação **PNCP nº42498600000171-1-005103/2024, autoriza a dispensa de licitação nº90025/2024**, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO INTEGRAL DE CHAVE BÓIA ELÉTRICA E BOMBA DE ÁGUA PARA ATENDER DEMANDAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ ESCOLA, CRECHES E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE**, para atender a demanda da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por intermédio do Processo Administrativo **nº 8344/2024**, em favor das empresas **ROSELY JULIANE DE OLIVEIRA RIBEIRO 04216948669**, inscrita no **CNPJ nº 42.368.194/0001-22**, no valor de **R$3.062,40 (Três mil e sessenta e dois reais e quarenta centavos) e META COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 27.518.373/0001-05** no valor de **R$ 31.360,50 (Trinta e um mil, trezentos e sessenta reais e cinqüenta centavos) .**
Itaguaí, 12 de agosto de 2024.
Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Educação - Matrícula: 45.972

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90048/2024 (P.A.3271/2024)

A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos do Município de Itaguaí, por intermédio de seu Agente de Contratação designado, torna público o adiamento da Licitação referente ao processo administrativo **nº 3271/2024, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90048/2024**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GASES MEDICINAIS**, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, que seria realizado na data de 13 de agosto de 2024 às 10:00 horas. Fica ***ADIADO SINE DIE***, devido à Impugnação de Edital.
(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino)/Autoridade Competente.

IOCHPE-MAXION S.A.

IOCHPE-MAXION

CNPJ nº 61.156.113/0001-75 – NIRE 35.300.014.022

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Dia 31 de julho de 2024, às 12:00 horas, no Hotel Hilton São Paulo Morumbi, localizado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12901. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do estatuto social da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), estando presentes Conselheiros suficientes para instalação da reunião e deliberações abaixo, na forma facultada no § 3º do Art. 23 do estatuto social. Participaram, ainda, da reunião os Srs. Marcos S. de Oliveira, Renato Salum e Flávia Senna Handel, respectivamente, diretor-presidente e de RI, diretor financeiro e diretora jurídica da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Dan Ioschpe; Secretária: Sra. Flávia Senna Handel. **4. Deliberações:** Os Conselheiros, na forma da alínea "q" do Art. 24 do estatuto social da Companhia, visando a gestão e o alongamento do seu endividamento, deliberaram, por unanimidade dos presentes, o seguinte: 4.1. Aprovar **(i)** a celebração pela Companhia, como beneficiária, de nova cédula de crédito bancário ("CCB FINAME") perante a AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL S.A. - FINAME, no âmbito do Produto FINAME DIRETO, considerando-se como valor de principal o montante total de até R$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), com prazo de utilização de até 24 (vinte e quatro) meses, prazo de carência de até 24 (vinte e quatro) meses e amortização, em prestações anuais, em até 84 meses ("Financiamento FINAME"), conforme os termos e condições da operação aprovada pela Diretoria da FINAME em 18 de julho de 2024 (Dec DIR nº 017/2024-FINAME), bem como **(ii)** a outorga, pela Companhia, das seguintes garantias reais para assegurar o cumprimento do Financiamento FINAME: (a) hipoteca em 3º (terceiro) grau sobre os imóveis, de propriedade da Companhia, situados na Rua Dr. Othon Barcellos, nº 71 e nº 83, Bairro do Norte, Cruzeiro, São Paulo, objeto das matrículas nº 20.540 e nº 33.023, respectivamente, no Livro nº 2 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Cruzeiro, Estado de São Paulo, avaliada globalmente em R$ 284.106.000,00 (duzentos e oitenta e quatro milhões, cento e seis mil reais), hipotecas estas que incluem, além dos terrenos, todas as suas construções, benfeitorias, instalações e quaisquer outras acessões e/ou pertenças que, na vigência do Financiamento FINAME, se incorporarem aos referidos imóveis, e (b) penhor industrial em 3º (terceiro) grau de 2.953 equipamentos instalados na unidade industrial anteriormente mencionada, avaliados conjuntamente em R$ 527.916.900,00 (quinhentos e vinte e sete milhões, novecentos e dezesseis mil e novecentos reais). 4.1.1. Consigna-se que os demais termos e condições do Financiamento FINAME e as características das garantias reais, incluindo a descrição detalhada dos imóveis e bens dados em garantia, serão descritos na CCB FINAME. 4.2. Autorizar que a Companhia, por meio de seus diretores e/ou procuradores devidamente constituídos, negocie, ajuste e contrate todos os demais termos e condições, assine todos os documentos, incluindo instrumentos públicos, pratique todos os atos e adote todas as medidas que sejam necessárias ou convenientes à efetivação e ao cumprimento das deliberações acima, objetivando a celebração do Financiamento FINAME e a constituição das garantias correspondentes, ratificando-se os atos anteriormente praticados para tal fim. 4.2.1. Nos termos do § 2º do Art. 29 do estatuto social da Companhia, autorizar ainda que o Diretor RENATO JORGE SALUM JUNIOR, de forma individual, tome todas e quaisquer providências, pratique todos os atos e assine todos os documentos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas e demais documentos relacionados ao Financiamento FINAME. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pelos conselheiros presentes em número suficiente para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião. São Paulo, 31 de julho de 2024. Assinaturas: Mesa: Dan Ioschpe, Presidente. Flávia Senna Handel, Secretária. Conselheiros: Alexandre Gonçalves Silva; Dan Ioschpe; Deborah Stern Vieitas; Gustavo Berg Ioschpe; Henrique Bredda; Iboty Brochmann Ioschpe; Leandro Kolodny; Nildemar Secches; Sergio Luiz Silva Schwartz. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Flávia Senna Handel** - Secretária. JUCESP - Certifico que foi registrado sob nº 297.891/24-8, em 06/08/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

www.iochpe.com.br

INÊS 249

Balanço Gestão atribui resultado a vendas cruzadas, plataforma diversificada e rede de assessores

XP vê captação reagir e tem lucro recorde

Adriana Cotias
De São Paulo

A XP Inc. encerrou o segundo trimestre de 2024 com resultados recordes nas suas principais métricas de desempenho operacional e financeiro, e começa a deixar para trás a perda de tração observada nos trimestres anteriores. A companhia voltou a ter fluxo de captação positivo na sua atividade central, o varejo, aumentou o número de clientes e o lucro líquido superou a casa do R$ 1 bilhão de abril a junho.

Os ativos sob custódia chegaram a R$ 1,167 trilhão, um crescimento de 2% em relação ao primeiro trimestre e de 14% na comparação anual. A captação líquida foi de R$ 32 bilhões, com alta de 119% no trimestre e de 44% em 12 meses. Houve ingresso de R$ 113 bilhões líquidos neste intervalo, com outros R$ 30 bilhões decorrentes da apreciação dos ativos.

O número de clientes cresceu 15% em um ano, para 4,626 milhões. A quantidade de assessores financeiros aumentou 11% em 12 meses, com 18,3 mil profissionais que atuam na frente comercial, dentro XP ou via parceiros.

O lucro líquido atingiu R$ 1,118 bilhão, alta de 14% em relação ao segundo trimestre do ano passado e de 9% na comparação com o primeiro trimestre de 2024. A margem do lucro líquido foi de 26,5%, com incremento de 109 pontos base no trimestre, mas queda de 103 pontos em 12 meses. O EBT (desempenhos operacional e financeiro antes de impostos) aumentou 43% em 12 meses e 27% ante o primeiro trimestre, a R$ 1,384 bilhão.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

"O pior já passou e vamos entregar bons números no segmento de varejo nos próximos meses"
Thiago Maffra

A receita bruta atingiu R$ 4,5 bilhões, com alta de 21% em 12 meses, impulsionada pelo segmento de varejo, que cresceu 14%, a R$ 3,294 bilhões.

Com as taxas de juros em dois dígitos, a renda fixa foi protagonista dentro da segmentação de varejo, com expansão anual de 42% nas receitas, para R$ 820 milhões, e deve seguir assim no segundo semestre, segundo a administração. A plataforma de fundos teve rendas equivalentes a R$ 357 milhões, alta de 13% no trimestre.

A renda variável segue responsável por R$ 1,115 bilhão da receita bruta, com incremento de 5% em relação a junho de 2023. Já houve alguma recuperação na média diária de transações no varejo, a 2,4 milhões, com alta de 10% em 12 meses e de 12% no trimestre. Já a divisão de grandes empresas e mercado de capitais teve uma elevação 122% na receita bruta, para R$ 629 milhões.

As novas verticais vêm contribuindo para um crescimento relevante, principalmente em cartões, que alcançou R$ 313 milhões em receita bruta, 35% acima do ano anterior, e seguros, com R$ 51 milhões, com aumento anual de 45%.

"Foi um trimestre positivo para mostrar a capacidade da XP de gerar alfa [excesso de retorno] e crescimento com lucratividade, gerenciando várias alavancas de negócios independentemente das condições desafiadoras [do cenário macroeconômico]", disse o executivo-chefe (CEO) da XP, Thiago Maffra, em conferência com analistas. "No varejo nos estabelecemos como líder em investimentos, nosso negócio principal. Uma das principais conquistas foi a melhora da captação líquida." Dos R$ 32 bilhões de dinheiro novo no segundo trimestre, R$ 24 bilhões vieram da pessoa física.

Maffra atribuiu o desempenho a diversos fatores, entre eles, a uma execução eficaz da estratégia de rede, à plataforma de produtos e à base de assessores e consultores. Só no time interno, a XP acrescentou 2 mil profissionais. O executivo negou que tivesse algum componente cíclico na recuperação. Mas a captação de cerca de R$ 2 bilhões em um único fundo imobiliário contribuiu para isso, mostrando que o investidor está mais propenso à diversificação. "O pior já passou e vamos entregar bons números no varejo nos próximos meses." Para voltar aos níveis de captação comparáveis a 2021, 2022, quando chegou a atrair mais de R$ 45 bilhões num trimestre, ainda vai levar tempo, alertou.

Victor Mansur, novo executivo-chefe de finanças (CFO) da XP, destacou o lucro recorde por ação (EPS), de R$ 2,03 no segundo trimestre, uma métrica que tende a ganhar relevância e crescer mais do que o lucro líquido, à medida que a companhia distribua dividendos e prossiga com seus programas de recompras, com cancelamento posterior, de forma a remunerar melhor o acionista.

Nos últimos 2,5 anos, foram R$ 7,4 bilhões em proventos e recompras. "O EPS bateu o 'all time high' [maior valor] com nível de Basileia [capital regulatório] conservador, de 20,5%, que coloca a XP como o player mais capitalizado do mercado frente aos resultados", comentou Mansur em conferência com a imprensa.

Embora o crédito com garantia em investimentos mantenha-se como principal forma de a XP financiar os seus clientes, o grupo trabalha numa reestruturação que vai colocar o Banco XP como controlador. É um arranjo que tende a baratear o funding e permite entrar em negócios que não fazia.

"A XP era o único participante do mercado brasileiro que tinha uma corretora dona de banco e a regulação foi escrita para o banco ser dono do conglomerado. Isso criava anomalias. A corretora dona de banco inibilitava fazer, por exemplo, emissão de dívida subordinada, de letras financeiras Tier 1 e Tier 2, tirava a possibilidade de um instrumento de capitalização barato", explicou Mansur. Ele calcula que o custo, dependendo do nível de utilização, possa ser barateado em 25% a 30%.

A reestruturação vem sendo organizada desde o ano passado e o executivo espera que seja concluída em 2024. "A capacidade de fazer negócios não muda, mas muda o custo. A XP vai poder acessar negócios que antes não eram economicamente viáveis." Um exemplo é coordenar ofertas de debêntures com cláusula de garantia firme, podendo encarteirar os papéis num primeiro momento para depois distribuir a clientes.

Nas verticais, que têm ampliado a possibilidade de vendas cruzadas, a carteira de crédito teve alta anual de 8%, mas decréscimo de 14% no trimestre, a R$ 19,3 bilhões. Segundo Mansur, houve uma redução de R$ 3 bilhões no estoque porque a XP securitizou um pedaço da carteira. Esse valor aumentou a linha de dívida corporativa. "São debêntures financeiras e a ideia é que sejam vendidas ou usadas como lastro para operações compromissadas", disse Mansur. O plano é "carregar o menor risco possível no balanço e ao mesmo tempo prover liquidez e produtos para o varejo."

Renda fixa e previdência crescem 10% até junho

Do Rio

Os juros estacionados em patamar alto e a busca por produtos com incentivo tributário levaram o segmento de renda fixa e de previdência ao maior crescimento entre os investimentos no primeiro semestre do ano, informou ontem a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Segundo dados da entidade, a renda fixa cresceu 10,1%, com o varejo ampliando em R$ 267,2 bilhões os aportes no segmento. No private, no entanto, o aumento foi maior, de 13,9% (total de R$ 851 bilhões), enquanto no varejo a alta foi de 9,2% (total de R$ 3,2 trilhões). Já a renda variável teve leve crescimento no varejo, com alta de 2,2% nos aportes, enquanto na faixa de alta renda houve queda de 1,8%.

Para Ademir Correa Júnior, presidente do Fórum de Distribuição da Anbima, o movimento pode refletir uma busca do varejo por uma janela de oportunidade para entrar na bolsa, já que o início dos cortes de juros nos Estados Unidos deve levar a uma valorização dos ativos. "O cliente pessoa física está procurando diversificar para aproveitar a curva de retorno. Podemos claramente observar essa antecipação no varejo. No private não monitoramos o que é enviado para fora do país, o que pode mascarar esse número."

Na Previdência, o crescimento no primeiro semestre deste ano no varejo foi de 12,3%, enquanto no private foi de apenas 5,3%. No geral, o avanço foi de 10,8%, para R$ 1,2 trilhão. "É um processo educacional, com o varejo pensando na poupança de médio e longo prazo, com os benefícios fiscais da previdência", diz Correa.

"É um processo educacional, com o varejo pensando a médio e longo prazo, com benefício fiscal da previdência"
Ademir Correa

Em títulos e valores mobiliários, o CDB foi o que representou a maior fatia dos investimentos, 31,2%, com avanço de 14,8% no private e de 12,9% no varejo. No entanto, a maior variação percentual ficou com títulos públicos no private (16,3%) e, no varejo, debêntures tradicionais (57%), seguidos de Certificados de Recebíveis Imobiliários (40,2%).

Já os investimentos em títulos isentos cresceram 7,3% e chegaram a R$ 1,1 trilhão em junho, com maior fatia de CRIs (25,5%), CRAs (22,9%) e debêntures incentivadas (13,7%). Diante das recentes restrições do Conselho Monetário Nacional (CMN), LCIs e LCAs tiveram avanço pequeno no semestre, de 3,6% no total, sendo que no varejo o volume em LCIs caiu 1,6%.

Entre fundos, os de renda fixa avançaram 20,9%, enquanto os multimercados caíram 4,2%, os fundos de direitos creditórios (FIDCs) avançaram 17,7% e os de ações encolheram 1,6%. No total, os investimentos dos brasileiros cresceram 7,6% e fecharam o primeiro semestre em R$ 7 trilhões. ***(LT)***

Fundo 'troca' assessoria jurídica por fatia de startups

Liane Thedim
Do Rio

A Grey Matter, plataforma do VR1, "hub" de inovação, transformação digital e venture capital do escritório Vieira Rezende Advogados, lança hoje sua nova iniciativa para fomentar startups com projetos inovadores sujeitos a desafios regulatórios e, que, por isso, demandam atendimento jurídico multidisciplinar e engajado. O fundo Legal for Equity reúne parceiros de várias áreas do direito e de diversos países que trocam seus serviços por uma participação minoritária na empresa.

Para a startup, a tese é ter um sócio com vantagem competitiva. "O objetivo é agregar valor viabilizando o negócio", diz Felipe Hanszmann, fundador do Grey Matter e sócio do Vieira Rezende.

O nome da plataforma vem do apelido que o executivo cunhou para esse tipo de negócio: "inovação borderline" ou "grey tech", que abrange assuntos complexos em zona cinzenta da legislação. Lançada em 2022, a Grey Matter até agora funcionava apenas no

LEO PINHEIRO/VALOR

Hanszmann: modelo 'legal for equity'

sistema de "club deals", por meio dos quais a plataforma identifica a oportunidade, capta recursos de investidores e dá aconselhamento estratégico e serviço jurídico. Atualmente há 17 projetos sendo geridos dessa forma, que continuará sendo aplicada.

Já o Legal for Equity só incluirá a conversão de trabalho por participação na startup, o que, afirma Hanszmann, gera alinhamento de interesses a longo prazo, com foco nas que estão em estágio inicial. A Grey Matter será a gestora desse fundo de venture capital multicorporativo e ficará com 20% do retorno que for gerado pelo projeto, correspondente a uma taxa de performance. A plataforma já arregimentou dez parceiros, em áreas como cível, contencioso e reestruturação, e está buscando, por exemplo, em propriedade intelectual e na área internacional.

"Quando comecei a atuar nessa área, percebi que dinheiro era o que menos importava. A necessidade maior era rede de conhecimento", afirma Hanszmann, que fará o lançamento do fundo em apresentação hoje na Rio Innovation Week. Segundo ele, para ter acesso às melhores oportunidades é preciso estar próximo aos empreendedores e aos fundos. "Tenho investido muita energia em aumentar relacionamento e em dar acesso à comunidade jurídica."

Entre os parceiros no Brasil e no exterior já há escritórios da Argentina, Bolívia, Chile, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, México e Estados Unidos.

Com o CAF, o mercado fala o mesmo idioma

Palavra do gestor

Guilherme Menezes

Entender os impactos do Catálogo de Ativos Financeiros (CAF), da resolução 392/24 do Banco Central na resolução 175/22 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que trata da obrigatoriedade de registro ou depósito de ativos financeiros em fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), passa por compreender o que é um ativo financeiro. É como se o Banco Central, as registradoras e as centrais depositárias estivessem se debruçando para unificar diversos dialetos em um único idioma.

Havia no mercado uma brincadeira em que se perguntava "o que é ativo financeiro?" e a resposta era "é tudo o que não é valor imobiliário". Para definir o que era, de fato, um ativo financeiro, o mercado contava com a resolução 4.593/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dava apenas parâmetros para definir o que é um ativo financeiro, sem, contudo, apresentar uma lista desses ativos.

A publicação do CAF representa um avanço significativo na regulação do mercado brasileiro, reduzindo barreiras para novas registradoras, uma vez que novas autorizações para registro e depósito podem ser concedidas por famílias de ativos financeiros, ao invés de individualmente para cada um deles. O CAF também elimina ambiguidades e permite que os atores do mercado operem com maior segurança.

A adoção de um padrão para a classificação e identificação de ativos promove maior transparência, segurança jurídica e eficiência nas operações.

Já a resolução CVM 175/22 exige que os ativos das carteiras dos FIDCs sejam registrados ou depositados e, nos casos em que houver mais de uma estrutura (registradora ou depositária central) apta a receber o registro ou depósito desses ativos financeiros, exige a interconexão entre essas estruturas para garantir a unicidade.

A definição clara e objetiva dos ativos financeiros no CAF facilita a conformidade dos FIDCs com a regulamentação, reduzindo o risco de erros de classificação dos ativos financeiros. A padronização das informações sobre os ativos agiliza o processo de registro e depósito.

O CAF permite a pronta identificação de quais ativos precisam ser registrados ou depositados e a verificação de quais estruturas estão habilitadas e interconectadas, facilitando o cumprimento da resolução CVM 175/22 e promovendo uma maior transparência no mercado. Outro benefício é a simplificação da interoperabilidade entre as diferentes estruturas e a facilitação da portabilidade, uma vez que as informações mínimas necessárias para todos os ativos financeiros serão comuns entre todas as estruturas.

Os usuários poderão transferir seus ativos financeiros de uma estrutura para outra de forma mais ágil e segura. Assim como ocorre com a telefonia, a portabilidade aumenta a concorrência e estimula a oferta de serviços e preços mais vantajosos aos usuários.

Embora hoje o registro ou depósito não seja obrigatório para todos os ativos financeiros, a prática oferece maior segurança jurídica para os investidores.

A experiência adquirida com a implementação de outros projetos, como o open finance e o Pix, mostra que a colaboração e a padronização são indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do mercado financeiro.

O CAF se tornará uma referência, elevando a segurança e a qualidade das operações com ativos financeiros e fortalecendo a confiança no sistema financeiro nacional.

Guilherme Menezes é diretor de relações institucionais da CRDC
E-mail
guilherme.menezes@crdc.com.br.

TJSP
Torcedor fica proibido de ir a estádios de futebol
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Afinal, quando acaba a garantia de um produto?
E2

TST
Ministro Aloysio Corrêa da Veiga é eleito presidente
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Quarta-feira, 14 de agosto de 2024

Legislação & Tributos SP

Fiscal Caso julgado pela 1ª Turma envolve patrimônio de R$ 7,5 bi, que pertencia ao fundador da Amil

STJ afasta IR sobre transferência de cotas de fundo de investimento em herança

Marcela Villar
De São Paulo

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) na transferência, por herança, de cotas de fundo de investimento fechado — conhecido como fundo dos "super-ricos". O caso julgado envolve um patrimônio de R$ 7,5 bilhões, que pertencia ao médico e empresário Edson de Godoy Bueno, fundador da Amil, e ficou para seus filhos, Pedro de Godoy Bueno e Camilla de Godoy Bueno Grossi. Ele morreu em fevereiro de 2017.

Por unanimidade, os ministros reformaram um acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo, para dar razão aos contribuintes. Segundo advogados, é a primeira decisão de turma no STJ sobre o tema.

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Imposto de Renda seria devido sobre a diferença entre o valor de mercado do patrimônio transferido e o que constou na última declaração do IRPF do empresário. Na visão do órgão, a transferência das cotas representaria um ganho de capital, portanto, sujeito à tributação.

Já os contribuintes argumentam que não há lucro porque receberam os bens pelo valor declarado pelo pai. Eles ressaltam que o recolhimento do tributo não deveria ser feito no momento em que se tornam titulares, mas quando houver a venda das cotas do fundo de investimento.

A decisão da Corte vai de encontro a um entendimento recente da Receita Federal, na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 21/2024, que vincula todos os fiscais do país. Nela, a fiscalização diz que é cabível a apuração de ganho de capital pelas mesmas regras aplicáveis à alienação de bens. A decisão do STJ, no entanto, prevalece, segundo especialistas.

Para o relator do caso, o ministro Gurgel de Faria, o artigo 23 da Lei nº 9.532, de 1997, dá duas opções aos contribuintes, permitindo a sucessão e doação pelo valor de mercado ou pelo valor da declaração de bens do doador ou falecido. "A transferência por sucessão é legalmente autorizada. Não cabe à Secretaria da Receita Federal inovar para determinar tributação pelo Imposto de Renda por situação diversa da prevista em lei quando inexiste ganho de capital", afirmou ele, na sessão.

No entendimento dele e dos outros ministros da 1ª Turma, o imposto não incide na transferência de titularidade, mas apenas quando houver resgate ou efetiva alienação das cotas ou se a transferência for realizada pelo valor de mercado e houver uma diferença positiva em relação ao valor de aquisição. "Não se pode presumir o resgate pela transferência legítima de cotas aos herdeiros quando, na verdade, há uma mera atualização cadastral das cotas perante a instituição financeira administrativa."

GUSTAVO LIMA/DIVULGAÇÃO

Gurgel de Faria: "Não cabe à Secretaria da Receita Federal inovar para determinar tributação pelo Imposto de Renda"

Na sessão, o advogado dos herdeiros, André Torres dos Santos, do Pinheiro Neto Advogados, reforçou que não há intenção de eles serem isentos de IR. "O que se discute aqui no processo é apenas o momento da tributação, se na transferência de titularidade ou se no momento do efetivo resgate, como prevê a legislação", disse ele, na sustentação oral.

Para ele, fundos de investimento fechados possuem regras específicas, que não permitem o resgate de cotas antes do fim do prazo de duração previsto e que não é possível a tributação sobre os resultados parciais. "Não há disponibilidade jurídica sobre os resultados parciais enquanto não houver alienação", completou.

Já o procurador Euclides Sigoli Júnior, da Fazenda Nacional, sustentou que a transmissão feita no caso é uma espécie de alienação, que "compreende qualquer forma de transmissão da propriedade", para fins de IRRF, conforme o artigo 65 da Lei nº 8.981/1995. "Não há subsídio para postergação da incidência do tributo, quando ele pode ser custeado pelo patrimônio herdado", disse o procurador (REsp nº 1968695).

Sigoli Júnior afirmou que não é possível dar uma interpretação para se eternizar o não pagamento do tributo. "Favoreceria os super-ricos, aqueles que têm condições de utilizar manobras de proteção do patrimônio em prejuízo à toda a sociedade e em agravamento à regressividade da carga tributária brasileira", adicionou o representante da União, dizendo que os herdeiros estão entre as pessoas mais ricas do mundo.

Ao **Valor**, o tributarista Rodrigo Martone, sócio do Pinheiro Neto Advogados, disse que a decisão do TRF-3 já havia sido suspensa por uma liminar da própria presidência da Corte. "O TRF-3 se baseou em premissas equivocadas, porque não teve ganho de capital, então não tem fato gerador de Imposto de Renda".

Segundo ele, o acórdão do tribunal regional é filho único e como a jurisprudência é pacífica em favor dos contribuintes, poucos são os casos que sobem ao STJ. No caso julgado, foi ajuizada uma liminar para que a administradora do fundo não fizesse a retenção do tributo.

Na visão de Eduardo Suessmann, sócio do SBP Law, a decisão do STJ respeita a legislação tributária. "Se você faz a transferência pelo valor da declaração, você não tem Imposto de Renda a pagar, porque não há, naquele momento, nenhum acréscimo patrimonial", afirmou.

Para Fernando da Silva Chaves, sócio do escritório Papp, Taranto & Chaves Advogados, não há como equiparar um evento como a morte a uma modalidade de liquidação para disparar a tributação do IRRF. Além de ir contra a lei, obriga "os herdeiros a pagarem imposto de renda sem ter a disponibilidade efetiva sobre os rendimentos gerados pelas cotas que lhes foram transferidas por herança pelo custo de aquisição".

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

> "Não teve ganho de capital, então não há fato gerador de Imposto de Renda"
> *Rodrigo Martone*

Petrobras terá que pagar indenização milionária

Beatriz Olivon
De Brasília

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a obrigação de a Petrobras pagar um valor milionário a herdeiros de ex-proprietário de terras que foram desapropriadas em favor da empresa na região de Angra dos Reis (RJ), na década de 1970. Contudo, os ministros reduziram o montante total a ser pago, considerando o valor depositado pela empresa no processo.

Inicialmente, ações de indenização foram ajuizadas para a instalação de terminal em Ilha Grande, em Angra dos Reis. Os processos tinham como partes duas pessoas físicas porque havia dúvidas, na época, sobre o real proprietário das terras, segundo a empresa alegou no processo. Inicialmente, a Petrobras ofereceu o valor de R$ 30 mil de indenização, enquanto perícia realizada na época apontou o montante de R$ 50 mil.

No âmbito das ações de indenização começou uma disputa entre as pessoas físicas sobre a titularidade das terras, segundo a empresa alegou ao STJ. Essa disputa só foi resolvida em 2006. Nova perícia finalizada em novembro de 2013 para apurar o valor das terras indicou valor de R$ 27 milhões, dada a valorização em quase 40 anos. Os processos só foram julgados em 2014.

GUSTAVO LIMA/STJ

> "Há de se abater, do valor devido, a quantia depositada pela Petrobras"
> *Francisco Falcão*

Com a nova realidade e perícia, a Petrobras ofereceu aproximadamente R$ 23 milhões, mas o pedido não foi apreciado pelo Poder Judiciário do Rio de Janeiro, de acordo com alegação da empresa na ação. A companhia acabou condenada a pagar juros compensatórios sobre a diferença entre o novo valor da perícia e o valor que havia oferecido originalmente.

Depois da sentença, a companhia depositou o valor com base na nova perícia. Apesar disso, teria que pagar um montante dez vezes maior que o apurado na perícia, segundo alegou no STJ.

Já a defesa dos herdeiros do antigo proprietário alega no processo que o valor elevado seria culpa da própria Petrobras, por ter oferecido inicialmente um valor irrisório e pela demora no processo, que gerou juros elevados. Ainda de acordo com a defesa, a Petrobras pediu que os juros fossem aplicados apenas a partir de 2006, quando definida a posse da área.

A dúvida sobre a legítima propriedade das terras na época da desapropriação levou a uma longa tramitação processual. Segundo a empresa, a demora do processamento da desapropriação, em razão da disputa sobre a titularidade das terras, resultou na fixação de uma indenização exagerada aos expropriados, sem que a estatal tenha culpa pelos 35 anos de suposta inércia processual.

O julgamento foi retomado ontem com o voto-vista do ministro Mauro Campbell Marques, que seguiu o relator, mas não chegou a ler seu voto na sessão. O relator, ministro Francisco Falcão, havia aceitado parte do pedido da Petrobras na ação, mantendo a indenização, mas reduzindo o valor a ser pago. A decisão foi unânime (REsp 1645687, REsp 1645688 e REsp 1645689).

No voto, Falcão destacou que as ações foram ajuizadas em 1974 e 1975, com valor de indenização de R$ 30 mil — que hoje seria de R$ 300 milhões. O relator destacou que a manifestação do Ministério Público Federal (MPF) nesse caso foi apenas para a modulação dos juros.

Falcão considerou, no caso, que parte do valor foi depositado pela Petrobras, e deveria ser considerado no montante total, como pagamento prévio da indenização. O ministro destacou que, provavelmente, as pessoas a serem indenizadas levantaram o depósito no valor de R$ 30 milhões, acrescidos de atualização pela correção e incidência de juros. Deveria ser observado, então, o valor para fim de abatimento, segundo Falcão.

"Há de se abater, do valor devido, a quantia depositada no momento da realização desse depósito, em 2015, a fim de que ao menos quanto a esse valor depositado deixe de incidir juros compensatórios", afirmou o ministro, em seu voto.

Assim, o relator aceitou parte do pedido para determinar a incidência dos juros compensatórios a partir de 2006, quando resolvida a questão relativa à titularidade do imóvel, de 6% ao ano; redução da verba honorária para 3% sobre a diferença entre o valor da indenização e o valor ofertado; e que o valor do depósito de R$ 30 milhões realizado pela Petrobras seja deduzido do valor remanescente devido no momento de sua realização, em 2015, a fim de que juros compensatórios nesse ponto incidam apenas sobre a diferença não depositada e ainda devida.

Destaque

Falsa assinatura

O Banco C6 e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram condenados a devolver valores cobrados indevidamente a um morador de Ponta Grossa (PR) e ao pagamento de R$ 5 mil por danos morais. O motivo foi o desconto na aposentadoria de empréstimo consignado, contratado por meio de "falsa assinatura" do autor da ação. Na sentença do juiz federal Augusto César Pansini Gonçalves, da 6ª Vara Federal de Curitiba, ficou determinado ainda que os descontos feitos pela instituição financeira sobre o(s) benefício(s) previdenciário(s) da parte autora devem ser cessados imediatamente e que a indenização se dará em caráter subsidiário entre a instituição financeira e o INSS. O resultado do laudo pericial destacou que existem grandes evidências de que as assinaturas não provieram do punho da autora da ação. "Por isso, os descontos devem cessar e as rés merecem ser condenadas a devolver os valores descontados. No entanto, tal devolução não deverá ser realizada em dobro, pois, mesmo diante da falsidade das assinaturas, não se pode presumir a má-fé da instituição financeira e menos ainda do INSS", disse o juiz (com informações do TRF-4).

Afinal, quando acaba a garantia de um produto?

Opinião Jurídica

Ricardo Quass Duarte e Pedro Autilio Ianhez

Foi-se o tempo em que a resposta para essa pergunta era simples e objetiva. Embora o Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabeleça 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis, salvo quando se tratar de vício oculto, o óbvio também pode ser relativizado — e é exatamente isso o que o Poder Judiciário vem fazendo quando analisa o tema.

Tal fato não ocorre apenas nos Juizados Especiais — onde a vasta maioria dos litígios sobre a matéria é tratada —, mas também no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 2021, o STJ pacificou o tema, estabelecendo que os fornecedores são responsáveis por vícios mesmo após o término da garantia contratual se estes surgirem "durante o período de vida útil do produto", na ausência de prova de que o vício tenha resultado de uso inadequado pelo consumidor (REsp 1787287). O entendimento traz consigo um outro critério abstrato, o da legítima expectativa do consumidor com relação à durabilidade do produto.

A aplicação do conceito de vida útil, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência, parece ter a intenção de acompanhar o movimento de alguns países no sentido de criar definições objetivas sobre o "prazo mínimo de validade" de produtos duráveis, visando a combater a chamada obsolescência programada. No Brasil, existem projetos de leis que buscam impor aos fornecedores a obrigação de indicar a vida útil estimada de seus produtos. Em dezembro de 2023, foi promulgada no Estado do Rio de Janeiro a Lei nº 10.222/23, prevendo tal obrigação, apesar de sua constitucionalidade e razoabilidade se mostrarem bastante questionáveis. Tal discussão é complexa, não unânime, e exige a participação de representantes dos diversos interessados envolvidos. Assim, não compete ao Judiciário estabelecer, caso a caso, prazos aleatórios.

Pela lógica que vem sendo adotada pelos tribunais, a garantia legal e a contratual, que por vezes supera muito os 90 dias impostos legalmente, são insuficientes. Ainda que por trás desse movimento haja a intenção louvável da proteção do consumidor, quando em demasia, o feitiço se volta contra o feiticeiro. Afora a qualidade de um bem durável, o fator preponderante que define a sua vida útil é a forma como é usado. Exemplo: se um usuário não carrega a bateria de seu celular corretamente, deixa-o cair com frequência, coloca-o em contato com líquidos ou poeira, ou o expõe a temperaturas elevadas, é lógico que a durabilidade do aparelho será afetada.

Atribuir como vício oculto qualquer problema que surja após a expiração da garantia, mas dentro de um período "razoável", não é uma solução jurídica, ainda que inexista prova que afaste o mau uso por parte do consumidor. Primeiro, para se verificar eventual uso inadequado, é indispensável a realização de prova pericial, que é incompatível com o sistema dos Juizados Especiais, tornando necessário que tais casos sejam levados à Justiça Comum, sob pena de tolher direitos e garantias dos fornecedores.

Isso se mostra ainda mais grave quando há a inversão do ônus da prova, comum em processos consumeristas, ficando o fornecedor incumbido de comprovar a ausência de vício oculto. Segundo, o uso inadequado não necessariamente deixa rastro inequívoco. Terceiro, é notório que o uso desgasta o bem.

Muitas vezes, é difícil a tarefa de distinguir o que é vício oculto do que é problema decorrente do desgaste natural do uso de um bem durável. Muitos fornecedores são proativos ao estenderem a garantia legal e ao providenciarem programas de qualidade para reparos ou trocas gratuitas de produtos que sabidamente possuem algum vício de fabricação. Contudo, na dúvida, praticamente tudo vira vício oculto segundo a óptica do Judiciário, ensejando o atendimento gratuito ao consumidor, ainda que anos após o fim da garantia. Pelos princípios básicos de economia, a conta precisa fechar e, por óbvio, se essa linha de entendimento prosperar, será difícil esperar diminuição ou manutenção dos preços.

Isso sem contar a falta de previsibilidade e segurança jurídica. Enquanto o Colégio Recursal de Campinas entende que seria "razoável um tempo de vida útil de cinco anos" para televisores (recurso inominado 0015725-22.2016.8.26.0114), o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) já apontou que existem estudos "no sentido de que a vida útil de um televisor é de 40 a 90 mil horas, o que representa um aparelho ligado de 4 a 10 anos" (apelação cível 1086478-24.2019.8.26.0100). Uma verdadeira loteria.

Depender de critérios abstratos, como "período razoável" e "expectativa legítima do consumidor", além de não parecer pertinente, abre margem para uma dissonância incompatível com o que se espera do Judiciário. Cada juiz possui uma régua, cada consumidor possui uma expectativa e, a bem da verdade, esse tipo de individualismo não se mostra saudável na hora de julgar. Sobretudo quando estamos tratando de casos em trâmite nos Juizados Especiais, cujo procedimento na prática possui incontáveis problemas e a margem para saná-los é encurtada, na medida em que há pouco espaço para levar as decisões dos colégios recursais ao STF.

Como consequência, o critério objetivo trazido pelo CDC e pelas garantias contratuais definidas pelos fornecedores está sendo abandonado para dar espaço a achismos e suposições particulares de quanto cada produto deveria durar e, assim, as tão desejadas segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade da jurisprudência desaparecem.

Ricardo Quass Duarte e Pedro Autilio Ianhez são, respectivamente, sócio e advogado do escritório Souto Correa

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO (IF 22E1056953) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de maio de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 2ª Emissão – (IF 22E1056953), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 316ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0457416) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 316ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0457416), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MPF – Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90026/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 002994/2024-29. Objeto: Contratação de empresa especializada, para execução de serviço de adequação dos sistemas prediais de água fria da sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília/DF, executando coluna suplementar de distribuição de água fria para alimentar as válvulas de descarga do Bloco F e da área da Divisão de Transportes. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/08/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90026-2024. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/08/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

MPF – Ministério Público Federal – Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90025/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 000970/2024-35. Objeto: Contratação de empresa seguradora com vistas à prestação de serviço de seguro coletivo, contra acidentes pessoais para estagiários e voluntários em plena atividade no Ministério Público Federal. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/08/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90025-2024. Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/08/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90121/2024**, referente ao processo nº **024.00110926/2024-19**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO (MÓDULOS E COMPOSTOS) PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 28/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 14/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 20/08/2024 às 11h00 | 2º Público Leilão 27/08/2024 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 11, DA QUADRA "I", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 215,82m².** Medidas e confrontações: Frente para a Rua 09, medindo em curva 10,60m e segue em linha reta com 2,60m; do lado direito, confronta com o Lote nº 12, medindo 18,00m; nos fundos, confronta com os Lotes nºs 09 e 10, medindo 16,08m; do lado esquerdo, confronta com a Rua 05, medindo 13,48m. Matrícula nº 181.969 do 3º CRI de Campinas/SP. Cadastro Municipal nº 3362.41.64.0109.00000. Consolidação da propriedade: 19/07/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 251.317,90. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 466.105,78. Do Arrematante: i)** pagamento à vista do valor da arrematação e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **BENEDITO GOMES DOS SANTOS** – CPF: 025.077.728-24 e **MARIA TEREZA DOS SANTOS** – CPF: 336.642.068-51, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

Citibank, N.A. - Filial Brasileira

CNPJ nº 33.042.953/0001-71 - NIRE 35.300.525.582

Deliberação

Citibank, N.A. - Filial Brasileira, filial brasileira de sociedade bancária norte americana autorizada a funcionar no Brasil, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, resolve: 1) Aprovar os balanços e demais demonstrações financeiras do Citibank N.A. - Filial Brasileira, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os quais foram publicados em 28 de março de 2024 no Jornal Valor Econômico, nas páginas H7 a H10 e cuja íntegra dos documentos publicados foi divulgado simultaneamente na página do mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, inciso I, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei de Sociedade Por Ações"), e publicadas em 28 de março de 2024 no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Empresarial, nas páginas 03 a 09; e, em 01 de abril de 2024 no Diário Oficial da União, nas páginas 228 a 233, apresentando resultado líquido positivo correspondente a R$656.272.617,63 (seiscentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e dezessete reais e sessenta e três centavos). 2) aprovar e/ou ratificar, conforme aplicável, a destinação dos lucros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, mencionados no item (1) acima, conforme segue: (a) R$32.813.630,88 (trinta e dois milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e trinta reais e oitenta e oito centavos) são destinados para a "Reserva Legal"; (b) R$173.708.088,08 (cento e setenta e três milhões, setecentos e oito mil, oitenta e oito reais e oito centavos) são destinados para a "Reserva Estatutária - Reserva para Equalização de Dividendos"; (c) R$19.300.898,67 (dezenove milhões, trezentos mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos) são destinados para a "Reserva Estatutária - Reserva para Reforço de Capital de Giro"; (d) R$430.450.000,00 (quatrocentos e trinta milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), a título de juros sobre o capital próprio, pagos ao Citibank N.A., sendo: (d.i.) R$211.500.000,00 (duzentos e onze milhões e quinhentos mil reais), pagos em 29 setembro de 2023, conforme deliberado em Deliberação, realizada em 25 de setembro de 2023, da Filial, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 09 de outubro de 2023, sob o nº 398.638/23-8; e (d.ii.) R$218.950.000,00 (duzentos e dezoito milhões e novecentos e cinquenta mil reais), pagos em 27 de dezembro de 2023, conforme deliberado em Deliberação, realizada em 18 de dezembro de 2023, da Filial, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 03 de janeiro de 2024, sob o nº 1.259/24-6. 3) autorizar todas as providências cabíveis para a implementação da deliberação anterior. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. **Citibank, N.A. - Filial Brasileira** - Marcelo Trevizani Marangon - Representante Legal. **JUCESP** nº 286.276/24-9 em 17/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 122/2024 – Pregão Eletrônico Nº 062/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 062/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de empresa, para prestação de serviços contínuos de transporte escolar para alunos, com combustível, motorista, monitores e demais despesas diretas e indiretas.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **04/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 123/2024 – Pregão Eletrônico Nº 063/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 063/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de sacos plásticos de 100 litros, para acondicionamento de materiais recicláveis nas cores verde e cinza, destinados as cooperativas, "Cooperarpe e Joia Ribeirinha" do Município de Presidente Epitácio.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **05/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 111/2024 – Pregão Eletrônico Nº 054/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 054/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de sacos de lixo para atender a demanda da Secretaria de Educação e Esportes e as demais que necessitarem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **06/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 112/2024 – Pregão Eletrônico Nº 055/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 055/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para aquisição de 01 (uma) Unidade de Odontologia Móvel – UOM, para atender a demanda da população do Município de Presidente Epitácio – SP, com recursos oriundos do tesouro Municipal.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **09/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcirio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 114/2024 – Pregão Eletrônico Nº 056/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 056/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de materiais de carpintaria, sinalização, hidráulicos e correlatos, para atender a demanda da Secretaria de Educação e as demais que necessitarem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **10/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 115/2024 – Pregão Eletrônico Nº 057/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 057/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de itens de tecnologia para informatização de salas de aulas, para atender a demanda da Secretaria de Educação e Esportes.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **13/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 116/2024 – Pregão Eletrônico Nº 058/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 058/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de peças e serviços de mão de obra a manutenção mecânica dos veículos da frota da Secretaria de Saúde.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **16/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcirio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 117/2024 – Pregão Eletrônico Nº 059/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 059/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de empresa, para prestação de serviços de levantamento planialtimétrico e planimétrico cadastrais georrefenciados.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **19/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Felipe Domenice de Souza – Secretário de Planejamento.**

PROC. 118/2024 – Pregão Eletrônico Nº 060/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 060/2024, cujo objeto é a Abertura de **Processo Licitatório para a aquisição de equipamentos para cozinha industrial, com recursos de Emenda Parlamentar do Deputado Paulo Teixeira nº 2023.25340025.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **20/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Roberto Gallego Filho – Secretário de Agricultura.**

PROC. 119/2024 – Pregão Eletrônico Nº 061/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 061/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de óleo lubrificantes, filtros, fluídos, ativado, graxa e material de limpeza para veículos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **23/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 124/2024 – Pregão Eletrônico Nº 064/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 064/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de empresa, para prestação de serviços de locação de ônibus, destinado ao transporte de pacientes para realização de consultas, exames e/ou tratamentos de saúde nos hospitais fora do município.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **24/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcirio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 120/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 026/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Concorrência Eletrônica n.º 026/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de recapeamento asfáltico da Pista Adicional da SPV-071 – Estrada Vicinal Élio Gomes, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A sessão ocorrerá no dia **25/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Felipe Domenice de Souza – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 121/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 027/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Concorrência Eletrônica n.º 027/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de recapeamento asfáltico em vias públicas do município – Rua Curitiba, quadras 14 e 21, Rua João Pepino, Quadra 6 e Rua Goiânia, quadra 18, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A sessão ocorrerá no dia **26/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 15 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Felipe Domenice de Souza – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**